

DM

**Património Linguístico
na Interligação Antroponímia e Toponímia**
O caso de "Pereira" e outros nomes de árvores
na ilha da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Liseta Isabel de Freitas Pereira
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

julho | 2023

**Património Linguístico
na Interligação Antroponímia e Toponímia**
O caso de "Pereira" e outros nomes de árvores
na ilha da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Liseta Isabel de Freitas Pereira
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTAÇÃO
Maria Helena Dias Rebelo

Agradecimentos

Gostaria de agradecer àqueles que tornaram esta dissertação possível.

Aos meus pais, pelo apoio incansável nestes cinco anos de faculdade.

À Professora Doutora Maria Helena Dias Rebelo, que orientou a presente dissertação, pela ajuda e conselhos prestados, que foram indispensáveis e transformadores na concretização da mesma.

Ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, em especial às equipas da Sala de Leitura Geral e da Sala de Leitura do Arquivo e Reservados, que foram a minha segunda casa no último ano.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Resumo

Uma língua forma-se numa comunidade e esta manifesta nela a sua herança étnico-cultural. Associa-se à Linguística a questão da identidade individual e de grupo. O conceito de “património” implica bens herdados que pertencem a alguém e a língua é considerada “património” por pertencer a uma coletividade. Por conseguinte, o Património Linguístico interliga-se tanto com a antroponímia, como com a toponímia. O caso de “Pereira”, assim como o de outros nomes de árvores presentes na onomástica, parece ser exemplo disso. Associando antroponímia e toponímia, procura-se tratar do nome “Pereira” de um ponto de vista linguístico, com uma orientação de natureza historiográfica. Neste caso, a área geográfica de estudo é a ilha da Madeira, nos períodos de 1900-1910 e 2010-2011. Para o efeito, seguem-se duas metodologias de investigação: a revisão bibliográfica e o tratamento de dados numéricos. Na pesquisa bibliográfica, combinam-se fontes primárias com secundárias: enciclopédias, dicionários e dicionários enciclopédicos, artigos científicos, várias publicações regionais, alguns livros, dissertações e estudos diversos. No tratamento de dados numéricos, recorre-se a registos paroquiais de casamento e a registos de dados da ANACOM. Este estudo dedicado a “Pereira”, no âmbito do Património Linguístico, pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico da antroponímia e da toponímia regionais. Desenvolve-se reflexão em torno da identidade insular, não apenas nas células familiares que carregam o sobrenome (antroponímia), como também na comunidade linguista madeirense, através de toponímia. Faz-se um breve levantamento para outros nomes de árvores, interligando antroponímia e toponímia, porque a língua é uma ferramenta identificadora e unificadora de um grupo.

Palavras-chave: Património linguístico; ilha da Madeira; Antroponímia; Toponímia; o nome Pereira; nomes de árvores

Abstract

A language derives from a community and thus an ethnic-cultural heritage manifests itself in that language. The matters of individual or collective identities associate themselves to linguistics. The concept of “patrimony” implies inherited assets which belong to someone, and language is considered “patrimony” due to belonging to a collective. Linguistic patrimony intertwines with anthroponymy, as with toponymy. In the case of “Pereira”, as well as that of other names of trees present in onomastics, seems like an example of that. Associating anthroponymy and toponymy, the objective is to analyse “Pereira” from a linguistic point of view, through an historiographic lens. In this case, the geographic area of study is the island of Madeira, focusing on the years 1900-1910 and 2010-2011. To the effect, two research methodologies are used: bibliographic revision and numeric data analysis. Primary and secondary sources are combined in this bibliographic research: encyclopedias, dictionaries and encyclopedic dictionaries, scientific articles, local publications, books, dissertations, and diverse studies. For the numeric data analysis, sources like parish marriage records and ANACOM data records are used. This study dedicated to “Pereira”, within the scope of Linguistic Patrimony, aims to contribute to the deepening of scientific knowledge of regional anthroponymy and toponymy, in search of a reflection around the solidification of the insular identity, not only of the families that carry the surname in question (anthroponymy), but also of the madeiran linguist community through toponymy. A brief survey is made for other tree names interconnecting anthroponymy and toponymy because language is an identifying and unifying tool of a group.

Keywords: Linguistic patrimony; Madeira Island; Anthroponymy; Toponymy; the name Pereira; tree names

Índice

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	3
Abstract	4
Índice.....	5
Índice de Figuras	7
Índice de Gráficos	7
Índice de Tabelas.....	7
Introdução	9
I. Contextualização geral	12
1.1. Antroponímia	21
1.1.1. A antroponímia madeirense	24
1.2. A toponímia.....	27
1.2.1. A toponímia madeirense.....	33
II. O nome “Pereira”: antropónimo e topónimo	42
2.1. A origem do antropónimo	42
2.2. Referências literárias e culturais a “Pereira”	44
2.3. O antropónimo “Pereira” na ilha da Madeira.....	50
2.3.1. Análise quantitativa 1900-1910 e 2010-2011	52
2.3.2. Síntese dos dados recolhidos.....	58
2.4. A vertente toponímica de “Pereira”.....	62
2.4.1. A presença toponímica de “Pereira” na Ilha da Madeira	62
III. Outros nomes de árvores na toponímia e antroponímia madeirenses	65
3.1. Levantamento para a ilha da Madeira	65
3.2. Análise dos dados recolhidos	104
Conclusão.....	124

Bibliografia	128
Webgrafia.....	132

Índice de Figuras

Figura 1 Exemplo de brasão de armas da família Pereira	48
Figura 2 Os cinco concelhos com maior número de ocorrências do apelido "Pereira" (2010-2011)	58
Figura 3: Os cinco concelhos com maior número de ocorrências de "Pereira" (1900-1910).....	61
Figura 4: Divisão territorial da ilha da Madeira.....	72

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Percentagem de casamentos com "Pereira" por ano e género (1900-1910).....	54
Gráfico 2: Número de apelidos por género	56
Gráfico 3: Posição de "Pereira" em indivíduos com dois apelidos	56
Gráfico 4: Frequência de espécies no Município do Funchal	110
Gráfico 5: Frequência de espécies no Concelho de Santa Cruz	112
Gráfico 6: Frequência de espécies no Concelho de Machico.....	113
Gráfico 7: Frequência de espécies no Concelho de Santana	114
Gráfico 8: Frequência de espécies no Concelho de São Vicente	116
Gráfico 9: Frequência de espécies no concelho do Porto Moniz	117
Gráfico 10: Frequência de espécies no concelho da Calheta	118
Gráfico 11: Frequência de espécies no concelho da Ponta do Sol	119
Gráfico 12: Frequência de espécies no concelho da Ribeira Brava	121
Gráfico 13 Frequência de espécies no concelho de Câmara de Lobos.....	122

Índice de Tabelas

Tabela 1 Constituição dos antropónimos portugueses	22
Tabela 2 Regulamentos de toponímia concelhia da Câmara Municipal de Lisboa e Câmara Municipal de Abrantes	32
Tabela 3: Casamentos com "Pereira" por ano e género 1900-1910	55
Tabela 4: Número de indivíduos com "Pereira" 2010-2011 por género e concelho	57
Tabela 5: Total de indivíduos com "Pereira" por concelho (1900-1910).....	60
Tabela 6: Presença de "Pereira" na Galiza	64
Tabela 7: Alterações na lista original (espécies).....	66

Tabela 8 Alterações na lista original (localidades)	67
Tabela 9 Nomes de árvores que também podem ser antropónimos	103
Tabela 10: Distribuição das espécies de árvores por vertentes	106
Tabela 11: Divisão de espécies de árvores por tipo	107
Tabela 12: Distribuição toponímica no Município do Funchal.....	109
Tabela 13: Distribuição toponímica no Concelho de Santa Cruz.....	111
Tabela 14: Distribuição toponímica no Concelho de Machico	112
Tabela 15: Distribuição de espécies no Concelho de Santana	114
Tabela 16: Distribuição de espécies no Concelho de São Vicente.....	115
Tabela 17: Distribuição toponímica no concelho do Porto Moniz.....	116
Tabela 18: Distribuição de espécies no concelho da Calheta.....	117
Tabela 19: Distribuição de espécies no concelho da Ponta do Sol.....	119
Tabela 20: Distribuição de espécies no concelho da Ribeira Brava.....	120
Tabela 21: Distribuição de espécies no Município de Câmara de Lobos.....	121

Introdução

A onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios de todos os tipos, a sua origem e, também, a sua evolução. A antroponímia é uma área da onomástica que aborda, em específico, o nome próprio de pessoas, tanto prenomes como sobrenomes, procurando, igualmente, determinar-lhes a origem e a evolução. Neste contexto, o objeto de estudo particular é o nome próprio “Pereira”, não apenas na qualidade antroponímica, como também na toponímica. A área geográfica de estudo é delimitada à ilha da Madeira, com particular incidência nos anos 1900-1910 e 2010-2011, à luz do Património Linguístico.

A razão pela qual foram referidos o objeto de estudo, a área geográfica de estudo e o período de análise é que se interligam com a justificativa do tema. Apesar de a antroponímia portuguesa beneficiar de uma larga variedade de estudos, desde trabalhos sobre os seus primórdios às coleções das origens dos antropónimos portugueses, de maneira geral, ainda se registam algumas áreas em falta. A pertinência da investigação em mãos residirá no seu contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre o antropónimo escolhido. Porém, essa importância estende-se além deste antropónimo isolado. O interesse de um trabalho como este advém da necessidade de uma maior dedicação à investigação dos antropónimos em geral e do mapeamento da sua presença em diferentes áreas, associando-se, assim, à pesquisa, uma questão de visibilidade e construção de identidade de grupo em comunidades regionais e locais.

Os objetivos da investigação podem dividir-se em quatro principais. Em primeiro lugar, o trabalho procura situar-se no âmbito da onomástica, com recurso, sobretudo, à antroponímia e referindo a inter-relação antroponímia-toponímia. De maneira geral, o objetivo do trabalho é tratar do antropónimo/topónimo em análise, de modo a contribuir para o estudo da onomástica madeirense, e conseqüentemente, para o estudo do apelido em causa. Em segundo lugar, busca estabelecer uma relação entre a antroponímia e o património nacional, em especial no domínio linguístico. Em terceiro lugar, tratando-se de um objetivo mais específico, procura classificar, de um ponto de vista histórico-linguístico, o antropónimo “Pereira”. Parte do objetivo específico reside na caracterização da presença de “Pereira” enquanto antropónimo/ topónimo na ilha da Madeira, através de uma apreciação quantitativa e qualitativa da mesma. Em quarto e último lugar, com a coleção de dados recolhidos, o objetivo será o de classificar, qualitativamente, a

antroponímia-toponímia madeirense semelhante a “Pereira”, através da apreciação da presença do nome de árvores, em ambos os campos linguísticos mencionados.

A dissertação está dividida em três capítulos – Contextualização geral, O antropónimo/ topónimo “Pereira” e “Outros nomes de árvores na toponímia/ antroponímia madeirense”. No primeiro capítulo, como o próprio título diz, trata de uma contextualização linguística e histórica da onomástica portuguesa (ainda que breve), começando pela introdução dos conceitos-chave: “onomástica”, “antroponímia” e “toponímia”. A contextualização encontra-se separada por pontos geográficos: ela começa, de maneira mais geral, em Portugal Continental e é seguida pela análise da onomástica madeirense e isto acontece tanto para o subcapítulo da antroponímia quanto para o da toponímia. De maneira geral, o tipo de informação que aparece neste capítulo foca-se em dois pontos: evolução dos costumes antroponímicos ou toponímicos e evolução legislativa dos mesmos. O segundo capítulo é exclusivamente dedicado a “Pereira” enquanto antropónimo e topónimo. O capítulo inicia-se com a introdução à origem do antropónimo e esta informação é complementada por referências literárias a “Pereira” no que importa também às suas origens, tanto em território continental, onde se encontra a sua origem, e, por consequência, na ilha da Madeira, a área geográfica aqui em estudo. Após a introdução à génese de “Pereira” enquanto antropónimo, seguem-se duas análises: a presença antroponímica de “Pereira” e a vitalidade toponímica de “Pereira” na ilha da Madeira. As análises dividem-se em duas partes: recolha quantitativa dos dados e análise qualitativa dos mesmos. O último capítulo trata unicamente da toponímia e apresenta uma listagem de outros topónimos com nomes de árvores para além de “Pereira”. O levantamento conclui-se com a análise qualitativa dos ditos dados, sendo que esta está dividida por concelhos.

Uma das ferramentas principais para a construção da identidade de grupo e, conseqüentemente, que permite a sua unificação, é a língua. É um sistema de comunicação particular, que pode ganhar especificidades na comunidade linguística portuguesa, refletindo a sua herança étnico-cultural. A língua é, por isso, considerada património, pois, como o conceito original implica, é um bem geral que pertence a alguém. O Património Linguístico é a herança deixada de geração em geração. A língua, na sua vertente patrimonial, é o sistema do qual a antroponímia faz parte. Portanto, da mesma maneira que a língua funciona como um elemento identificador e unificador de uma comunidade maior, o antropónimo identifica a família no contexto da comunidade. A intenção desta Dissertação é a de aprofundar o conhecimento científico sobre o

antropónimo “Pereira” e da sua presença na toponímia na ilha da Madeira. Por conseguinte, essa intenção tem uma aplicação clara na sociedade. A pertinência de uma investigação como esta é ampliada pela necessidade de contribuir para a solidificação da identidade de grupo, não apenas no contexto familiar, mas para a investigação histórica dos antropónimos como um todo no seio da comunidade madeirense.

I. Contextualização geral

A palavra “património” vem do latim *patrimoniu*, que indica “bens de família, património” (Machado, 1977, p. 323). O vocábulo simboliza algo que pertence, na sua origem, a uma unidade familiar. Porém, o seu uso moderno ultrapassa as barreiras da família e assume o significado de “bens que pertencem a alguém (seja uma pessoa, ou conjunto de pessoas ou entidade)”. No contexto desta dissertação, “património” é usado em referência aos bens de uma coletividade – a nação portuguesa, com foco na comunidade madeirense.

O detentor do património pode implicar um indivíduo ou uma coletividade. Na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, a Lei de Bases do Património Cultural, a Assembleia da República define o património cultural como “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (Assembleia da República, 2001, p. 5808). Na mesma lei, a Assembleia da República especifica os tipos de interesse que considera relevantes na presença destes bens comuns: “histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico (Assembleia da República, 2001, p. 5808). O texto refere-se a “valores”, “memória”, “autenticidade” e “memória colectiva”: há aqui uma relação que é construída entre o património e a identidade nacionais que importa preservar.

O património é dividido em material e imaterial. A UNESCO, na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003), definiu-o como consistindo nas “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados” (Ministério das Relações Exteriores, 2006, p.4). A UNESCO especifica, ainda, em que situações se manifesta o património cultural imaterial, a referir:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural imaterial;
 - b) Expressões artísticas;
 - c) Práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) Conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 - e) Técnicas artesanais tradicionais
- Ministério das Relações Exteriores, 2006, pp.4 e 5.

A Lei de Bases do Património Cultural (2001) associa os bens culturais materiais às categorias de bens móveis e imóveis no n.º1 do artigo 14.º: “Consideram-se bens

culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura” (Assembleia da República, 2001, p.5811). Na mesma lei refere-se que os bens imóveis podem ser categorizados em monumento, conjunto ou sítio. A definição de bens culturais móveis é apresentada no n.º 1 do artigo 55.º:

Os bens culturais móveis referidos no número anterior constituem espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento. – Assembleia da República, 2001, p.5817.

O património tem uma forte ligação também com a identidade de um país, que por sua vez é valorizada a partir da conservação da memória comum. Tanto o património material quanto imaterial são testemunhos da história. A sua existência, assim como as circunstâncias em que surgem e acontecem, auxiliam na construção e na compreensão de uma linha do tempo histórica. A importância da preservação dos bens não se manifesta apenas na compreensão do viver interno, mas também no estabelecimento de uma relação do próprio país com outros territórios, através da deteção de possíveis influências externas no património nacional. Estes bens são refletores de um passado afeto às suas circunstâncias sociais, culturais, políticas e económicas, assim como geográficas. Importa preservar o património na medida em que este ato auxilia na consolidação e na continuidade de uma identidade cultural própria. Não se trata apenas da formação de uma consciência do passado, mas de uma consciência projetada para o futuro — não se pode evoluir sem a noção de quem se foi e neste ponto destacam-se as palavras de Virgolino Ferreira Jorge (2000, p.9), “evoluir com tradição”.

A sinalização de uma identidade própria assume uma importância maior quando se considera que se está a caminhar no sentido de um mundo globalizado. A ideia de uma identidade própria *versus* uma identidade partilhada é discutida por Donizete Rodrigues no seu artigo *Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. A autora argumenta que a globalização coloca em causa as fronteiras territoriais e culturais coletivas, pelo que julga necessário situar o local no contexto globalizado (Rodrigues, 2012). A formação de uma identidade cultural própria está assente no princípio da diferença (existe uma relação de distinção entre o “nós” e o “outro”). Porém, uma identidade cultural própria só pode evoluir, precisamente, em convivência com o “outro”. No artigo *Portugal: memória, património e cidadania*,

Guilherme d'Oliveira Martins destaca a necessidade de uma interação entre culturas no caminho para o progresso identitário próprio: “As identidades só ganham pleno sentido quando sejam abertas e disponíveis para dar e receber” (Martins, 2011, p.23).

Num panorama um pouco menos recente, a definição e a publicação em legislação do património cultural nacional em meados dos anos 80 do século XX foi um marco na condução dos esforços para a proteção e a valorização dos bens nacionais. Em 1985, é aprovada a lei do património cultural português pela Lei n.º 13/85, promulgação em que são determinados os regimes de proteção, classificação, valorização e sanção por tratamento indevido dos bens materiais e imateriais nacionais. Como para a Lei n.º 13/1985, a Lei n.º 10/2001 define o património cultural como “constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Assembleia da República, 1985, s.p.). A legislação de 1985 reconhece a existência de bens materiais e imateriais, mas não os define, existe, contudo, a definição de bens móveis e imóveis. No que diz respeito às ilhas, a Lei 13/85 declara no n.º 2 do artigo 61.º que “os preceitos que respeitem às condições específicas das Regiões Autónomas serão elaborados pelas assembleias regionais respectivas” (Assembleia da República, 1985, s.p.). A Lei do Património Cultural Português foi um ponto de viragem na proteção do mesmo. Porém, os esforços no sentido da proteção, inventariação e categorização remontam até ao século XVII. Virgolino Ferreira Jorge, no seu artigo *Património e Identidade Nacional*, refere que um dos primeiros textos legislativos acerca do património nacional deve-se ao Rei D. João V que, por via de alvará de 20 de agosto de 1721, declarou que “daqui em diante, nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja desfaça ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício que mostre [antiguidade] ainda que em parte esteja arruinado” (Silva, 1988 *apud* Jorge, 2000, p.6).

A língua é incluída na categoria de património imaterial nacional, permitindo-lhe, deste modo, a classificação de património linguístico. Desde o princípio, na sua origem, a língua já é património por pertencer a um grupo (novamente, algo que pertence a alguém). Sobre a presença geográfica da língua portuguesa, dizer que esta pertence a apenas uma coletividade é relativo, uma vez que o português se manifesta em vários espaços para além do território nacional e, por isso, pertence a uma multitude de grupos. A língua é, além de uma ferramenta de comunicação, um elemento que distingue um povo do outro. A língua portuguesa é composta por um corpo lexical complexo e, não se

limitando ao português “padrão”, há também que ter em conta as várias dimensões (ex.: sociais, culturais e geográficas) onde a língua portuguesa atua. Os dialetos são um elemento importante do património, na medida em que refletem a diversidade linguística dentro do próprio idioma, surgindo a partir do contacto com realidades específicas. Não se pode falar do património linguístico português sem referir a sua presença noutros países. É possível considerar que existe uma pluricontinentalidade na ação do idioma (Paiva, 2016) pela existência dos PALOP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e do Brasil. Aqui há uma “exportação” do idioma que resulta num “multiverso” da língua portuguesa. Por vezes a alteração sofrida pela língua portuguesa adotada por povos de outras origens em contacto com a realidade dos mesmos é tão profunda que acaba por criar uma espécie de divisão entre o português de origem e aquele em efeito nas comunidades (surgem conceitos como “português europeu” e “português do Brasil”). Todos estes fenómenos contribuem, contudo, para o enriquecimento da língua, diversidade essa que é fruto de um cruzamento entre povos, culturas, histórias e costumes.

A língua é composta por um corpo lexical formado por uma série de vocábulos, entre eles os nomes, próprios e comuns. A toponímia compõe-se dos nomes dos lugares e é a ciência que os estuda, a sua origem e a sua evolução. A toponímia é parte constituinte do corpo lexical da língua e é, por isso, também ela, património linguístico. Os topónimos revelam o contacto da população com a realidade, seja ela recente ou não. A interação com a realidade vai gerar um produto linguístico, ou seja, vai gerar vocabulário ligado a essa realidade, um vocabulário que passa a fazer parte do corpo da língua. A partir de uma realidade maior o produto linguístico que surge “desfaz-se” em realidades linguísticas distintas, de acordo com o panorama social, cultural, político, arquitetónico e até natural próprio da condição da população em questão.

Uma vez que o produto linguístico está sujeito à realidade na qual ele se insere, naturalmente irá haver influências por parte de ideologias, sejam estas de cunho cultural, social ou político. No âmbito das tendências da temática da toponímia de Portugal vale a pena destacar o artigo de análise realizado por Rui Passos Rocha, *De Cunha a Salazar. Há ideologia nos nomes das ruas de Portugal (e muito mais)*. Nesta pesquisa, os topónimos espaciais, que ocupam o primeiro lugar no contexto da amostra toponímica, são sucedidos por aqueles que aludem a figuras históricas, políticas, religiosas, acontecimentos ou conceitos. Dos 20 topónimos analisados por Rui Passos Rocha (2018), os que ocupam os 5 primeiros lugares inserem-se nas temáticas religião, acontecimento e

conceito, a referir, por ordem de ocorrências: Igreja (1611), 25 de abril (1207), Santo António (1113), 1.º de maio (887) e Liberdade (693) (Rocha, 2018).

Nestes 2/3 constam acima de tudo topónimos de cariz político, militar, religioso e sociocultural. Desdobrando um pouco mais, conseguimos agrupar: os factos e as figuras de cada regime político; os principais opositores aos vários regimes; os descobridores; os administradores coloniais; outros militares; os artistas; os cientistas; e outros vultos da sociedade portuguesa. – Rocha, 2018, s.p.

Há um possível padrão na prevalência de certos temas sobre outros. Porém, na mesma medida em que importa homenagear figuras e acontecimentos que fizeram parte da história do país, há um debate contínuo sobre quais dessas figuras e desses acontecimentos destacar. Há uma linha muito ténue entre a inclusão e a homenagem que é frequentemente questionada e há quem argumente que referir figuras ou acontecimentos polémicos na toponímia implica que haja reconhecimento e é, por essa razão, questionável relevar os seus nomes. Contra essa opinião diz-se que não se pode apagar a história. Há, portanto, um debate entre a democratização da toponímia e um apagamento da história (Rato, 2022). A democratização referida infere que, num regime democrático, o povo deveria ter a oportunidade de decidir quem homenagear nas ruas que percorre (Bloco de Esquerda *apud* Rato, 2022). Um grande exemplo de topónimos polémicos seriam aqueles associados ao regime do Estado Novo e a Portugal colonial. A título de exemplo, no âmbito da ação para a revisão da toponímia nacional refira-se que, depois do 25 de abril, o nome “Salazar” foi retirado de vários espaços (Lusa, 2009), mas, apesar disso, ainda resiste, esporadicamente, em algumas partes do país. O político é uma das figuras mais polarizantes na atribuição da toponímia e inspira em muitos o questionamento dos valores em que a mesma se baseia.

A antroponímia pode ser considerada património na mesma medida que a toponímia. Ambas fazem parte do léxico da língua portuguesa que, por si só, é considerada património e, por extensão, também estas áreas da onomástica o são. Apesar de não haver uma referência direta a qualquer destes conceitos em legislação, o facto de serem léxico garante-lhes a classificação de património linguístico. A existência da antroponímia (e da toponímia também) enquanto bem imaterial não requer, contudo, apenas classificação linguística e obriga a considerar o significado que o seu conteúdo transmite. Refletindo sobre o assunto, os apelidos podem ter várias origens, inclusive: árvores (ex.: Pereira, Oliveira, Nogueira); animais (ex.: Coelho, Lobo); indicativo de parentesco (ex.: Fernandes, filho de Fernando; Rodrigues, filho de Rodrigo) ou religião (ex.: Cruz, Baptista, Jesus). No caso destes quatro exemplos, eles indicam quatro tipos de

informações: constituição da flora e da fauna, costume antroponímico e associação religiosa. Do ponto de vista antroponímico, o objeto de estudo desta dissertação limita-se aos nomes próprios e nomes de família, pelo que outras práticas de nomeação social como é o caso das alcunhas, foram excluídas da pesquisa. Na sua origem etimológica, a antroponímia revela dados sobre a convivência de grupo.

A presença de fatores externos também pode influenciar a evolução da antroponímia. Na medida em que os apelidos cuja etimologia é única ao país transmitem informações próprias à cultura portuguesa, a presença de influências estrangeiras na antroponímia nacional aborda relações de proximidade entre o país e identidades estrangeiras distintas. Na convivência entre povos de origens diferentes está implícita uma troca linguística de padrões de nomeação social que se pode manifestar a dois níveis: na etimologia e na morfologia. A interação dá aso a que surjam alterações na direção da antroponímia local, no surgimento de novas temáticas e novas formas ortográficas. Essas populações não autóctones carregam consigo o produto linguístico inerente à sua própria realidade que vai acabar por se infiltrar na língua com a qual interagem: elas trazem consigo novas referências etimológicas e novas formas de grafia. Um grande exemplo de diálogo intertextual na dimensão da antroponímia é a presença dos judeus sefarditas em Portugal. Normalmente essa troca linguística acontece enquanto existe uma interação de longa duração e contínua entre os povos em questão. Porém, o caso desta comunidade religiosa em específico é um exemplo de como esse processo pode ocorrer de maneira não orgânica. Eles também são um exemplo de como a infiltração linguística nem sempre acontece na direção do idioma próprio do país de acolhimento, mas quando existem políticas no mesmo país de acolhimento que forcem as populações estrangeiras a adotarem os costumes do país de acolhimento. Perseguidos pela Inquisição espanhola e tendo sido expulsos do país após o Édito de Alhambra de 1492, os judeus sefarditas fogem para Portugal na tentativa de escapar da perseguição religiosa (Ministério da Justiça, 2015). Numa fase inicial ainda houve alguma leniência quanto à sua permanência no país. Porém, via édito real de 1496, D. Manuel I declara expulsão aos judeus sefarditas que não se convertessem ao catolicismo (Fernandes, 1996). A troca linguística não orgânica acontece em massa no momento do batismo, altura em que os judeus são forçados a adotar nomes e sobrenomes cristãos portugueses. A política de conversão religiosa resulta, por consequência, numa “limpeza” antroponímica e leva os judeus sefarditas a abandonar os seus vínculos antroponímicos próprios. Esta política veio introduzir a obrigatoriedade de a população judaica adotar nomes portugueses católicos e assume-se como um

instrumento na transformação de Portugal num país “religiosa, culturalmente e linguisticamente homogéneo” (Pinto, 2014, p.1).

A adoção forçada de nomes portugueses cristãos conduziu a alterações profundas na antroponímia sefardita e que persistiram por gerações. A importância da relação de intertextualidade entre a antroponímia portuguesa cristã e a antroponímia sefardita não se limita à maneira como esta ocorreu, como às questões que veio a levantar sobre a origem de nomes e sobrenomes alegadamente portugueses. De maneira geral é possível elaborar duas perspetivas acerca deste tema: A) Reiterando o ponto levantado no parágrafo anterior, os judeus sefarditas, por efeito da perseguição da inquisição católica espanhola, uma vez chegados a Portugal, foram forçados a adotar apelidos "portugueses" para esconderem a sua origem judaica, assim como o fizeram também em obediência à conversão forçada ao catolicismo (Fernandes, 1996; Ministério da Justiça, 2015 e Pinto, 2014) e B) Alguns nomes considerados "portugueses cristãos" já podiam existir em comunidades de origem judaica antes da popularização cristã (Faiguenboim *et al*, s.d.)

O objeto de estudo desta dissertação é a antroponímia com nomes de árvores pelo que este parágrafo passa a focar-se unicamente nesse tema como um exemplo do debate da origem de sobrenomes alegadamente portugueses e não é, por isso, uma representação geral da origem dos antropónimos com ligação judaica como um todo. No *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes*, acerca da sua origem, é comentado que os antropónimos com nomes de árvores podem ter origens mistas:

É interessante notar que existe um consenso compartilhado por judeus e não-judeus de que nomes de árvores e animais denotariam origem judaica ou de cristãos-novos. Porém, as pesquisas empreendidas pelos autores vieram contrariar essa afirmação. Nomes de animais e árvores podem ter origem judaica, mas não exclusivamente. – Faiguenboim *et al*, s.d., p. 132.

O antropónimo “Pereira”, por exemplo, aparece na lista de sobrenomes sefarditas mais citados com um total de 6 referências: “Pereira / Perera / Pereyra / Pereyre / Paraira / Preyra” (Faiguenboim *et al*, s.d., p. 148). Segundo a metodologia do dicionário, o critério para ser considerado nome sefaradi consta na presença do sobrenome em documentos judaicos (ex.: registos documentais de sinagogas) e quanto mais fontes tem o nome mais “genuína” é a sua ligação sefaradi.

Tanto a toponímia como a antroponímia estão associadas à questão de identidade de grupo pelo facto de representarem referências etimológicas originárias da realidade na qual este se encontra. Devido à sua origem num contexto próprio de um coletivo, nas suas referências etimológicas, elas representam património, seja ele material (ex.: paisagem

natural ou arquitetónica) ou imaterial (ex.: religião). No processo de garantir a continuidade e a longevidade da identidade comum, a memória social faz uso do património para legitimar a identidade de grupo no ato de conservação do mesmo (Martins, 2011).

O nome funciona como um indicador descritivo que atribui ao indivíduo, ao objeto ou à localização uma identidade, distinguindo-os dos outros. Não apenas os define como um corpo próprio e independente como o delimita na sua relação com o ambiente. O nome é necessário para efeitos de organização e orientação: no contexto de uma sociedade, é necessário distinguir as pessoas umas das outras. No que importa ao mapeamento geográfico, a toponímia é necessária principalmente para efeitos de orientação (ex.: no momento de fundação de novas comunidades/vilas/cidades ou alteração do nome destas).

O vocábulo “onomástica” vem do grego *onomastikós*, *he onomastike*, que significa “a arte de denominar” (Instituto António Houaiss de Lexicografia em Portugal, 2003, p. 2678). O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta três significados diferentes para “onomástica”: 1) “Relação, coleção, lista de nomes próprios”; 2) “Estudo linguístico dos nomes próprios; onomástico, onomatologia [Compreende várias subdivisões, como a antroponímia, a astronímia, a mitonímia, a toponímia” e 3) “Livro, estudo ou tratado que contém tal relação de nomes ou tal estudo”. De acordo com o dicionário indicado, o vocábulo “onomástica” é um termo guarda-chuva para as ciências de investigação dos nomes próprios das coisas, sítios e pessoas. Assim como referido numa das definições, a onomástica subdivide-se em várias categorias. Porém, na dissertação em mãos, só se fala das subcategorias antroponímia e toponímia.

Em semelhança com o *Dicionário Houaiss*, Manuel Paiva Boléo, na sua contribuição para a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1980), define “onomástica” como a ciência que estuda os nomes. Todavia, contrariamente ao dicionário acima referido, vai ainda mais a fundo na divisão de subcategorias destes campos de estudo. Sobre a antroponímia, Manuel Paiva Boléo define-a como a ciência que estuda o nome das pessoas e escreve que esta ainda se pode dividir em mais campos: hagianímia (nomes de santos), patronímicos ou matronímicos (nomes herdados de indivíduos masculinos ou femininos da família), hipocóristicos (vocábulo que reflete um tratamento mais carinhoso/íntimo), apelidos e alcunhas (Boléo, 1980). Nesta entrada, “Onomástica”, toponímia é definida como “estudo dos nomes dos lugares” (Boléo, 1980, p. 619). Ainda na mesma entrada, Manuel Paiva Boléo escreve sobre a relação da antroponímia com a toponímia:

São íntimas as relações entre toponímia e antroponímia, visto que há topónimos resultantes de nomes próprios e, por outro lado, há antropónimos provenientes de nomes de lugar. No estudo dos antropónimos de um país ou mesmo de uma região convém tomar em conta o sistema antroponímico e a função dos elementos do nome. – Boléo, 1980, p. 620.

A razão pela qual se destaca este comentário deve-se ao facto de descrever o que acontece com “Pereira” e ainda com outros nomes de árvores e que serve de fundamento ao argumento do autor. Durante a pesquisa para a recolha de topónimos com nomes de árvores, é possível notar que a nomenclatura de algumas localidades indica como origem um antropónimo. Isto pode acontecer de duas maneiras: ao escolher o nome de alguém que viveu naquela zona, ou o nome do proprietário do terreno. Na toponímia madeirense de “Pereira”, por exemplo, aparece “Fajã do Pereira” na freguesia da Fajã da Ovelha. A razão pela qual se assume que a origem da nomenclatura desta localização venha de um antropónimo deve-se à presença do artigo definido masculino em “do”, em vez do uso exclusivo da preposição “de”. Esse género de topónimos foi desconsiderado da pesquisa uma vez que faz referência primeiramente a uma pessoa e não à árvore.

A toponímia é a ciência que estuda os nomes dos lugares. As localidades a que a toponímia se refere podem ser divididas em dois grupos: fenómenos naturais (ribeiras, montanhas, montes, etc) ou infraestruturas construídas pelo homem (ruas, estradas, rotundas, túneis, pontes, etc). A toponímia trata dos nomes das localidades da mesma maneira que a antroponímia trata do nome das pessoas. Estuda a morfologia do nome, a sua evolução e a origem do seu significado ou a razão da escolha. O objeto de estudo da dissertação é “Pereira” (e, de algum modo, os topónimos da ilha da Madeira que vêm de nomes de árvores). É possível observar que os nomes de pessoas e coisas podem surgir de características ou elementos da paisagem natural local, mas essa não é a única origem, uma vez que os nomes têm várias inspirações e de diversos tipos. Na entrada “Toponímia” da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1980), Manuel Paiva Boléo escreve sobre as possíveis fontes de inspiração para a toponímia.

Os topónimos têm as mais variadas proveniências: de nomes próprios de pessoas ou das profissões que exercem (Alfaiates, Oleiros) e de santos (o estudo destes últimos constitui a hagioponímia), de animais (*Cabreira, Cerveira, Gulpilhares* (...)) do reino mineral (minas de ferro, p. ex., *Ferreira*, fontes, rios, alguns deles muito antigos, e cursos de água em geral, e daí as modalidades de hidronímia e potamonímia), da flora (nomes de árvores e plantas, cujo estudo constitui a fitoponímia, e daí nomes como *Aveleda* e *Avelaneda, Cercal*, relacionados com quercus, «carvalho»). – Boléo, 1980, p. 1685.

Ainda na mesma entrada, Manuel Paiva Boléo fala sobre a relação da toponímia com outras ciências. Devido à conexão da toponímia com a dimensão real (a referir os

tópicos da citação destacada acima: fauna, flora, nomes de pessoas e profissões ou santos), ela permite estudar e cartografar a história destes fenómenos. Desta maneira, a toponímia interage com vários campos de estudo, entre eles as ciências naturais, a antropologia e as ciências políticas. A título de exemplo para a antropologia passa-se a referir um caso que surge em “Uma breve perspectiva histórica da toponímia portuguesa e da legislação”. O autor José d’Encarnação (2007) refere que uma das práticas da toponímia durante a ocupação romana era nomear a área na qual a comunidade se fixava com o nome da própria que ocupava aquele território (e ainda dá o exemplo do povo étnico *Paisicaicos*). Este tipo de práticas permite, mais tarde, analisar a antropologia do local no que importa às etnias presentes.

1.1. Antroponímia

É possível dividir a historicidade da antroponímia portuguesa em duas direções: as práticas sociais e a legislação. É importante notar que as práticas da antroponímia portuguesa variavam de acordo com o panorama social. A constituição do nome não estava sujeita a uma lei concreta até à implementação da dita no *Código do Registo Civil*. No que diz respeito à aplicação da legislação sobre as práticas antroponímicas, não só demorou a ser implementada, como, e ver-se-á através dos excertos, as suas projeções iniciais eram relativamente vagas.

A partir deste ponto, serão mencionados, várias vezes, os termos sobrenome e apelido. Apesar destes termos serem utilizados no contexto desta dissertação como sinónimos, ou seja, como referência a tudo o que suceda o prenome, há que referir os significados atribuídos por Leite de Vasconcelos a estas palavras. Em *Antroponímia Portuguesa*, o autor faz questão de pontuar as definições de sobrenome e apelido e tece um comentário sobre a diferença entre ambos. De acordo com o mesmo, sobrenome significa “um patronímico, nome de pessoa, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao nome individual, com o qual como que forma corpo”, enquanto apelido implica uma “designação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração” (Vasconcelos, 2005, p. 11). A diferença entre sobrenome e apelido encontra-se na sua aplicação no seio familiar, pois enquanto o sobrenome se limita, possivelmente, a uma só pessoa ou um número limitado de pessoas, o apelido é algo que abrange toda a família.

No artigo “O uso dos apelidos em Portugal”, para a revista *Brotéria*, António Machado Faria escreve sobre as origens primitivas dos apelidos portugueses. Segundo o autor, na Idade Média, havia o costume de usar o patronímico, ou seja, o “nome derivado do paterno” (Faria, 1951, p. 164). Não se tratando apenas dos patronímicos, também se procurava usar os mesmos nomes que os parentes mais próximos e era uma tendência que se notava tanto em homens quanto mulheres. Entretanto, o uso continuado dos mesmos patronímicos em contexto familiar através de gerações fez com que esses patronímicos se solidificassem como apelidos concretamente ditos. Na *Nobiliarchia Portugueza* (1727), António de Vilas-Boas e Sampaio refere: “E ha de advertirse que alguns destes sobrenomes derivados dos nomes dos pays sam hoje verdadeiros apelidos em algumas gerações, e descendencias, por se averem continuado nellas os taes sobrenomes em fôrma de apelidos em todos os de sua linhagem” (Sampaio, 1727, p.16 *apud* Faria, 1951, p.166). A lista que se segue é a linha de tempo dos usos e costumes da constituição dos nomes portugueses, no que diz respeito aos apelidos, com base no artigo de Faria:

Tabela 1 Constituição dos antropónimos portugueses

Séc. XIV	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio dos patronímicos para se solidificarem como apelidos.
Séc. XVI	<ul style="list-style-type: none"> • Começam a surgir nomes mais compridos (com mais apelidos). • O uso do patronímico diminui e é substituído por dois apelidos (nome de batismo + dois apelidos).
Séc. XVII	<ul style="list-style-type: none"> • O número de apelidos vai aumentando (falta de regras), fenómeno mais recorrente nas famílias de classes sociais superiores. • Nas classes sociais inferiores, são os “apelidos verdadeiros” que perdem o seu valor e começam a surgir indivíduos só com patronímicos no nome.
Séc. XIX	<ul style="list-style-type: none"> • Queda do Antigo Regime (1834) – a seleção de apelidos passa a restringir-se aos do pai ou da mãe e os apelidos dos antepassados mais longínquos caem em desuso. • A mulher portuguesa começa a adotar o nome do marido por matrimónio. O valor e o número dos apelidos do esposo sobrepõem-se aos apelidos da mulher.

Fonte: Adaptação a partir de Faria, A. M. (1951). O uso dos apelidos em Portugal.

O antropónimo age como uma ferramenta de identificação do indivíduo. Porém, ultrapassa a capacidade de identificação da pessoa como um corpo independente, para identificar a pessoa na relação com a sua origem. Anteriormente, viu-se que a antroponímia primitiva começa com a adoção dos patronímicos – do vocábulo grego *patronymikós*, “que significa filho, néto, ou descendente daquele que tem o nome ô nós

formámos e deriuámos” (Barros, 1785, p. 86). Este tipo de antropónimo tem origem no prenome de um parente masculino, mais comumente do pai e a adoção dos patronímicos acontece para distinguir as pessoas que tinham o mesmo prenome. No contexto da antroponímia, o patronímico procurava distinguir a pessoa e associá-la à sua origem familiar via parentesco direto pelo que, numa fase inicial, o nome próprio da pessoa aparecia, a título de exemplo, como “André filho de Fernando” ou “João filho de Rodrigo”. Eventualmente as pessoas deixaram de usar “filho” e até “de”, e os prenomes transformam-se e consolidaram-se como apelidos: “André Fernandes, filho de Fernando” e “João Rodrigues, filho de Rodrigo”. Este era o costume até meados do século XIII, quando o patronímico já não era suficiente para identificar e distinguir o indivíduo (Leite de Vasconcelos *apud* Nunes, 2013). De acordo com a linguista Henriette Walter (1994), a adoção dos patronímicos é um dos vestígios linguísticos deixados pela presença dos povos germânicos após a invasão romana. No seu livro *A Aventura das Línguas do Ocidente*, a autora escreve o seguinte sobre os patronímicos na onomástica portuguesa: “Considera-se uma herança germânica do português a antiga forma de constituição dos apelidos dos filhos a partir dos nomes próprios dos pais” (Walter, 1994, p. 199).

Este sistema ou uso de patronímicos começa a desorganizar-se depois da segunda metade do séc. XVI (...) Para designar melhor um indivíduo, juntava-se o nome, ora a indicação da sua terra, ora uma alcunha. Com o tempo os patronímicos perderam a sua significação primitiva e passaram à classe de meros apelidos de família; o mesmo aconteceu às designações geográficas e às alcunhas. – Leite de Vasconcelos, 1931 *apud* Nunes, 2013, pp. 13-14.

As mudanças de maior relevância para a questão da constituição do nome começam no séc. XIV. De acordo com Naidea Nunes e Dieter Kremer, no seu trabalho *Antroponímia Primitiva da Madeira*, os séculos XIV, XV e XVI foram um período de transição da língua portuguesa, durante o qual esta se transforma do português medieval no português clássico. Foi uma fase em que se iniciou e se procurou consolidar a língua portuguesa na sua dimensão estrutural e essas alterações afetaram a antroponímia.

A primeira legislação firme a ser publicada acerca da formação do nome próprio da pessoa em Portugal aconteceu no início do séc. XX, com a publicação do primeiro *Código do Registo Civil* da República, a 18 de fevereiro de 1911. O artigo n.º 144 declarava que “nos assentos de nascimento não poderão figurar, em caso algum, os sobrenomes e quaisquer referências honoríficas ou nobiliárquicas do registado, nem títulos ou honras”. A próxima revisão da lei da constituição do nome só veio 17 anos mais tarde, com o artigo n.º 213 do *Código do Registo Civil* de 1928: “o número de apelidos não deverá ser

superior a quatro e serão escolhidos de entre os nomes de família dos pais dos registados, devendo os últimos ou último ser do pai”. No *Código do Registo Civil* de 22 de dezembro de 1932, houve apenas uma alteração: em vez de quatro apelidos, o número permitido seria apenas três, como referido no artigo n.º 242: “o número de apelidos não deverá ser superior a três e serão escolhidos de entre os nomes de família dos pais dos registados, devendo os últimos ou último ser do pai” (Monteiro, 2008, pp. 46). Atualmente, encontra-se em efeito o Decreto-Lei n.º131/95, de 6 de junho que, importando à constituição dos apelidos, refere: “O nome completo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos”; “Os apelidos são escolhidos entre os que pertençam a ambos ou só a um dos pais do registando ou a cujo uso qualquer deles tenha direito, podendo, na sua falta, escolher-se um dos nomes por que sejam conhecidos” (Ministério das Finanças e da Justiça, 1995). Contrariamente às primeiras projeções da lei da constituição do nome, não há pronunciamento nos Decretos-Lei do *Código do Registo Civil* acerca da ordenação dos apelidos por parentesco, ou qualquer preferência de ordenação que seja.

1.1.1. A antroponímia madeirense

Como referido anteriormente, os séculos XIV, XV e XVI foram uma altura de profundas alterações na língua portuguesa e a grafia foi um dos campos a sofrer evolução no sentido da consolidação linguística. O produto linguístico e as suas regras manifestam-se e vão sofrer alterações a três níveis: na relação que o indivíduo ou grupo tem consigo mesmo ou entre si, com o núcleo geográfico próximo (freguesia – concelho – ilha) e na relação do indivíduo ou grupo com as influências linguísticas externas. As “inconsistências” encontradas ao longo da evolução da antroponímia portuguesa são fruto de um sistema onomástico arbitrário.

A disparidade nos costumes antroponímicos portugueses pode ser influenciada pela ausência de uma estrutura linguística sólida, o que resultou na adoção de costumes onomásticos de livre vontade. É possível adaptar o mesmo fenómeno no contexto insular. Acontece que anteriormente à descoberta do território, a ilha era desabitada e, como tal, os primeiros vestígios de um património linguístico madeirense só se manifestam pós-ocupação dos povoadores do território. No momento pós-povoamento, existe algo a considerar no que toca à evolução linguística: a evolução pode acompanhar as mudanças

que ocorrem na língua portuguesa em Portugal Continental, tanto quanto sofrer alterações próprias e acabar por formar uma identidade singular e separar-se das raízes continentais.

Os três fatores referidos no parágrafo anterior adaptam-se à condição insular primitiva, de um ponto de vista linguístico. Em primeiro lugar, a relação que o indivíduo ou grupo tem consigo mesmo ou entre si, com a ausência de população e, por consequência, de um sistema linguístico, aquilo que é manifestado na componente onomástica madeirense primitiva são os costumes que os povoadores trazem de Portugal Continental, até mesmo os costumes antroponímicos. Os povoadores não tiveram de se ajustar à língua de uma outra população. Em segundo lugar, a relação que o indivíduo tem com o núcleo geográfico mais próximo (freguesia, concelho, ilha). Este tipo de relação não se restringe apenas à situação insular, mas pode-se-lhe adaptar. No contexto insular os efeitos destes tipos de relação notam-se principalmente no campo da toponímia, mais do que no da antroponímia, isto porque o vocabulário gerado do contacto do indivíduo ou grupo com a geografia vai (ou pode) refletir a realidade. De acordo com Naidea Nunes Nunes e Dieter Kremer em *A Antroponímia Primitiva da Madeira* foram três grupos os principais impulsionadores do património primitivo linguístico e, por extensão, antroponímico madeirense: os povoadores, os estrangeiros e os escravos. Segundo os autores, os apelidos (o vocábulo “apelido” é referido na fonte como “segundo nome” ou “terceiro nome”, consoante a sua posição) geográficos eram muito comuns no início da povoação da ilha e esses antroponímicos geográficos conseguem indicar a origem dos ocupadores que os autores associaram serem provenientes principalmente do Norte de Portugal Continental (Nunes e Kremer, 1999, p.15). Os estrangeiros são atraídos à ilha com o sucesso comercial do açúcar da cana sacarina, iniciando-se no séc. XV. A passagem de muitos é breve, mas alguns fixam-se na ilha e é assim que os seus apelidos se inserem no catálogo de antroponímicos local.

Pensamentos semelhantes são partilhados pelo historiador Alberto Vieira no seu artigo *Antroponímia madeirense: ontem e hoje* (1990), onde faz um levantamento antroponímico da obra de Gaspar Frutuoso assim como em Luis Peter Clode em *Registo Genealógico das famílias que passaram à Madeira*. Neste artigo, o autor divide os apelidos das primeiras famílias em categorias temáticas: patronímicos, proveniência, aspectos fisionómicos e particularidades físicas. Segundo o mesmo, os nomes geográficos e os patronímicos são especialmente importantes, uma vez que eles permitem traçar a origem dos primeiros povoadores das ilhas (Vieira, 1990). Uma coisa que Alberto Vieira inclui no artigo e que até agora não foi tratado em detalhe tem a ver com a predominância

de nomes próprios associados à fé, algo que surge com a Reforma Tridentina de 1565, liderada pelo Concílio de Trento, que incentivou à adoção de nomes de santos.

Os escravos, descrevem Naidea Nunes e Dieter Kremer, foram um dos grupos que marcaram a antroponímia madeirense. O investigador Alberto Vieira, no artigo previamente mencionado, cita o historiador francês Gabriel Dedien na formação dos nomes dos escravos: “detinham três nomes: o de origem, ligado aos deuses adorados em África, o da origem atribuído pelos negreiros, de acordo com a onomástica militar e o nome de «plantação» dado pelo destinatário final» (Vieira, 1990, p.8). Quanto à onomástica dos escravos na ilha da Madeira, esta é igualmente afetada pelas tendências de culto de personalidades, inclusive nomes de santos. Os costumes onomásticos dos escravos são tratados em mais detalhe por Naidea Nunes, em *Os prenomes de escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV a XVII)*. Segundo a autora, além dos nomes ligados à temática da fé, a identificação dos escravos baseava-se principalmente na sua origem étnica e condição social.

O nome é uma ferramenta de inserção social. O dramaturgo italiano Luigi Pirandello, no seu romance *O Falecido Matias Pascal*, afirma que “um homem sem nome é um homem socialmente morto” (RTP, 1986). Porém, muito além de uma porta para a inserção social, o nome é um testemunho do passado do indivíduo e coletividade. Os nomes podem refletir crenças, origens geográficas e, ainda por cima, condições sociais. Em relação aos nomes ligados às origens sociais, estes podem ser tanto libertadores quanto obstáculos e aqui a hierarquia tem um papel muito importante. No que diz respeito às classes sociais mais abastadas, o nome garante privilégios por relações de genealogia (quer sejam relações do tipo familiar ou por casamentos). É o nome que atribui uma identidade ao seu detentor e que lhe permite orientar-se no contexto no qual se insere.

1.2. A toponímia

Este capítulo foca-se em olhar para a história da toponímia portuguesa a partir de um ponto de vista etimológico. A fundação de Portugal enquanto país faz-se de um cruzamento de povos, etnias e culturas e a toponímia nacional não seria diferente, assim também ela é afetada por esta troca étnica e cultural. A etimologia da toponímia obedece às prioridades de cada grupo interveniente (ex.: fundação ou limitação geográfica de comunidades, construção de infraestruturas ou pormenores paisagísticos). De modo a garantir uma organização sistemática, considerou-se a metodologia utilizada por José d'Encarnação no seu artigo *Pela toponímia até à história* no âmbito das Primeiras Jornadas de Toponímia do Sul (2008). Neste artigo, o autor divide a história primitiva da toponímia portuguesa em três fases temporais principais: época pré-romana, época romana e época árabe. A este grupo há a acrescentar: época medieval (galego-português) e época moderna.

A presença romana foi um fator determinante na trajetória social, política e cultural do país e as suas políticas de ordenamento de território foram uma peça-chave no desenvolvimento da toponímia em Portugal. Um dos símbolos maiores da presença romana em Portugal é a rede de estradas, construída por razões de facilitismo de acesso entre as vilas. A fixação de aglomerados habitacionais e o desenvolvimento da rede rodoviária despertou a necessidade de catalogação do território e, conseqüentemente, da adoção de novos topónimos. No que diz respeito à origem dos topónimos romanos, algumas práticas toponímicas estão ligadas à fixação da comunidade naquela localização, ou então ao ato de ter propriedade sobre o terreno no qual a comunidade se fixou. Sobre o primeiro exemplo, José d'Encarnação refere que alguns topónimos surgem do nome do povo que se havia fixado naquela área, e dá o exemplo dos Paisicaicos.

Constituem as inscrições fonte primordial para se conhecerem os topónimos do tempo da ocupação romana no território lusitano. Assim, há – designadamente no Centro de Portugal – rochas que ostentam letreiros a indicar a fronteira de determinado território. Recordo, a título de exemplo, um, da zona de Viseu, onde se lê PAISICAICOI / HAC FINIS, que é como quem diz: «Aqui é a fronteira dos Paisicaicos», povo pré-romano. – José d'Encarnação, 2007, p.2.

Além de questões ligadas à fixação de comunidades, interesses políticos também estavam na origem de alguns topónimos. Segundo Vasco Gil Mantas, esses podem ser associados, na sua origem, às campanhas políticas lideradas pelos imperadores, como foi o caso do Imperador Octaviano que designou algumas cidades portuguesas com o gentílico *Iulia*, nome de família à qual pertencia: *Felicitia Iulia Olisipo* (Lisboa), *Pax Iulia*

(Beja) e *Liberalitas Iulia Eborae* (Évora). O autor ainda refere que *Felicita, Pax* e *Liberalitas* são motes característicos das campanhas políticas do primeiro imperador Octaviano. No mesmo texto, há uma alusão a inspirações de origem geográfica e/ou mitológica ou atividade económica para os topónimos romanos e o autor refere como exemplo Alcácer do Sal. Há um debate sobre a origem toponímica deste nome cuja associação se divide entre uma referência a uma divindade marítima, *Salacia*, e a referência à existência de uma quantidade abundante de sal naquela região.

A invasão muçulmana da Península Ibérica, que ocorreu no séc. VIII, foi outro ponto de viragem no percurso da toponímia portuguesa. A ação das tropas árabes não se restringiu às campanhas militares, como ao deslocamento de comunidades populacionais, que acabam por se fixar em território português. Num processo semelhante ao da ocupação romana, é com a fixação populacional muçulmana que na língua portuguesa se começa a ver a infiltração de vocabulário árabe. Em termos linguísticos, a presença latina perde impacto e a sua evolução morfológica acaba, eventualmente, por estancar, para dar lugar a novos vocábulos e construções linguísticas árabes. Os topónimos já existentes foram adaptados à língua árabe e os novos surgem diretamente deste idioma. Na toponímia árabe, em semelhança com a toponímia romana, também se atribuíam nomes a localidades com ligação à comunidade que as habitava. No caso da influência árabe, é possível detetar um vasto número de topónimos ao longo do território português que referem a origem étnica da população que as ocupava. Em *Moçarabismo e Toponímia em Portugal*, Maria Luísa Seara Marques de Azevedo (2015) lista vários exemplos de topónimos deste tipo, incluindo topónimos mouros, sarracenos, mulladis e judaicos, mas segue alguns exemplos de topónimos concretamente moçárabes: “E a presença das populações moçárabes está ainda assinalada na toponímia — Casal da Monservia (Loures), Casal da Monservia (Sintra), Moçarria (Santarém), Monçaravia (Alenquer), Monsarros, Vila Nova de Monsarros (Anadia), Monte de Monçarves (Viana do Alentejo)” (Azevedo, 2015, p. 3). Quanto à origem dos topónimos, a autora refere no mesmo texto que vocabulário relacionado à natureza é frequente (ex.: plantas e características do terreno). Além do topónimo associado à origem étnica da população ocupante do local, existem ainda outras fontes de inspiração para os nomes geográficos. De acordo com o Professor Melo Lopes, no seu trabalho *Nomes árabes de terras portuguesas*, é possível dividir os topónimos de origem árabe em três categorias gerais: nomes comuns, nomes próprios de pessoas e nomes geográficos de terras muçulmanas que foram adotados a localidades portuguesas (Lopes *apud* Goia, 2011). No seu estudo

O período islâmico em Portugal e os seus vestígios na toponímia do país, Alosan de Goia, que aproveita do sistema de três categorias do Professor Melo Lopes para classificar os topónimos de origem árabe, ainda divide os nomes comuns em categorias mais específicas: condições de terreno e formações naturais, cursos de água e sítios de aguada, fauna, flora, infraestruturas, povoações, nomes de profissões, objetos, nomes metafóricos e nomes que apontam a sentidos geográficos (Goia, 2011). A estas categorias citadas por Goia é possível acrescentar a categoria de topónimos religiosos (ou associados à fé), indicados por Maria Luísa Seara Marques de Azevedo (2015). Além das temáticas, um dos marcos da presença árabe foi a adoção do prefixo *-al*, a título de exemplo: “Albufeira («a represa»), Alcântara («a ponte»), Almada («a mina») e Alverca («a lagoa»)” (Walter, 1994, p.200).

Durante a ocupação árabe, inicia-se um novo movimento: os reis católicos da Península Ibérica iniciam as conquistas e assim abrem-se as portas para uma nova fase de movimentos no território de Al-Andalus: a Reconquista Cristã, que decorreu entre os séculos VIII e XV, quando ficou concluída na sua totalidade. Com a progressiva conquista de territórios, inicia-se o processo evolutivo da língua portuguesa através do galego-português, que tem início geográfico no noroeste da Península Ibérica e do qual, no século XIV, “passaram a derivar o português e o galego como dois falares distintos” (Walter, 1994, p. 202). A alteração desta tipologia pode dar origem a um processo de transformação linguística, onde o vocábulo antigo é substituído por um pertencente à língua dominante, ou da fusão de dialetos por efeito de relações de longa duração entre comunidades. De acordo com Maria Alice Fernandes e Esperança Cardeira, em *Notas sobre a toponímia portuguesa medieval*, um marco do galego no que diz respeito à toponímia foi a “transplantação” de tipologias de propriedades, nomeadamente de propriedades rurais e do conceito de “aldeia” (Fernandes e Cardeira, 2017). Esta ideia também é trabalhada por Paulo Martínez Lema, em *Ad populandum: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval* (2018): os movimentos colonizadores na Galiza deixaram rastros toponímicos que têm precisamente a ver com a sua “ação repovoadora”, rastros que, em Portugal, se concentraram numa vasta zona: Beira, Trás-os-Montes, Minho e Douro (Fernandes, 1968 *apud* Lema, 2018).

Escusamos dizer que esta expansão para sul acarretou a deslocação de grupos de população que, chegados das comarcas nortenhas, se instalaram nas novas terras conquistadas. Um fenómeno deste género terá deixado – e na verdade deixou – rastros toponímicos mais ou menos reconhecíveis e duradouros, entre os quais alguns tão estreita e explicitamente ligados à própria ação repovoadora como os gentílicos ou demónimos, quer dizer, adjetivos

denominativos baseados num topónimo pré-existente cujo referente era a área da qual aqueles novos habitantes eram oriundos. – Lema, 2018, p.143.

A idade moderna em Portugal (sécs. XVI—XVIII) (Santos, 2013), foi uma época marcada por movimentos que provocaram profundas mudanças na sociedade e na cultura portuguesas, sendo um dos seus marcos a Era dos Descobrimentos.

No século XV, através das viagens e explorações marítimas, Portugal começa a dar os primeiros passos na formação do Império Colonial Português. Foram quase 600 anos de ação colonizadora durante os quais os portugueses tiveram uma relação com as regiões colonizadas e a memória deste período ainda perdura na toponímia local. Existem topónimos ligados a Portugal colonial, entre eles artérias com nomes de navegadores e ex-colónias (estas últimas em grande destaque) (Rocha, 2018). Existem, contudo, topónimos em Portugal com origem nas ex-colónias que nada têm a ver com o período colonial, mas homenageiam figuras ilustres destes territórios, a referir o exemplo daqueles associados aos PALOP: escritores, ativistas, músicos, figuras políticas e personalidades do desporto (Deutsche Welle, 2018). Foi na idade moderna que se deram grandes revoluções comerciais por efeito das relações construídas entre regiões via explorações marítimas. No seu início, testemunha-se o *boom* do açúcar e, mais tarde, do vinho, que acaba por atrair investidores estrangeiros (principalmente de origem britânica) para Portugal e, em grande peso, para a ilha da Madeira, onde ambas as indústrias tinham adquirido a maior fama. Os interesses económicos levaram a que famílias estrangeiras passassem pelo país e aqui se estabelecessem. A contribuição estrangeira ultrapassa as indústrias acima mencionadas e estende-se para outras áreas (ex.: ciências e cultura). Pela sua grande contribuição, os nomes de famílias ou indivíduos estrangeiros de maior destaque ficaram imortalizados nas ruas. A interação entre comunidades de origens diferentes não se limita a fenómenos de escala mais restrita geograficamente, como ocorre na fixação de populações estrangeiras por interesses económicos em Portugal, sendo que estas interações fazem parte de um conceito maior e mais recente: a globalização. A idade moderna foi marcada pela abertura a relações não apenas entre comunidades ou cidades, mas até entre países, principalmente por razões comerciais.

Os interesses políticos também influenciam a toponímia. Os séculos XIX e XX em Portugal são marcados por uma série de transições políticas: do regime absolutista monárquico para o regime liberal monárquico, da República para o Sidonismo e do Estado Novo para, finalmente, a república constitucional. A memória de personalidades e acontecimentos que foram gerados a partir de e marcaram estes movimentos é mantida

viva na toponímia nacional. Em *A toponímia, património imaterial das comunidades urbanas e sua ideologização*, Carlos Ferreira Caetano escreve sobre a toponímia de origem política, onde há uma conexão inseparável entre o símbolo e a ideologia, havendo, portanto, um risco maior que se assume na sua aplicação. Neste tipo de toponímia há uma linha cinzenta entre relembrar o símbolo pelos seus feitos e validar as suas crenças políticas (ideologia). A toponímia não é meramente um ato de atribuir o que é considerado “só um nome”, uma vez que existe um significado intrínseco ao símbolo e, portanto, atribui-se-lhe automaticamente uma orientação ideológica. No que diz respeito aos topónimos ligados à política, é possível argumentar que pode ocorrer, então, uma tentativa de “ideologização” das ruas na sua organização administrativa (Caetano, 2015).

A fim de contextualizar a legislação da toponímia atualmente em vigor em Portugal, é necessário relembrar a história institucional da topografia no país, pois esta terá um papel importante na criação da principal instituição de toponímia nacional – a Comissão Nacional de Toponímia. A topografia é a atividade de descrever e representar a configuração de um terreno e as suas particularidades físicas e os estudos topográficos já vinham a ser desenvolvidos em Portugal desde o séc. XVIII, por interesse da Academia Real da Marinha. No séc. XIX, foi criada a Comissão Geodésica e Topográfica que, unida à Comissão de Trabalhos Geológicos do Reino passa, no ano de 1857, a designar-se de Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Corográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino. Entretanto, as funções desempenhadas pela Direcção Geral são assumidas, em 1920, pela Administração Geral dos Serviços Geodésicos, Topográficos e Cadastrais. Em 1926, por efeito do decreto nº.12.764 de 22 de novembro, a Administração Geral dos Serviços Geodésicos, Topográficos e Cadastrais passa a designar-se Instituto Geográfico e Cadastral e a este competia estudar, entre outras áreas, a toponímia nacional (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2008).

A decisão da criação de uma instituição que liderasse a toponímia em Portugal surgiu da necessidade de estruturar as responsabilidades do Instituto Geográfico e Cadastral (IGC). Uma vez que o IGC era responsável pelo cadastro toponímico das localidades, foi considerada a criação da comissão, cujo regulamento foi promulgado no Decreto-Lei 230/89, de 21 de julho. Neste Decreto-Lei, publicado pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território, compete à Comissão Nacional de Toponímia os seguintes encargos, como descritos no Artigo 3.º do mesmo decreto: “a) Emitir parecer sobre a atribuição correcta e uniforme dos nomes geográficos a nível nacional”; “b) Estabelecer os critérios que presidem às regras de escrita dos nomes

geográficos” e “c) Promover a oficialização dos nomes geográficos” (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1989). A Comissão Nacional da Toponímia age como um órgão regulador das práticas de cadastro. Porém, os responsáveis diretos pela toponímia são as câmaras municipais e cabe a cada uma considerar a toponímia da sua respetiva área de ação, em colaboração com a sua comissão municipal da toponímia. Não existem considerações sobre a estrutura do topónimo, mas existem recomendações a levar em conta quanto à origem do topónimo pela comissão municipal da toponímia.

Tabela 2 Regulamentos de toponímia concelhia da Câmara Municipal de Lisboa e Câmara Municipal de Abrantes

Câmara Municipal de Lisboa – Alteração à Postura Municipal sobre a Toponímia e Numeração de Polícia	Câmara Municipal de Abrantes – Normas para a atribuição de toponímia e números de polícia
a) Personalidades com relevância para a Cidade, de reconhecido prestígio nacional ou internacional	a) Topónimos populares e tradicionais;
b) Personalidades de relevo mundial inquestionável	b) Referências históricas de âmbito nacional, regional ou local;
c) Efemérides relevantes para a Cidade, nacionais ou internacionais	c) Nomes de países, cidades, vilas, aldeias nacionais ou estrangeiras, que, por qualquer razão relevante, tenham ficado ligados à história do município ou historial nacional, ou com as quais o município se encontre geminado;
d) Movimentos culturais, científicos e políticos com expressão significativa para a Cidade	d) Nomes de sentido amplo e abstracto, que possam significar algo para a forma de ser e estar da população local;
e) Instituições públicas ou privadas	e) Não serão atribuídas designações antroponímicas com o nome de pessoas vivas, salvo em casos extraordinários
f) Países e cidades estrangeiros com laços significativos com a Cidade de Lisboa	
g) Sítio, lugares e conjuntos edificados representativos da memória da cidade	

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa (2014) e Câmara Municipal de Abrantes (2010).

É possível concluir que existem dois objetivos subentendidos às normas de seleção dos topónimos, que são a conservação e a elevação da história local. Entende-se por “conservação” o ato de preservar a história da localização. A utilidade de conservar a história não se limita apenas ao ato de preservar o passado, como serve para o futuro – trata-se do conceito de “raízes” e de manter a conexão da comunidade às suas origens, ao seu património e à sua cultura, em que se enquadra o Património Linguístico. A elevação implica reconhecer o valor daqueles que contribuíram para a comunidade. José d’Encarnação, na sua participação nas 1.^{as} Jornadas de Toponímia do Sul, reflete sobre o papel da toponímia na convivência social, política e cultural de uma comunidade: “a atribuição do nome a uma rua não é mera operação administrativa, mas radica mais fundo, na consciência da população, nas tradições dos moradores, os primeiros a deverem ser, neste caso, amplamente consultados, até porque são eles que sabem do «Génio do lugar» e ali têm as suas raízes” (Encarnação, 2007, p.8). É interessante José d’Encarnação argumentar que, no processo de caracterização toponímica, se deva recorrer aos locais, enquanto o mesmo reconhece que existem poderes que podem influenciar as práticas de cadastro das localidades. Na mesma participação, o investigador faz referência aos interesses culturais e políticos. A estrutura das normas toponímicas municipais é complexa e, de maneira geral, faz referência às seguintes áreas: tipo de áreas sujeitas a nomeação toponímica, competência de atribuição (órgãos responsáveis pela supervisão da toponímia local), procedimento e condições de atribuição, critérios de seleção e proibições.

1.2.1. A toponímia madeirense

A obra *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discursos da Vida e Feitos dos capitães da Dita Ilha*, de Jerónimo Dias Leite, do século XVI, é uma ferramenta-chave no processo da investigação acerca dos primórdios da toponímia madeirense. Neste trabalho, o autor transcreve os primeiros relatos feitos pelos navegadores aquando da ocupação do Porto Santo e da ilha da Madeira. Nestes, é possível encontrar referências à toponímia primitiva da ilha e até mesmo à sua contextualização etimológica. A lista que se segue é composta de 9 topónimos referidos no relato da primeira viagem e serve como testemunho à inspiração da toponímia. Em termos de metodologia de análise, o objeto alvo de observação é a segunda parte do nome (ex.: Porto do Seixo – Seixo, Santa Cruz

– Cruz, Ponta do Garajau – Garajau). Quanto ao sistema de categorização, os nomes dividem-se pelos seguintes grupos: natureza, fauna, flora, fé, qualidade ou característica, acontecimento, geologia/formação geológica, posição geográfica e pessoa, sendo selecionados de acordo com o significado associado ao nome.

1. **Porto do Seixo** – Seixo (flora) – “outra fonte, que sahia debaixo de um grande, e antiguo e fresco Seixo” (p.11);
2. **Santa Cruz** – Cruz (fé) – “mandou ho Capitão delles fazer hua crúz ha qual mandou aruorar num alto de hua aruore, e deo nome aho lugar Sancta Cruz” (p. 11);
3. **Ponta do Garajau** – Garajau (fauna) – “acharão nella tantos garaiaos aues do mar (...) E por esta causa ficou ho nome há ponta do garaiao” (p. 11);
4. **Ribeira de Gonçalo Aires** – Gonçalo Aires (pessoa) – o homem que primeiro explorou a zona daquela ribeira;
5. **Funchal** – Funcho (flora) – “E pello muito funcho que nelle achou” (p. 12);
6. **Ponta da Cruz** – Cruz (fé) – “mandou ho Capitão poer nella hua cruz” (p. 13);
7. **Praia Formosa** – Formusura (qualidade/característica) – “Dobrando esta ponta forão dar em hua fermosa praia que pella fermosura, e assento della he pos nome ha praia fermosa” (p.13);
8. **Ribeira dos Socorridos** – Socorridos (acontecimento) – Refere-se a uma missão de resgate que houve naquela ribeira por ela ser muito difícil de navegar (p.13);
9. **Câmara de Lobos** – Lobo marinho (fauna) – “onde ha Natureza fez hua grande lapa aho modo de hua camara, de pedra, e rocha uiua. Aqui se meterão com hos bateis donde acharão tantos lobos marinhos” (p.13);

Ao ler o relato da primeira viagem, é possível concluir que os homens estavam orientados para a exploração e o reconhecimento do território, contando que a iniciação de construção de infraestruturas só viria mais tarde. No que importa ao tipo de localidades a que se atribuíram os topónimos, elas referem-se principalmente a localidades e têm a função de delimitar áreas geográficas. Nesta fase inicial, não existem referências a infraestruturas. As temáticas dos topónimos podem ser divididas nas seguintes categorias: fauna (ex.: garajau, lobo marinho), flora (ex.: seixo, funcho), fé (ex.: Santa Cruz, Ponta da Cruz), nomes de pessoas (ex.: Gonçalo Aires), acontecimentos (ex.: Ribeira dos

Socorridos) e qualidades ou características (ex.: Praia Formosa). Os esforços de ocupação do território são tratados no relato da segunda viagem.

1. **Capela de Cristo (Machico)** – Cristo (fé) – “E foi esta há primeira Igreja que se fez nesta Ilha da Madeira, e chamou / se de Christo porque há Ilha era do mestrado de Christo” (p.18);
2. **Igreja de Nossa Senhora do Calhau** – Calhau (pedra, geologia) – “e por / estar segura, e bem assentada há mandou ordenar ha beira do mar, no cabo do Valle do funcho ao longo da primeira Ribeira deste prado, donde fazia ho mar co ha corrente da ribeira hua obra de muitos calháos e sexos meudos, lauados da continuação do mar que nella batia” (pp. 18-19);
3. **Capela de Nossa Senhora da Conceição (Conceição de Cima)** – Cima (posição geográfica) – “fundou hua da invocação de nossa senhora da Conceição pera seu iaziguo, ha qual uulgarmente lhe chamão nossa senhora de cima por estar / fundada acima da villa, num tezo aho pé de hum piquo” (p.20);
4. **Igreja de Santa Catarina** – Santa Catarina (fé) – “Ha Capitoa Costança Roiz por ser molher sancta e muito deuota da bemaumenturada santa Catrina (...) mandou fazer hua Igreja desta sancta” (p.21);
5. **Ribeira Brava** – Brava (qualidade/característica) – “dalij ha tres legoas ha hua furiosa Ribeira, na praia da qual hos estua aguardando ho dito Capitão, que em terra desembarcára e tinha traçado hua pouoação ha que deu nome Ribeira braua pella que corria neste lugar” (p.22);
6. **Ponta do Sol** – Sol (natureza) – “e porque na rocha que estaa sobre a ponta se enxerga de longe, e se ve claro hua vea redonda, na mesma rocha com hús raios que parece sol deulhe ho Capitão nome ha ponta do sol” (p.23);
7. **Calheta** – Ancoradouro (formação geológica) – “desembarcão antre hus penedos donde fizerão ha mão um hum desembarcadouro aque ho Capirão pos o nome Calheta” (p.23);
8. **Ponta do Pargo** – Pargo (fauna) – “e do batel de Alvaro Affonso hum peixe que parecia Pargo de marauilhosa grandesa e ho maior que ate ha quelle tempo tinham visto, pela rezão do qual peixe ficou nome aquella Ponta ha do Pargo” (p.24);
9. **Ponta da Oliveira** – Oliveira (flora) – “que uem sair aoutra Ponta da banda do Sul, em que se afincou hum Ramo, ou paa de Oliueira (que uiera do Regno) por baliza desta iurdição, donde ficou ha ponta nome ponta da Oliueira” (pp. 24-25);

10. **Caniço** – Caniço (flora) – “por nelle estarem has terras cubertas de hum carriço como canas mui delgadas donde tomou ho nome (ainda que corruptamente) porque esta erua que chamão carrico tem hus grellos / como compridas canas” (p.25);
11. **Ilha Deserta** – Deserta (qualidade/característica) – “E por não se pouoar esta Ilha deu lhe nome Dezerta (p.27);
12. **Ilhéu Chão** – Chão, superfície plana (formação geológica) – “que se chama ho Ilheo cham, pello elle ser em si alem de ho parecer” (p.27);

Assim como referido no parágrafo anterior, o processo da urbanização só é abordado no relato da segunda viagem. Ao passo que a primeira visita teve como foco o reconhecimento do território, na segunda viagem os esforços são direcionados para a tratamento do mesmo, no que importa à construção de infraestruturas e à sua organização administrativa (ex.: fundação de novas freguesias, divisão por “sesmarias”). Consoante a lista de topónimos que aparecem nos relatos transcritos por Jerónimo Dias Leite, é possível construir dois tipos de comentário: um sobre a etimologia dos nomes (origem do significado) e outro sobre a convivência da sociedade portuguesa com a religião e o seu impacto na toponímia.

Nos topónimos recolhidos da primeira viagem, foi possível verificar que a fauna e a flora são temas presentes na toponímia primitiva madeirense e o mesmo acontece nos nomes abordados na segunda viagem. Entre aqueles que se relacionam com o património paisagístico, podem destacar-se os que têm a ver com a flora (ex.: Ponta da Oliveira, Caniço), com a fauna (Ponta do Pargo), com geologia/formações geológicas (ex.: Ilhéu Chão), com condições climáticas (ex.: Ponta do Sol) e com recursos hídricos (ex.: Ribeira Brava). Todos eles indicam características da paisagem natural da ilha da Madeira, do seu terreno e das espécies que o ocupam, sejam plantas ou animais. Além do tema da natureza, é possível associar os topónimos a outras origens: religião (ex.: Capela de Cristo e Igreja de Santa Catarina) e povoamento (ex.: Ilha Deserta).

A toponímia pode, em parte, ser influenciada pela associação do indivíduo ou grupo à sua realidade próxima e a fé é um dos elementos que pode contribuir para a constituição dessa realidade. As primeiras infraestruturas a serem construídas na ilha da Madeira são igrejas e são mais em número do que aquelas referidas na lista: Igreja do Espírito Santo, Igreja da Vera Cruz, Igreja do Apóstolo de São Tiago e Igreja de Nossa Senhora da Estrela. Este ato de iniciar a urbanização do território com a construção de

edifícios religiosos é reflexo de uma relação de longa duração dos portugueses com a religião católica e do quão proeminente a fé era na convivência social e cultural da altura. A influência da igreja católica não se estende apenas ao tipo de infraestruturas como às temáticas abordadas nos topónimos, uma vez que, em ambas as viagens, é possível notar a ocorrência de temas religiosos na composição dos nomes das localidades.

Nos relatos de Jerónimo Dias Leite, verifica-se que, na fase inicial da ocupação do território, a temática da religião já era aplicada na nomeação de freguesias. Porém, esse costume não se deixou ficar por aí e é uma prática que se manteve e solidificou. No panorama espacial madeirense destaca-se, dentro da temática da religião, a sua presença na denominação de freguesias (delimitação geográfica) e alguns municípios homónimos: Santa Luzia, Santo António, São Gonçalo, São Martinho, São Pedro, São Roque, Santo António da Serra, Santa Cruz, Arco de São Jorge, São Jorge, São Roque do Faial e São Vicente. Existem outros topónimos de freguesias que se incluem no tema da religião: Sé, Porto da Cruz e Achadas da Cruz.

Estudar a toponímia madeirense é uma tarefa que exige algum esforço, isto porque carece de registos escritos sobre a nomenclatura das ruas. As temáticas podem sobreviver aos tempos, mas não se pode dizer o mesmo dos nomes e da sua grafia e passa-se a dar o exemplo da toponímia funchalense. De acordo com Álvaro Manso de Sousa, no seu artigo *Ruas do Funchal (Notas para o estudo da toponímia citadina)*, os documentos mais antigos que tratam da toponímia funchalense são os livros de óbitos da Sé (Sousa, 1955). Quanto à regulação da toponímia, a primeira legislação publicada acerca deste assunto só chegou no ano de 1878, com o Código Administrativo, aprovado por carta de lei de 6 de maio do mesmo ano. Esta responsabilidade está descrita no Título VI, Capítulo II, Artigo 103º, alínea 28: “Determinar a denominação das ruas e logares publicos e a numeração dos predios”. Por meio desta publicação, as câmaras municipais passam a ter a responsabilidade de atribuir nomes às localidades sob a sua administração (Rebelo, 2022 e Santos, 2019). Anteriormente à publicação deste documento, a atribuição dos nomes das ruas era deixada ao livre arbítrio da população e ainda havia ruas com mais de um nome, diz Álvaro Manso Souza (1955), apontando para a fragilidade da toponímia local.

Percebe-se que a denominação das velhas vias públicas, antigamente, era do arbítrio popular que se valia, a maior parte das vezes, dos nomes das pessoas mais notáveis que nelas residiam, e é de crer também, que muitas ruas tiveram, ao mesmo tempo, mais de uma designação consoante a instabilidade na fama ou fortuna social de mais de um dos seus respectivos moradores. Pouco estáveis, portanto, seriam os nomes das ruas e indagá-las na antiga documentação é faltar em dificuldades, pois, o objectivo de localizar, numa actual planta

da cidade, a maioria das suas primitivas ruas é trabalho fragoso e estéril. – Manso, 1955, p. 41.

Nos livros de óbitos da Sé referidos por Álvaro Manso de Sousa são, de facto, mencionadas várias ruas, mas são poucos os nomes que sobreviveram até hoje, tornando difícil o processo de identificação dessas vias públicas no mapa atual da cidade. Julga-se importante destacar estes registos pelo seu contributo no campo linguístico, nomeadamente na etimologia local. O primeiro livro, datado de 1538-1551, faz referência às seguintes ruas: Rua de João Gago, Moinhos, Rua de Santa Maria do Calhau, Cabo do Calhau, Rua de Álvaro Dias, Rua Nova, Rua das Pretas, Carreira, São Bartolomeu, Rua Elena Adão, Rua de Jerónimo Gomes e Rua de João de Spínola (Manso, 1955). Nesta pequena lista, reconhecem-se imediatamente dois nomes: Rua das Pretas e Carreira. Estas vias fazem parte do sistema de antigas artérias da cidade e são bastante conhecidas. A Carreira, atualmente de nome completo Rua da Carreira, tem esse nome pelas corridas de cavalos que lá havia e a Rua das Pretas assim se chama pelo grande número de famílias ricas que residiam naquela rua e tinham sob seu serviço empregadas negras. Se se for pesquisar por estes nomes, apenas sobreviveram a Rua de João Gago, Rua das Pretas e Carreira. Estes registos servem como exemplo à fragilidade da toponímia local.

Os movimentos ocorridos no espaço insular no âmbito do comércio, migração e cultura também tiveram impacto na toponímia madeirense. No que importa ao comércio destacam-se dois movimentos importantes, o comércio da cana-de-açúcar e do vinho madeira. O surgimento da indústria do açúcar na ilha da Madeira implica a exploração dos “canaviais” e, por efeito, a construção dos “engenhos”, onde é transformada a cana-de-açúcar. Novos tipos de terrenos e infraestruturas surgem para sustentar esta atividade e, por consequência, o vocabulário expande-se e estende-se à toponímia local na nomeação destas áreas de cultivo e das fábricas. Atualmente, poucos são os engenhos que ainda produzem, mas funcionam, por exemplo, o Engenho Novo da Madeira, Sociedade de Engenhos da Calheta e Engenhos do Norte. Curiosamente, na sua etimologia, fazem referência a pontos geográficos (ex.: Madeira e Calheta).

No que importa à migração, podem destacar-se dois dos grupos que tiveram impacto na toponímia local: os povoadores e os estrangeiros. Quando se fala dos povoadores vêm imediatamente à mente os capitães donatários. Pelos seus feitos na evolução da ilha da Madeira e do Porto Santo, têm os seus nomes eternizados em diferentes pontos, por exemplo: escolas (ex.: Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco e a Escola Básica Bartolomeu Perestrelo, no Funchal), ruas (ex.: Rua Bartolomeu

Perestrelo, Rua Tristão Vaz Teixeira e Rua João Gonçalves Zarco, no Caniço) e estradas (ex.: Estrada João Gonçalves Zarco, também no Caniço). O interesse estrangeiro na ilha da Madeira tem uma forte ligação com as indústrias da cana-de-açúcar e do vinho madeira, sendo que as famílias foram atraídas pelas boas perspectivas de negócios e acabaram por aqui ficar. Como exemplo da toponímia estrangeira, importa destacar a toponímia de origem britânica ou associada à mesma. Ela manifesta-se em infraestruturas de utilidade comunal como na nomenclatura da igreja inglesa, a Holy Trinity Church, ou no Cemitério Britânico da Madeira, também conhecido simplesmente por Cemitério Inglês e, depois, a um nível mais específico, em referência a famílias ou indivíduos ingleses residentes na Madeira e de grande importância, a referir, por exemplo: a antiga Casa Bancária Blandy Brothers e a adega Blandy's Wine Lodge da família Blandy; o Reid's Hotel (fundado por William Reid) e o Largo do Phelps (em referência à família Phelps).

Outro tema proeminente da toponímia madeirense é a água. Recorda-se a obra *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discursos da Vida e Feitos dos capitães da Dita Ilha*, de Jerónimo Dias Leite em que existem duas referências associadas a este campo semântico: Ribeira dos Socorridos (ribeira) e Ribeira Brava (concelho). Neste caso, os topónimos em questão indicam um tipo de curso de água que é “ribeira”, apesar de surgirem em contextos diferentes. Novamente, vê-se aqui uma descrição da paisagem natural da ilha refletida na sua toponímia. Além da Ribeira dos Socorridos e da Ribeira Brava (localizada no concelho homónimo), existem outras, a mencionar: Ribeira de João Gomes, Ribeira de Santa Luzia e Ribeira de São João. Existe outro tipo de curso de água presente na toponímia madeirense e que, por sinal, é um atrativo turístico muito popular: as levadas. Inicialmente construídas para levar água às comunidades mais isoladas, por falta de um sistema de água canalizada, atualmente são uma atração turística conhecida. Em relação às levadas, destacam-se apenas algumas das mais conhecidas: Levada das 25 Fontes, Levada do Rabaçal, Levada da Serra do Faial e Levada do Alecrim.

Não se pode falar da toponímia madeirense sem falar dos “caminhos”. Estas vias pedonais podem ser agrupadas a dois níveis: os caminhos e os Caminhos Reais, sendo os últimos estabelecidos como as principais vias terrestres. De acordo com a Associação dos Caminhos Reais da Madeira, estes percursos surgem como “alternativa e complemento às ligações marítimas”. Os caminhos facilitavam a deslocação de uma localidade para outra e ainda, a um nível maior, para conectar as localidades da vertente sul às do norte. Durante muitos anos, estes percursos tiveram uma popularidade imensa, sendo que eram

o único meio de deslocação da população, mas, com a chegada do automóvel e com a criação da rede rodoviária, estes caminhos foram perdendo importância e, atualmente, como as levadas, o seu foco de utilidade é essencialmente turístico. Além dos “caminhos” existem as “veredas”, um outro tipo de trajeto pedonal, tipicamente mais estreito que o caminho. No excerto que se segue, retirado de “A toponímia como Paisagem Linguística e Património Linguístico: Ruivós, no cruzamento de rotas para a Madeira?” para a revista *Sabucale*, Helena Rebelo discute a conversão destes topónimos (levadas, caminhos) em expressões linguísticas associadas ao lazer e à negação destes percursos pedonais a favor do veículo automóvel:

Andar a pé, em plena pujança da indústria automóvel que pensa em carros inteligentes sem automobilistas, parece ser descabido. Todavia, nunca esteve tão na moda por questões de lazer e, um pouco por todo o país, vão surgindo expressões como “fazer trilhos” (como nos Açores), “fazer levadas” (como na Madeira) ou “fazer caminhadas” (em toda a parte). Basta falar com qualquer idoso de oitenta ou noventa anos para perceber que, se pudesse escolher, preferiria o automóvel ao esforço físico da caminhada que, durante toda a vida, tivera por necessidade de realizar. – Rebelo, 2021, p. 115.

Se for a ser considerada a maneira como se processa a toponímia no espaço geográfico insular, acredita-se que existe uma espécie de dualidade. Esta diferença manifesta-se principalmente na distinção entre a cidade (capital) e as localidades mais longínquas e as maneiras distintas como estes tipos de localidades absorvem e lidam com mudanças. A toponímia é afetada pelo tipo de espaço onde se encontra e pelos fenómenos aos quais é exposta (ou pela convivência popular, que depois irá afetar a toponímia). É importante levar em consideração a natureza do espaço geográfico, uma vez que existe uma certa desigualdade na exposição a influências externas. Certamente muitos topónimos têm raízes populares, mas aqui importam as alterações que eles vão sofrendo com o tempo (ou não) e quais são os motivos dessas alterações. Enquanto a vida no campo é mais vagarosa, o ritmo nas freguesias centrais e localidades próximas a estas é muito mais rápido, uma vez que aqui se encontra a maior concentração de pessoas e o facto de o concelho do Funchal ser o centro político, social, de comércio e negócios. A toponímia citadina mais depressa sofre alterações porque a convivência social e cultural está constantemente em mudança.

No parágrafo anterior, falou-se da dualidade da toponímia no espaço geográfico insular a um nível mais geral (centro urbano vs. campo) e, agora, importa considerar a constituição física de cada um desses dois espaços. Não se trata apenas da origem dos nomes que distinguem as localidades umas das outras, mas a que tipos de localidades são

aplicados esses nomes. Quando se pensa no centro urbano, a presença de infraestruturas feitas pelo homem é significativamente maior do que no campo e fala-se de infraestruturas como estradas, pontes, rotundas e principalmente de edifícios de utilidade pública como hospitais e escolas. No caminho da vertente sul para o interior da ilha e costa norte, o número de infraestruturas diminui e a natureza começa a sobrepor-se à presença do homem. Não quer dizer que não haja ação humana nas localidades longe do centro, é só que esta ocorre em menor escala.

A toponímia das localidades ou infraestruturas está, em grande parte, associada à história local e por isso importa preservá-la. As temáticas podem persistir através dos tempos e alguns nomes permanecem por tão populares que são, mas outros sofrem alterações por efeito da convivência popular ou de alterações na grafia. Esta ideia defende-a o historiador Nelson Veríssimo, na sua publicação *Toponímia do Funchal*, para o blogue “Passos na Calçada”. Nela, o autor escreve sobre a qualidade de ação das câmaras municipais no tratamento da toponímia local. É referido que há um desrespeito pelas “antigas designações destes sítios”, em favor de denominações com pouco significado e, em parte, influenciadas pelos interesses partidários. De acordo com Nelson Veríssimo, verifica-se também a mudança de letras nos vocábulos toponímicos, no decorrer do tratamento da nomenclatura das localidades, assim como a supressão de partes do nome e dá o exemplo do topónimo Cruz de Carvalho, cujo original é Cruz do Carvalho e onde ocorreu a supressão do artigo definido em ‘do’, a favor da preposição ‘de’ (Veríssimo, 2013). Este aspeto realça que o significado dos topónimos pode variar, salientando que, com as alterações, ganha significados diferentes do que tinha na origem.

II. O nome “Pereira”: antropónimo e topónimo

2.1. A origem do antropónimo

Como a língua é um símbolo de uma herança étnico-cultural comum, o antropónimo é uma herança comum à família e age como um elemento identificador e unificador da mesma. O antropónimo é a herança que as gerações presentes carregam dos seus antecessores e que irão transmitir às gerações futuras.

Os antropónimos podem ter várias origens, inclusive geográficas. De acordo com José Leite de Vasconcelos (1928), os antropónimos de origem geográfica podem surgir a partir de uma ligação que o indivíduo tem ao local: “Os apelidos tirados directamente de nomes geograficos começaram, em regra, não só, como já sabemos, por designar locais de nascimento, residencia ou procedencia, mas também senhorios (honras, coutos, terras, simples quintas, etc.)”. Uma vez que o apelido de origem toponímica pode implicar um sentido de posse ou conexão sobre uma localidade, este tipo de antropónimos também pode ser considerado patronímico (de património — algo que alguém possui). Partindo do facto de que o sobrenome do indivíduo pode surgir a partir de uma conexão que o mesmo tem com o local, no caso de sobrenomes que surgem de particularidades vegetais, essa ligação remete para as particularidades da agricultura local com a qual o indivíduo está em contacto. Nas palavras de José Leite de Vasconcelos (1928): “Os apelidos e alcunhas tirados do reino vegetal referem-se pela môr parte a arvores de fruta, a frutas, plantas e produtos hortenses, e cereais, isto é, áqueles elementos da flora com que o homem está mais imediatamente em contacto, por serem base de alimentação; algumas referem-se a plantas de mato” (Vasconcelos, 1928, p. 264). No caso de “Pereira”, o antropónimo estará associado à árvore do mesmo nome.

O sobrenome “Pereira” tem raízes toponímicas e atribui-se a sua origem a uma propriedade particular, nomeadamente uma quinta (senhorio). De maneira geral, existe um acordo no que diz respeito à origem de “Pereira”: o primeiro registo deste antropónimo aparece associado a D. Rui Gonçalves de Pereira. Este indivíduo pertence a uma família nobre e toma o apelido de “Pereira” de uma quinta que possuía próximo do rio Ave, de nome Quinta das Pereiras, em Esmeriz, Portugal continental. A pessoa de D. Rui Gonçalves Pereira é cavaleiro e filho de D. Gonçalo Rodrigues da Palmeira e de D. Froilhe Afonso de Celanova, filha de um conde. O pai é soldado real e o filho acompanha o pai em várias batalhas. Este homem chega a casar-se duas vezes: o primeiro casamento

é com D. Inês Sanches, do qual não teve descendência, depois com D. Sancha Henriques de Portocarreiro, com quem teve filhos: D. Pedro Rodrigues de Pereira, D. Froilhe Rodrigues de Pereira, D. Maria Rodrigues Pereira e Gonçalo Rodrigues de Pereira. À medida que os elementos da família se vão casando, “Pereira” perde a associação à classe social que tinha na origem, uma vez que este sobrenome passa por outros tipos de espaços sociais (Barbosa, *et al*, 1980, Correia, *et al*, s.d. e Sousa, 2001). Segundo Manuel de Sousa (2001), o antropónimo “Pereira” já é conhecido desde o século IX.

Quanto à sua origem, assume-se que “Pereira” está associado a um nome de árvore e esta ideia é facilmente confirmada em dicionários etimológicos: o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* aponta a origem de “pereira” para o nome substantivo “pêra” (Cunha, 1982); o *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa* também aponta a origem de “pereira” a “pêra” (Moreno, 1938). Tanto como nome substantivo quanto como antropónimo, por “pereira” já existir há vários séculos, estaria naturalmente sujeito a mudanças ortográficas. Enquanto nome substantivo, no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, José Pedro Machado assinala duas formas distintas da grafia de “pereira”: “peraria”, que aparece no texto de António López Ferreiro, *Historia de La Santa Iglesia de Santiago de Compostela*, já no ano de 830 (Ferreiro *apud* Machado, 1977) e “pereira”, já na sua forma portuguesa, em “et quomodo separat peias cum pereira et...” (Machado, 1977, p. 342). Enquanto antropónimo, atribui a origem deste a “pereira” e identifica a forma “Pireira”, num texto de 1387, “nuno alvarez pireira nosso condestabre”, e em 1418, “joham pireira nosso criado” (Machado, 1984, p. 1161). É interessante o facto de aparecerem ocorrências de “Pereira” em Santiago de Compostela. O Instituto de Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela conduziu o projeto Cartografia dos apelidos de Galicia (CAG) que tem por base o mapeamento da presença geográfica de “Pereira” na Galiza através de mapas cartográficos. A recolha realizada permite observar que há uma forte relação entre “Pereira” e o território galego, não só na sua forma ortográfica original, como em outras formas (ex.: “Pereyra” ou “Pereda”).

2.2. Referências literárias e culturais a “Pereira”

A contextualização literária dá conta das produções escritas que contribuem para o estudo da toponímia e da antroponímia locais, direta ou indiretamente. Procurou-se analisar algumas produções literárias mais antigas que abordam este tipo de assuntos. No que comporta à análise, o objetivo foi verificar se: 1) os temas de antroponímia ou toponímia são abordados e 2) qual o tipo de informação que aparece nas obras, quanto a esses assuntos. Além destas informações mais gerais, procurou-se por alguma referência a “Pereira” e, eventualmente, informações sobre outros topónimos com nomes de árvores.

O historiador Alberto Vieira, na sua introdução a *As Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, refere-se à obra, entre outros adjetivos, como um “repositório da História das ilhas” (Vieira, 2007, p.9). Nesta revisão histórica, Gaspar Frutuoso dedica uma nota às famílias nobres do *archipelago* da Madeira. Num primeiro momento, o autor recorre ao poema *Insulana*, de Manoel Thomaz que, em cinco estâncias, menciona vários apelidos de famílias notáveis do arquipélago. O apelido “Pereira” aparece na lista de famílias nobres e, por razões de brevidade, passa-se a destacar apenas a estância introdutória mais aquela a que Pereira diz respeito.

“Não denuméro as Casas generosas;
Baste só nomearte os Apellidos
Das Familias mais altas, e famosas,
Para serem se[o]s nomes conhescidos;
Que sendo pellas obras gloriosas
Os seus Feitos com fama engrandescidos
Mais viuos nella estaõ, pera o futuro,
Que grauados com ouro, em bronze duro.

(...)

Leitões, e Figueiròs, Dultras, Aruellos,
Pintos, Barbozas, Lobos, e Pereiras,
Costas, Botelhos, Mayas, Leoens, Mellos,
Serroens, Lamegos, Pontes, e Viueiras,
Sárdinhas, Mattos, Sandes, e Camellos,
Homens, Anrulhos, Pretos, Madureiras,
Mouras, Areas, Carualhos, com Aldrammas,
Bathencóres, Saldanhas, Bragas, Gammas”

– Thomaz, 1635, est. 109 e 112 *apud* Frutuoso, 1998, p. 513.

No segundo e último momento desta nota, o sumário de apelidos de famílias nobres faz-se acompanhar de uma série de artigos sobre cada nome referido na *Insulana*.

Nesses artigos, Gaspar Frutuoso realiza anotações sobre o primeiro dono de cada apelido no arquipélago da Madeira, assim como inclui algumas informações adicionais acerca do indivíduo em questão. No caso de Pereira, o autor refere que o apelido surge na ilha da Madeira em primeira mão por Ruy Mendes Pereira, que chegou à ilha por volta de 1460 e, refere o autor, cá casou duas vezes (Frutuoso, 1998).

Em *Ilhas de Zargo*, de Eduardo Pereira, existem três capítulos que importam a esta dissertação: População e Toponímia. No primeiro capítulo, Eduardo Pereira escreve sobre os primeiros povoadores da ilha, sobre as suas origens geográficas, sociais e étnicas. Neste capítulo, há uma breve referência à história legislativa da antroponímia em Portugal. Sabe-se que muita gente nobre de Portugal Continental e estrangeiros foram atraídos ao arquipélago pelas suas perspectivas comerciais, mas Eduardo Pereira refere que, apesar do panorama social madeirense ser constituído inicialmente em parte significativa por famílias de origem ilustre, nem todos eram fidalgos de origem. Por esta altura, explica o autor, o título de “Dom” estava a ser utilizado sem regra e isto deve-se a duas razões principais: 1) o Mestre de Avis, quando subiu ao trono, promoveu a ascensão social de indivíduos de origem “inferior” a título de “Dom”, depois de alguma da burguesia ter sido eliminada por se julgar ter-se aliado ao Reino de Castela, o que criou uma nova geração que não era nobre de origem, mas que apenas tomara o título e 2) A entrega do título de “Dom” a gerações “sem estirpe e sem altos serviços” por parte de alguns Reis. Isto para falar que, em 1603, há uma tentativa de travar o uso abusivo deste tipo de títulos, na medida em que as *Ordenações e Leis do Reino de Portugal* declaram: “nenhum homem nem mulher se possa chamar nem chame de Dom, se não lhe pertencer de direito...ou por nossa mercê, ou que nos livros de nossas moradias com o dito Dom andarem. E as mulheres (só) o poderão tomar de seu pai, mãe ou sogras que o dito Dom diretamente tiverem” (Pereira, 1989, p. 185). Assim como Gaspar Frutuoso, Eduardo Pereira inclui “Pereira” na lista de famílias importantes do arquipélago.

Pereiras – Os *do Porto Santo* têm por tronco Rui Dias Pereira que se presume ter sido o primeiro deste nome que passou àquela ilha onde vivia, por 1520, com casa e fazenda no Campo de Baixo. (...) Foram algumas vezes Juizes e Vereadores da Câmara, e fixaram residência em Machico e Santa Cruz onde tiveram vários vínculos. (...) – Os *Pereiras da Silva ou do Faial* procedem de Rui Pereira da Silva, Alcaide-Mor de Silves e de sua mulher D. Leonor Valadares. Provaram sua ascendência dos *Pereiras* de Portugal, por instrumento de 1516. Fixaram sua residência no Faial. – Pereira, 1989, p. 261.

No subponto sobre a contextualização histórica da toponímia, viu-se que a mesma pode surgir de várias inspirações: características próprias do terreno, fauna, flora,

infraestruturas, religião, nomes de indivíduos ou famílias que viveram naquela localidade ou proprietário, entre outros. No que importa ao arquipélago, esse processo não foi diferente. Porém, a toponímia madeirense é influenciada especialmente pelas suas particularidades geográficas e, diz Eduardo Pereira, pelo fenómeno dos Descobrimentos (assume-se que o autor se refere a topónimos ligados a povoadores nobres, infraestruturas ou centros de poder). É interessante como no subponto presente está a ser tratado “Pereira” e um dos autores carrega esse mesmo apelido. Sobre a toponímia madeirense, embora se esteja a tratar do antropónimo, Eduardo Pereira escreve o seguinte:

A toponímia insular, em geral, é feita de nomes e expressões designativos da posição do terreno, constituição do solo, tipos de flora, pontos de beleza e referências, nomes e apelidos de colonizadores, origens étnicas, tradições, lendas, instituições antigas, fortificações militares, pelourinhos, situação hidrográfica, posição terrestre ou marítima, altitudes e condições de clima. – Pereira, 1989, p. 231.

O *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, do Padre Fernando Augusto da Silva, é uma compilação de nomes de localidades e, portanto, trata unicamente da toponímia madeirense. No que importa a “Pereira”, aparecem assinaladas apenas duas localidades: “Pereira” ou “Lombo da Pereira” e “Pereira”, a povoação da Serra de Água (Silva, 1934). O dicionário em questão foi uma das fontes principais para a pesquisa de topónimos com nomes de árvores presente nesta dissertação, pelo que se sabe que, de facto, trata também dessa vertente da onomástica. Os outros topónimos serão referidos no capítulo 3.

No *Elucidário Madeirense*, também da autoria do Padre Fernando Augusto da Silva, existem, entretanto, entradas como “Madeira (Antropologia)”, “População” e “Povoamento e Colonização”. De facto, essas entradas tratam da população madeirense no que importa à sua formação primitiva: origem geográfica, origem étnica, classe social e até de um ponto de vista quantitativo (como na entrada “População”), mas não há uma abordagem histórica à antroponímia ou toponímia madeirenses. Quanto a “Pereira”, as entradas que aparecem organizam-se em três categorias: origem, personalidades com “Pereira” e pereira (árvore). A primeira entrada trata da origem de “Pereira” no arquipélago da Madeira, atribuindo, em semelhança a Eduardo Pereira, o primeiro detentor deste antropónimo na Madeira a Rui Mendes Pereira. A seguir a esta seguem-se sete outras entradas com “Pereira”, cada uma referindo uma personalidade ilustre local com este apelido. Segue-se pereira, a árvore e, por último, mais cinco entradas com personalidades com “Pereira”. A diferença entre este segundo grupo e o outro, é que o

primeiro grupo tem “Pereira” como um apelido isolado na constituição do seu nome e o segundo grupo tem “Pereira” acompanhado de outro apelido. A entrada sobre a origem de “Pereira” do Padre Fernando Augusto da Silva é praticamente idêntica à de Eduardo “Pereira” em *Ilhas de Zargo*, em termos de informação, à exceção de que o Padre Fernando Augusto da Silva menciona a conexão de D. Nuno Álvares Pereira à família deste nome. Entre as personalidades que carregam “Pereira” no nome, D. Nuno Álvares Pereira é uma das mais ilustres e mais citadas na genealogia da família. Nesta entrada, o Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses citam um artigo que alega ter D. Nuno Álvares Pereira deixado numerosa descendência na ilha da Madeira. Porém, o interessante, para além da aparente origem nobre do apelido na ilha, é o comentário inserido acerca da sua dispersão por camadas sociais. Tanto em Portugal Continental quanto na ilha da Madeira, a disseminação de “Pereira” por classes sociais distintas acontece de maneira semelhante: partindo da sua origem mais abastada, ele vai-se infiltrando noutras classes sociais, através do cruzamento de indivíduos de condições diferentes, num processo de contínua progressão social.

Por 1460 veio para a Madeira Rui Mendes Pereira, o Tacão, de alcunha, que casou nesta ilha duas vezes, segundo diz o dr. Azevedo. Dele procedem muitas das pessoas que usam o apelido de família Pereira, na nossa ilha. E' apelido muito generalizado e procedente de diversas origens. No nº 33 do jornal A Informação, de 13 de Agosto de 1931 (Funchal), encontra-se um interessante artigo intitulado «Os Pereiras de D. Nuno Alvares», em que se pretende provar que o grande Condestavel Nuno Alvares Pereira, hoje beatificado pela Igreja Católica, teve larga parentela nesta ilha espalhada em diversas freguesias, merecendo menção especial esta curiosa referencia: «vemos assim que os Pereiras do Condestavel se misturaram abundantemente na gente da Madeira. No labirinto das ligações genealogicas, o sangue de Nuno Alvares avulta em quasi toda a população, não só nas famílias nobres, mas até naquelas do povo, pois umas e outras na lenta evolução social se foram amalgamando.» Pode afirmar-se que este fenomeno se verificou intensamente na Madeira com todas as famílias, de origem nobre e plebeia vindas do continente português. – Silva & Meneses, 1998, p. 65.

Os nobiliários e as compilações genealógicas constituem também uma ferramenta útil na investigação da antroponímia. Neste campo de investigação, podemos destacar o trabalho de investigadores como Luiz Peter Clode e Henrique Henriques de Noronha. No decorrer da pesquisa para a contextualização literária de “Pereira”, foram consultadas as obras *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira* e *Nobiliário da ilha da Madeira* e em nenhuma destas obras é tratado o sobrenome Pereira.

Na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1986) da Editorial Verbo, não existem entradas dedicadas aos conceitos de antroponímia ou toponímia, mas existem entradas sobre “Pereira”. No total, são 5 entradas com esta exata grafia (até porque

também existem entradas com “Pereiro” e “Pereiros”) e o tipo de informações divide-se em dois grupos: localidades geográficas e nomes de personalidades importantes com “Pereira”. No caso desta enciclopédia em específico, em nenhuma destas entradas é mencionado o arquipélago da Madeira, até mesmo na entrada sobre as localidades geográficas.

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1981-1987) da Editorial Enciclopédia, acontece o mesmo que na referência bibliográfica anterior. No que importa a “Pereira”, há uma entrada que aponta para algumas localidades com este nome, seguida de uma série de entradas sobre personalidades importantes com “Pereira”. Novamente, não há menção dos conceitos de antroponímia e toponímia e faltam referências ao arquipélago madeirense.

Diferente destas duas edições, a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1980) menciona os dois conceitos e ainda “Pereira”. Os três conceitos são abordados na entrada “Onomástica”, mas a toponímia ainda tem uma entrada separada num outro capítulo. Em relação à estrutura do texto, o autor foca-se essencialmente na definição destes conceitos e ainda refere alguns acontecimentos sobre a história dos mesmos (ex.: criação das comissões nacionais de toponímia). As definições apresentadas nesta edição são abordadas no ponto A) Onomástica: Antroponímia e Toponímia. No que importa à edição de 1980, sobre as entradas de “Pereira”, estas dividem-se em três categorias: localidades geográficas com este nome, genealogia, botânica e personalidades. Sobre a genealogia de “Pereira” o texto explica que o primeiro desse nome em Portugal é D. Rui Gonçalves de Pereira, filho de D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, um grande soldado e amigo do rei D. Sancho I (1154-1211). Refere ainda que da família dos Pereiras fez parte D. Nuno Álvares Pereira, muito afamado militar português no tempo do rei D. João I (1357-1433). Por último, na genealogia é descrito o brasão da família dos Pereiras: “As suas armas são: de vermelho, cruz florida, de prata, vazia do campo. Timbre: cruz de vermelho, florida e vazia, entre duas asas de oiro ou prata; ou cruz florida, de vermelho, entre duas asas de oiro” (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1980, p. 1728).



Fonte da imagem: Autor Desconhecido. (s.d.). *Exemplo de brasão de armas da família Pereira*. Wikipédia. Consultado em setembro 2022, em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pereira_\(sobrenome\)#/media/Ficheiro:Pereira.gif](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pereira_(sobrenome)#/media/Ficheiro:Pereira.gif).

Figura 1 Exemplo de brasão de armas da família Pereira

Desde início que estava planeado utilizar dois tipos de fontes: obras antigas e dicionários enciclopédicos, pelo menos 5 trabalhos distintos de cada tipo para haver um equilíbrio. O objetivo era realizar um levantamento acerca de “Pereira” entre os trabalhos mais proeminentes redigidos na temática da antroponímia madeirense. No que diz respeito à seleção de obras antigas que abordam “Pereira”, pode-se dizer que o objetivo foi cumprido no que toca a um levantamento sobre este antropónimo, uma vez que as fontes existentes continham informação suficiente. Já não se pode dizer o mesmo dos dicionários enciclopédicos, pois há uma falta de dicionários deste género que mencionassem “Pereira” enquanto antropónimo. Ainda acerca das obras antigas, de facto existe uma grande variedade de recolhas antroponímicas, só que nem todas mencionam “Pereira”.

A recolha realizada a partir das obras antigas permite pensar em “Pereira” como um antropónimo (e topónimo) antigo, até mesmo na ilha da Madeira, tendo alegadamente cá aparecido no séc. XV. É um antropónimo que não é originário da ilha, mas que cá chega pelas iniciativas de povoamento e cuja origem está associada a um meio social mais abastado. No contexto da onomástica, “Pereira” existe tanto como antropónimo quanto topónimo e não é incomum, seja de uma forma ou de outra, aparecer acompanhado de outros nomes. Enquanto antropónimo, não é errado dizer que “Pereira” teve um percurso complexo, uma vez que não se limita a um espaço social nem geográfico únicos. O facto de haver referências a “Pereira” noutros territórios que não portugueses é um manifesto à sua popularidade e, acima de tudo, é uma reflexão das práticas antroponímicas, no sentido de uma relação de troca onomástica entre indivíduos ou comunidades de origens distintas. Quanto à natureza das fontes, mais especificamente dos dicionários enciclopédicos, é expectável que não haja muitas referências a “Pereira”, já que estas obras são feitas para um público mais geral. Em relação às obras antigas regionais locais, o obstáculo não se encontra necessariamente no conteúdo, mas nas condições de acesso às ditas. Apesar de ter conseguido consultar algumas das obras mais conhecidas, o que era um dos objetivos, o acesso nem sempre foi fácil de conseguir.

2.3. O antropónimo “Pereira” na ilha da Madeira

Até ao século XVII, a genealogia era utilizada como uma ferramenta de legitimação da posição das famílias de elite, na medida em que lhes permitia afirmar as suas pretensões ao poder por meio da linhagem. O recurso à genealogia está, então, pela sua qualidade de legitimação de poder, diretamente associado à divulgação e à solidificação de ideias políticas e normas sociais (Silva, 2019). É após o século XVII que surge um movimento para uma mudança de direção na abordagem à genealogia como uma ciência de investigação independente (Settipani, 2013 e Taylor, 2001 *apud* Silva, 2019).

As características utilitárias da genealogia transcendem a sua dimensão de ferramenta de legitimação de poder e difusão de ideologias, para uma ciência que permite estudar a sociedade como um todo, a partir do núcleo familiar. Quando se fala da genealogia no contexto social, fala-se, obrigatoriamente, dos movimentos migratórios. Existem motivos diversos pelos quais um indivíduo se interessa pela genealogia, e saber a sua origem observa-se como sendo o motivo principal. Ao indivíduo é permitido determinar o movimento migratório do próprio núcleo familiar, ou partir daí para a análise do movimento de um coletivo. Este movimento migratório não acontece apenas no sentido de emigração, como na migração interna, no contexto geográfico do arquipélago.

A construção da árvore genealógica acontece via sobrenome. O sobrenome permite investigar as ligações biológicas entre pessoas, para assim construir a árvore genealógica. É importante notar que a estrutura do nome da pessoa é um fator determinante na pesquisa. Há quem use o nome completo, um apelido ou conjunto de apelidos. Um outro fator determinante para a genealogia é o casamento. O matrimónio influencia os traços familiares na medida em que pode afetar desde a estrutura do próprio nome até à difusão do mesmo para outros tecidos sociais (como foi o caso de “Pereira”) e espaços geográficos.

A ilha da Madeira era, na sua origem, um território desabitado, pelo que se entende desde o princípio que vieram famílias de Portugal Continental. O genealogista Eng.º Luiz Peter Clode, no seu trabalho *Registo Genealógico de Famílias que Passaram à Madeira* (1952), esboça o panorama genealógico madeirense. O autor procura identificar as primeiras famílias que se fixaram na Madeira via sobrenome (ex.: “Pereira”) e conjunto de sobrenomes (ex.: “Pereira Camacho”). Nessa coletânea de registos, o genealogista

identifica várias famílias com “Pereira”: Pereira Borges, Pereira Camacho, Pereira da Silva, Pereira, Pereira de Sousa e Pereira Dias. No contexto desta dissertação, resolveu-se utilizar “Pereira” enquanto sobrenome simples, pelo que se dá destaque às famílias com a composição do sobrenome correspondente. Quanto a “Pereira”, o Eng.º Luiz Peter Clode identifica três famílias com este mesmo sobrenome, de três localidades geográficas distintas dentro da Região Autónoma da Madeira, incluindo os Pereiras do Porto Santo. Uma vez que a investigação tem como foco geográfico a ilha da Madeira, deixará de lado os Pereiras do Porto Santo. Estas famílias (assim como todas as outras listadas) são as primeiras famílias deste sobrenome que, nas palavras do Engenheiro, passaram à ilha da Madeira, e as responsáveis pela difusão do mesmo. Abaixo segue um excerto de cada entrada.

“PEREIRA (de Nossa Senhora do Monte)

Gregório Pereira viveu em Nossa Senhora do Monte e casou, por 1530, com Susana Pires. Nele deve estar a origem do apelido Pereira que surge, sem explicação fácil, em algumas famílias do norte da Ilha, para onde se desviou um ramo da sua descendência. Houve seis filhos, entre eles: Gaspar Pereira, casado com Petronilha Fernandes, o qual morou na Ribeira de São Jorge; Diogo Pereira [...]; Luzia de Freitas, mulher de Batista Pires; Bárbara Pereira, casada na Sé, em 1560, com Francisco Gonçalves, de Guimarães, e que houve do seu matrimónio uma filha, Maria Pereira, recebida em São Roque, no ano de 1600, com Gonçalo Martins [...].”

“PEREIRA (do Faial)

Segundo os apontamentos genealógicos de Felisberto Bettencourt Miranda, o primeiro deste nome que passou à Madeira no século XVI, Luiz Pereira da Silva, filho de Rui Pereira da Silva, Alcaide-mor de Silves e de sua mulher, D. Leonor de Valadares, em t.º de Pereiras, de Portugal. Casou com D. Maria de Gois e Vasconcelos, viúva de Manuel Barbosa, do Caniçal [...] de quem houve geração ligada aos Barbosas, Teixeiras, Castros, Quintais, Bragas, Meneses e outros. Os seus descendentes instituíram vários vínculos, entre eles o Morgado da Referta no Porto da Cruz [...]. Segundo o Sr. Cónego Fernando de Meneses Vaz, Luiz Pereira da Silva não é filho, mas sim neto de Rui Pereira da Silva, pois é filho de João Gonçalves, juiz no Faial, e de Isabel da Silva [...].”

As duas entradas apontam para o século XVI como ponto de chegada de “Pereira” à ilha da Madeira. A natureza de cada uma é diferente, uma vez que a primeira parece colocar responsabilidade em uma família sobre o seu papel na difusão de “Pereira” numa determinada zona da ilha, enquanto a segunda família é considerada como a primeira deste nome na Madeira. Nestes apontamentos do Eng.º Luiz Peter Clode, não há menção sobre a história familiar de Gregório Pereira, de tal modo que não se pode tecer conclusões acerca do percurso do seu nome de família. Na entrada sobre os Pereiras do Faial existem, contudo, teorias que se complementam, quanto ao primeiro indivíduo de

sobrenome “Pereira”, na ilha da Madeira: os registos de Felisberto Bettencourt Miranda (Miranda, s.d., *apud* Clode, 1952) apontam para Luiz Pereira da Silva como o primeiro deste nome na ilha. O Sr. Cónego Fernando de Meneses Vaz corrige: Luiz Pereira da Silva é neto e não filho de Rui Pereira da Silva. O apontamento do Cónego Fernando de Meneses Vaz levanta a seguinte hipótese: a sua família já havia passado à Madeira antes do próprio tomar o apelido de Pereira. Independentemente do parentesco, Luiz Pereira da Silva é descendente de uma família burguesa e mantém a ligação a essa classe social via casamento, a partir do qual houve geração ligada às famílias de elite da ilha. Em termos de dispersão geográfica, ambas as famílias aparecem primeiro em pontos distintos na vertente sul da ilha (no Monte e no Caniçal). Contudo, no sentido da fixação da descendência de cada uma delas, parece haver uma concordância: há sinais da presença de ambas na vertente norte.

Foi referido, no subponto sobre a origem geral de “Pereira”, que este antropónimo, a partir do momento em que os membros da família original começam a casar, perde o cunho burguês que detinha até então, uma vez que passa a outros estratos sociais. Ao longo dos séculos, estes casamentos multiplicaram-se, assim como a descendência gerada a partir destes, que acabou por adotar antropónimo e, atualmente, “Pereira” é um dos antropónimos mais populares em Portugal. Mapear a evolução da presença geográfica de “Pereira” como um todo, até mesmo na Madeira, é uma tarefa complexa. Quando, anteriormente, haveria sinais pontuais deste apelido na ilha, mais tarde ele acaba por se espalhar por todo o território regional. A análise que se segue procura olhar para a evolução da distribuição geográfica de “Pereira” em dois períodos, estabelecendo uma ponte entre o início do século XX e o início do atual século XXI, com o objetivo de detetar semelhanças, ou não, na difusão do apelido em território regional.

2.3.1. Análise quantitativa 1900-1910 e 2010-2011

Os povoadores que chegam à ilha da Madeira trazem consigo mais bagagem do que a física, carregam consigo os nomes de família. A ocupação de território é um momento-chave na expansão dos apelidos, uma vez que estes movimentos vão determinar a sua distribuição geográfica. Aqui, fala-se do movimento migratório como elemento difusor dos antropónimos. Porém, há que acrescentar um outro fator fundamental, fator esse que é o casamento. No caso de “Pereira”, uma vez que os membros da família original começam a casar, o apelido vai penetrar outros tecidos sociais e espaciais,

acabando por se dissociar da sua origem social mais abastada. Entretanto, espalha-se por novos territórios, consistindo no derradeiro passo para “Pereira” se transformar num apelido comum.

O presente levantamento tem como principal objetivo observar, primeiro a partir de uma perspetiva numérica, e depois descritiva, a presença do antropónimo na ilha da Madeira. São três os pontos principais que o levantamento procura observar: distribuição quantitativa do antropónimo por concelho, distribuição por género (homem ou mulher) e tendências da posição de “Pereira” na ordem da constituição do nome próprio.

A metodologia da análise é essencialmente descritiva, uma vez que procura apenas registar as particularidades da presença do antropónimo em estudo. Em razão da recolha de dados, o método de pesquisa é bibliográfico. As fontes de informação para este levantamento são duas: a plataforma digital Registos de Casamentos, do Arquivo Regional da Madeira, e a lista telefónica (conhecida como Páginas Amarelas), da Portugal ANACOM, de 2010-2011. A lista telefónica não é um recurso tipicamente utilizado numa pesquisa linguística, mas devido à proteção de dados, não se pode recorrer a outro tipo de fonte. É importante notar que não são mantidos registos de casamentos do fim do século XX por razões de proteção de dados pessoais, uma vez que são muito recentes. A razão pela qual foram escolhidas duas fontes, de períodos diferentes, é o assinalar da diferença nas tendências do uso de “Pereira” principalmente no que toca a nível quantitativo, assim como de género e, se possível, a nível geográfico (no contexto insular, distribuição por concelhos) nos anos de 1900-1910 e 2010-2011. O motivo pelo qual há uma disparidade na quantidade de anos entre 1900-1910 e 2010-2011 deve-se ao equilíbrio dos dados numéricos. Ao passo que a lista telefónica, mesmo num só ano, tem um número de ocorrências suficientes de “Pereira” que permitem realizar uma análise, o mesmo não se pode dizer dos registos de casamentos, daí ter sido necessário alargar o número de anos para o início do séc.XX.

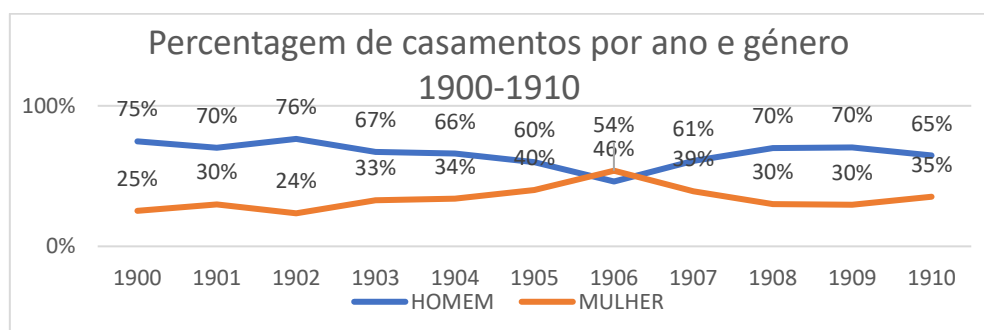
Houve alguns obstáculos na coleção de materiais bibliográficos. Inicialmente, o plano era recorrer ao acervo das conservatórias do registo civil locais, porque se queria realizar o levantamento quantitativo via registo de nascimento. Foi pensado primeiro nos registos de nascimento porque esses documentos detêm o nome completo da pessoa e, por ser obrigatório registar a criança, o registo de nascimento oferece um olhar mais detalhado sobre a escala da população e, por extensão, da constituição dos nomes próprios. Isso não foi possível por questões legais, devido à proteção de dados pessoais. Os registos de batizado das paróquias foram pensados como segunda opção, e também

não resultou. Devido ao difícil acesso a este tipo de informação, calculou-se que a melhor alternativa seria verificar os registos de casamento. Em vez de utilizar apenas um ano como ponto temporal para a análise (ex.: 1900), resolveu-se recorrer a um período de vários anos (1900-1910 e 2010-2011).

Segue-se uma análise descritiva, elaborada a partir de um conjunto de informações retiradas da tabela do respetivo ano. Exceto a informação sobre o número total de casamentos no dado ano, as restantes tabelas estão divididas por género, e aparecem na ordem descrita: número de casamentos no dado ano, número de apelidos e posição de “Pereira” na ordem dos antropónimos. De maneira geral, existem três tipos de construção antroponímica de acordo com os dados recolhidos: os indivíduos que têm apenas um apelido, os que têm dois apelidos, que correspondem à maioria, e os que têm três ou mais apelidos. Na descrição da tabela, não se incluiu indivíduos com apenas um apelido, uma vez que, com um só apelido, não é possível determinar a tendência da posição de “Pereira” quando acompanhado com outros apelidos, que era um dos objetivos da análise em mãos. No que diz respeito à posição de “Pereira” na ordem dos antropónimos, a terminologia usada foi a de primeira, segunda ou terceira posição, em função do número de apelidos que o indivíduo tem. Quanto à forma de “Pereira” utilizada, só se procurou analisar a sua forma singular feminina. Há momentos em que, no que diz respeito à análise por concelhos, o texto se refere apenas aos 5 primeiros concelhos da lista em questão. Isto acontece porque esses concelhos têm o maior número de ocorrências, permitindo uma margem maior de análise, enquanto os dados numéricos dos restantes são reduzidos.

2.3.1.1. 1900-1910¹

Gráfico 1: Percentagem de casamentos com "Pereira" por ano e género (1900-1910)



Fonte: Registos de Casamentos, Arquivo Regional da Madeira.

¹ As percentagens são calculadas por género, tendo como número inteiro o total de indivíduos (“TOTAL”) por ano (exemplo do cálculo da percentagem de casamentos de homens com “Pereira” no ano de 1900, na fórmula do EXCEL: =56/75= 0,7466667 x 100 = 75%).

O gráfico resulta da junção do número total de casamentos em que ocorre o nome “Pereira” de cada ano, por género, sem haver sido considerada a posição de “Pereira” no nome do indivíduo. Entre 1900 e 1910, há exceção do ano de 1906, o número de matrimónios com “Pereira” verifica-se ser superior no sexo masculino. No período compreendido, o número de casamentos total com “Pereira” é 695, sendo que 460 desses correspondem a homens e 235 a mulheres. No decorrer da contagem verificou-se que, nos casamentos registados entre estes anos, é mais comum apenas um indivíduo do casal ter “Pereira” no nome.

Tabela 3: Casamentos com "Pereira" por ano e género 1900-1910

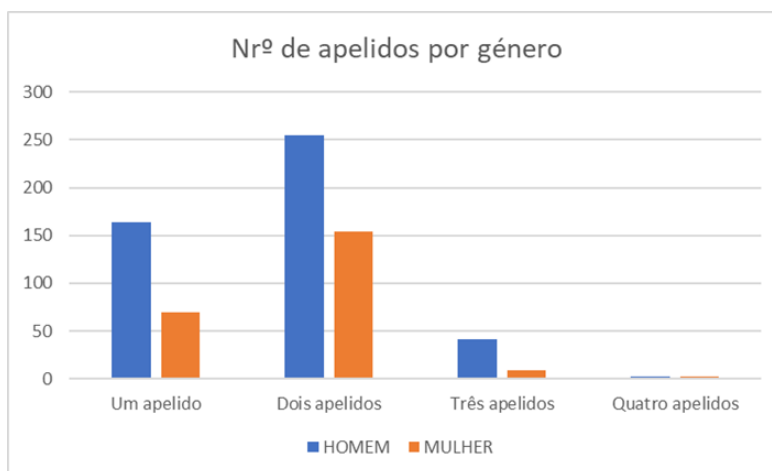
ANO	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM (%)	MULHER (%)
1900	56	19	75	75%	25%
1901	47	20	67	70%	30%
1902	52	16	68	76%	24%
1903	49	24	73	67%	33%
1904	31	16	47	66%	34%
1905	39	26	65	60%	40%
1906	30	35	65	46%	54%
1907	34	22	56	61%	39%
1908	42	18	60	70%	30%
1909	38	16	54	70%	30%
1910	42	23	65	65%	35%
TOTAL	460	235	695		

Fonte: Registos de Casamentos, Arquivo Regional da Madeira.

Os resultados do gráfico como número de apelidos por género são calculados a partir da soma dos valores de cada condição métrica por género e referem-se à quantidade de apelidos: um, dois, três ou até quatro apelidos. A partir da leitura do gráfico anterior ficou-se a saber que, nesta amostra dos casamentos entre 1900 e 1910, existem mais homens com “Pereira” do que mulheres, mas o que importa no gráfico atual é a estrutura do nome. Excluindo-se, por enquanto, a questão de género, a estrutura de nome mais comum é aquela que é composta por dois apelidos, seguindo-se daquela com um apelido, três apelidos e, por último, quatro apelidos. Esta é uma tendência que se verifica até mesmo quando se interpreta o gráfico de um ponto de vista do género: em ambos, a tendência na estrutura do nome é a mesma que a referida acima. Vale a pena mencionar aqui que, no que diz respeito àqueles que têm três apelidos, esses casos ocorrem em muito menor frequência quando comparado àqueles com um ou dois apelidos, mas essas situações são ainda mais raras nas mulheres. É muito diminuto o número de mulheres

com mais do que dois apelidos, pelo menos na amostra temporal: entre 1900 e 1910 as mulheres com três apelidos são apenas 9.

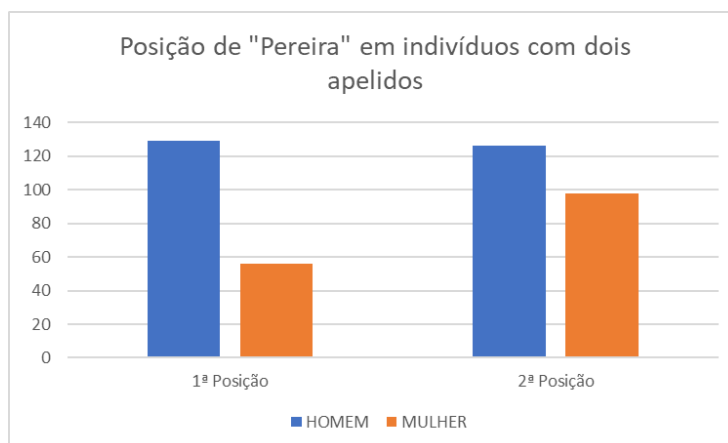
Gráfico 2: Número de apelidos por género



Fonte: Registos de Casamentos, Arquivo Regional da Madeira.

A razão pela qual só se escolheu analisar a estrutura do nome com dois apelidos tem a ver com o facto de que as amostras com três ou quatro apelidos aparecem em números muitos menores e, por isso, insuficientes. Quanto ao género masculino, não há quase diferença na posição de “Pereira” no nome: o apelido surge na primeira posição 129 vezes e na segunda e última posição 126 vezes. Em relação às mulheres, já não há um equilíbrio: a tendência é de “Pereira” ocupar a segunda posição (98 ocorrências) com muito maior frequência do que a primeira (56 ocorrências). Poderá o nome de família perder-se com as mulheres e não passar para as próximas gerações. Contudo, esse tópico não é aqui aprofundado.

Gráfico 3: Posição de "Pereira" em indivíduos com dois apelidos



Fonte: Registos de Casamentos, Arquivo Regional da Madeira.

2.3.1.2. 2010-2011

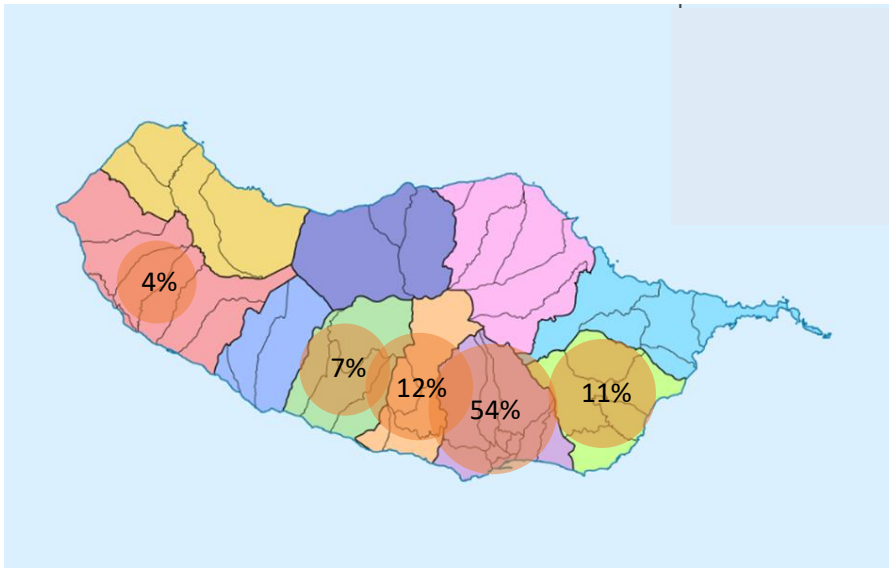
Este subponto trata da presença de “Pereira” na ilha da Madeira no tempo compreendido entre os anos de 2010 e 2011. A fonte para a análise é a lista telefónica dos mesmos anos da ANACOM. A razão pela qual foi escolhida a lista telefónica e não outro tipo de fonte ou não se continuou com os registos de casamento tem a ver com a política de proteção de dados. Os registos de casamento deixam de estar disponíveis após 1911 porque são considerados muito recentes e os notariados não disponibilizam os registos de nascimento. Na pesquisa, limitou-se a amostra populacional aos indivíduos com o antropónimo “Pereira”. A fonte proporciona uma amostra populacional considerável (mais de 1000 nomes só em “Pereira”), mas não é possível analisar a estrutura do nome tal como foi feito com os nomes de registos de casamento (ex.: número de apelidos e posição de Pereira). Devido ao sistema de categorização da lista telefónica, acredita-se que cada categoria, neste caso, cada antropónimo, corresponda ao apelido na última posição do nome das pessoas da lista. Segue-se a tabela com a contagem dos indivíduos separada por concelho e por género.

Tabela 4: Número de indivíduos com "Pereira" 2010-2011 por género e concelho

CONCELHO	HOMEM	MULHER	TOTAL	"TOTAL" EM PERCENTAGEM
Funchal	327	223	550	54%
Câmara de Lobos	58	61	119	12%
Ribeira Brava	30	43	73	7%
Ponta do Sol	17	23	40	4%
Calheta	20	24	44	4%
Porto Moniz	8	7	15	1%
São Vicente	11	14	25	2%
Santana	10	6	16	2%
Machico	15	9	24	2%
Santa Cruz	79	31	110	11%
TOTAL	575	441	1016	

Fonte: Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011.

Figura 2 Os cinco concelhos com maior número de ocorrências do apelido "Pereira" (2010-2011)



Fonte dos dados: Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011

Fonte da imagem: Willtron. (2011). *Mapa dos onze municípios e respectivas freguesias que compõem a Região Autónoma da Madeira*. Wikipédia. Consultado em março, 2023, em https://an.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias%20das_de_Madeira#/media/Imagem:Freguesias_da_RAM.svg

Na amostra populacional em questão aparecem 1016 indivíduos com “Pereira” no nome, sendo que 575 são homens e 441 são mulheres. A tendência de o número de homens com “Pereira” ser superior ao número de mulheres continua. A nível da distribuição geográfica, o concelho com maior presença de “Pereira” é o Funchal e esse número maior pode ser explicado por dois fenómenos: o facto de o concelho do Funchal ser aquele com o maior número de freguesias e a sua qualidade de capital (ser o centro do comércio, de negócios, entre outros). Ao Funchal seguem-se os concelhos Câmara de Lobos (119 indivíduos), Santa Cruz (110 indivíduos) e Ribeira Brava (73 indivíduos). O número de pessoas com “Pereira” nos outros concelhos é consideravelmente pequena, por isso não foram considerados neste estudo.

2.3.2. Síntese dos dados recolhidos

A análise dos dados recolhidos divide-se em dois momentos: a análise de um ponto de vista geográfico e a análise de um ponto de vista antroponímico. O primeiro momento trata da distribuição de “Pereira” na ilha da Madeira. Como foi mencionado anteriormente, o espaço geográfico para a recolha de dados para do antropónimo

“Pereira” limita-se e divide-se por concelhos. A questão principal a tratar é a da distribuição de “Pereira” no contexto insular geográfico, algo que será determinado pela soma do número de casamentos. O cálculo é feito através da soma do número de casamentos com registo onde existe o apelido “Pereira” de cada concelho desde 1900 até 1910, que resulta num valor final que irá funcionar como um indicador do volume de presença geográfica. É importante mencionar que os dados recolhidos, segundo o documento, são apenas uma amostra da população com o apelido “Pereira”. O segundo momento aborda “Pereira” de um ponto de vista linguístico, uma vez que trata da construção do nome, com foco na ordem de ocorrência e na distribuição de “Pereira” no nome integral das pessoas. A posição que “Pereira” ocupa na formação do nome próprio dos indivíduos indica padrões antroponímicos distintos, diferenças que se manifestam principalmente quando se compara padrões de antroponímia entre o género feminino e o género masculino.

No que diz respeito ao início do século XX, classificar a frequência de “Pereira” é uma tarefa difícil. Como havia sido referido no início do subponto 2.3, há uma questão de inacessibilidade às fontes, por motivos de proteção de dados pessoais. A melhor maneira para calcular a frequência de “Pereira” seria fazê-lo através da análise de registos de batizado, uma vez que este documento demonstra, em termos quantitativos, ser mais fiel na construção de uma ideia da demografia da população no intervalo temporal indicado. Porém, uma vez que não é permitido o acesso ao acervo do Registo Civil, a opção mais viável que se pôde arranjar de momento foi recorrer aos registos de casamentos. Em termos de organização de dados, os casamentos apresentam um desafio quanto à questão de distribuição geográfica, já que os envolvidos podem ser de concelhos diferentes. Porém, por haver uma necessidade de mobilidade interna na ilha por razões de matrimónio, manteve-se o método de filtração por concelho. Os dados refletidos pela recolha dos registos de casamento ainda são incompletos, sendo que representam apenas uma parte da população. Ter de recorrer a esse tipo de registo limitou o alcance da pesquisa em termos numéricos, pelo que é importante salientar, mais uma vez, que os dados que se seguem são apenas uma pequena amostra da população e não refletem a tendência geral. A tabela representa o número de casamentos, por ano, com o apelido “Pereira”. De acordo com os registos de casamento por concelho disponibilizados pelo Arquivo Regional da Madeira, entre 1900 e 1910, o total de indivíduos com o apelido “Pereira” é 695.

A disparidade entre géneros é outra questão que se pode levantar a partir da recolha de dados. De acordo com os registos de casamento, o número de homens com “Pereira” é largamente superior ao número de mulheres. Ter em consideração o total de indivíduos com “Pereira” entre 1900 e 1910 é essencial, pois estes refletem um padrão semelhante e contínuo entre eles, na medida em que apontam para a afirmação de que, quanto ao apelido “Pereira”, a quantidade de homens é maior do que a das mulheres. No total, o número de homens com “Pereira” corresponde a 460 indivíduos enquanto as mulheres apresentam um valor equivalente a pouco mais de metade, 235. Entre 1900 e 1910, com a exceção do ano de 1906, o número de mulheres com o apelido “Pereira” é inferior ao número de homens.

A distribuição geográfica de 1900-1910 é realizada através da amostra recolhida via registos de casamento, pelo que representa apenas parte da realidade. Antes de proceder à contagem de indivíduos, desenhou-se uma tabela EXCEL, com as seguintes categorias: paróquia e ano. Na coluna “paróquia” é discriminada uma lista das paróquias regionais e, por cada ano, há um número de indivíduos que regista o seu casamento na respetiva paróquia. No contexto dos registos de casamento, a contagem de indivíduos é feita através da soma do número de indivíduos por ano, por cada paróquia. Em seguida, associou-se cada paróquia a um concelho, por duas razões: para estar em concordância com a análise dos restantes dados e para facilitar a leitura dos mesmos. Nesta etapa, fez-se a soma do total de indivíduos de cada paróquia e associámo-los ao respetivo concelho, e esse número serve como amostra para a ocupação geográfica de “Pereira”. A tabela que se segue representa o total de indivíduos por concelho.

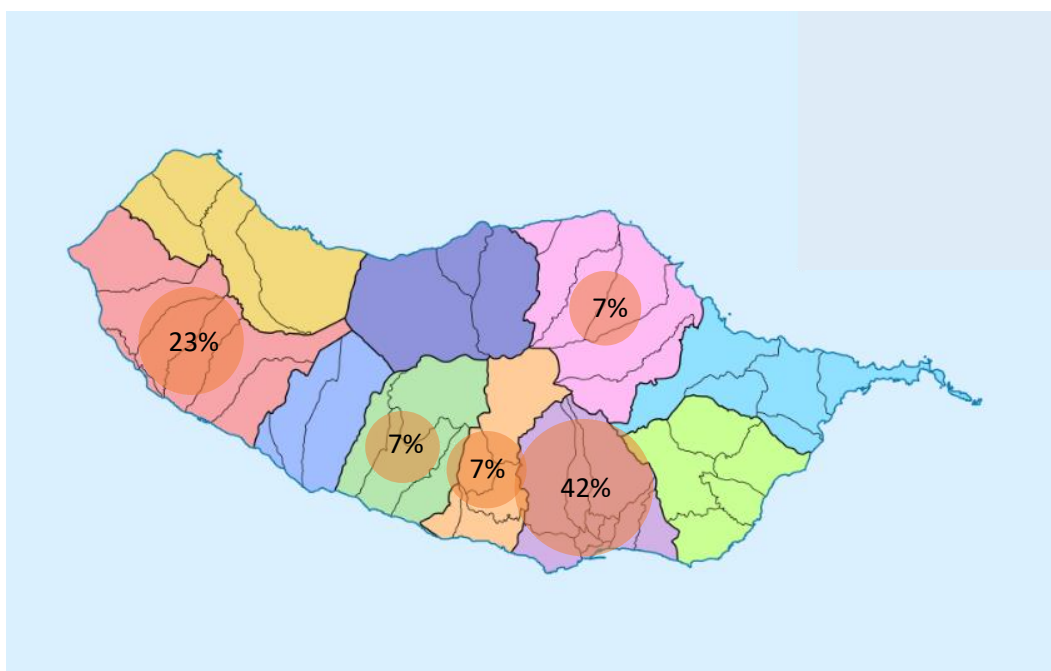
Tabela 5: Total de indivíduos com "Pereira" por concelho (1900-1910)

CONCELHO	TOTAL DE INDIVÍDUOS
São Vicente	31
Calheta	162
Santana	51
Câmara De Lobos	50
Ribeira Brava	52
Funchal	292
São Vicente	21
Porto Moniz	18
Machico	10
Santa Cruz	36
Ponta do Sol	33

Fonte: Registos de casamento, Arquivo Regional da Madeira.

Há que destacar que as delimitações geográficas dos concelhos afetam o número de indivíduos, uma vez que concelhos que alberguem um número maior de paróquias vão, por consequência, exibir um número maior de registos de casamentos. Apesar de “Pereira” estar presente em todos os concelhos da região, existem quatro concelhos em específico que se destacam, a referir: Funchal (292), Calheta (162), Ribeira Brava (52), Santana (51) e Câmara de Lobos (50). Segundo a amostra recolhida dos registos de casamento, a presença geográfica de “Pereira” acontece principalmente na vertente sul da ilha da Madeira, com especial foco na zona sudeste da ilha.

Figura 3: Os cinco concelhos com maior número de ocorrências de "Pereira" (1900-1910)



Fonte dos dados: Registos de Casamentos, Arquivo Regional da Madeira

Fonte da imagem: Willtron. (2011). Mapa dos onze municípios e respectivas freguesias que compõem a Região Autónoma da Madeira. Wikipédia. Consultado em março, 2023, em https://an.wikipedia.org/wiki/Lista_de_fregues%C3%ADas_de_Madeira#/media/Imachen:Freguesias_da_RAM.svg

Ainda sobre a presença geográfica, em comparação à amostra de 1900-1910, na qual os cinco concelhos com maior número de indivíduos com “Pereira” eram Funchal (292, 42%), Calheta (162, 23%), Ribeira Brava (52, 7%), Santana (51, 7%) e Câmara de Lobos (50, 7%), essa ordem sofre mudanças na amostra de 2010-2011. De acordo com a

mesma, os cinco concelhos com maior presença de “Pereira” são, por ordem: Funchal (550, 54%), Câmara de Lobos (119, 12%), Santa Cruz (110, 11%), Ribeira Brava (73, 7%) e Calheta (44, 4%) (ver figura 2, p. 58). O único concelho que não aparece nos primeiros cinco lugares de 2010-2011 é Santana, mas os restantes mantêm-se. Ambas as fontes indicam que a presença de Pereira é consideravelmente maior na vertente sul do que na vertente norte da ilha da Madeira, com especial foco na zona sudeste e sudoeste da ilha.

Na onomástica, há palavras que são conjuntamente topónimos e antropónimos e podem, inclusive, na sua origem, retirar inspiração um do outro e “Pereira” é um desses casos. O subponto presente consiste num levantamento antroponímico de “Pereira” na ilha da Madeira. Porém, este nome também existe como topónimo. A secção que se segue é um levantamento toponímico das ocorrências geográficas homónimas.

2.4. A vertente toponímica de “Pereira”

2.4.1. A presença toponímica de “Pereira” na Ilha da Madeira

Da mesma forma que se pesquisou pelos topónimos homónimos, procurou-se por topónimos com ou associados a “Pereira”. As fontes utilizadas na pesquisa de topónimos com nomes de árvores foram quatro: *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira, A Árvore na Toponímia da Região Autónoma da Madeira*, a plataforma Ruas de Portugal e o *Google Maps*. O *Google Maps* foi desconsiderado como ferramenta de pesquisa no início, visto que o seu *design* não era amigo do utilizador e, por isso, não permitia a coleção de dados em massa, como o necessário para a pesquisa. Porém, funciona para a recolha de localidades pontuais e, por essa razão, foi incluído na pesquisa toponímica de “Pereira”. Em termos de expectativa, era esperado que houvesse um número maior de localidades, mas este topónimo não se destaca dos outros.

Pereira

(cf. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural — DGADR, s.d; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Silva, 1934; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, s.d.)

Lombo da Pereira

Pereira — Serra de Água — Ribeira Brava
Fonte da Pereira — Monte — Funchal
Travessa das Pereiras — São Martinho — Funchal
Montado do Pereiro — Camacha — Santa Cruz
Achada do Pereiro — Boaventura — São Vicente
Pico da Pereirinha — Ribeira da Janela — Porto Moniz
Pereirinha — Ponta do Sol — Ponta do Sol
Vereda da Pereira — Serra de Água — Ribeira Brava
Rua da Pereira — Jardim da Serra — Câmara de Lobos
Beco da Pereira — Monte — Funchal

A Pereira (*Pyrus Communis*) é uma árvore de fruto da família *Rosaceae* (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, s.d). É uma árvore cujo cultivo é bastante popular em Portugal, sendo a variedade mais conhecida a Rocha, de origem portuguesa e inclusive de Denominação de Origem Protegida (DOP). Na Ilha da Madeira são cultivadas tanto as variedades comuns desta espécie quanto as tradicionais: “Branco, Bico de melro, Da Festa, Domingos, Da Ponta do Pargo, Calhau, Focinho de Rato, Vime, Do Santo e Tenra de São Jorge” (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural — DGADR, s.d). A nível de distribuição toponímica, “Pereira” aparece num maior número de vezes na vertente sul da ilha, estando de acordo com a maior frequência de “Pereira” na sua forma antroponímica. Em relação à vertente ortográfica do topónimo em questão, este apresenta-se de quatro formas ortográficas distintas: feminino singular (“Pereira”), feminino plural (“Pereiras”), masculino singular (“Pereiro”) e feminino plural diminutivo (“Pereirinhas”). Observa-se, nos casos apresentados para os topónimos, o predomínio da estrutura Nome + Preposição (da/das/do) + Nome, com a presença de um complemento determinativo.

No sentido da pesquisa onomástica de “Pereira” há que destacar o trabalho realizado pelo Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela. Um dos seus projetos, Cartografía dos apelidos de Galicia (CAG), trata da presença geográfica dos apelidos da Galiza, incluindo Pereira. Da mesma maneira que “Pereira” aparece em várias formas na sua vertente toponímica portuguesa, o mesmo acontece na toponímia galega (ex.: “Pereira”, “Pereiras”, “Pereiro”, “Pereiros”). A tabela que se segue trata da ocupação geográfica das formas de Pereira acima referidas, constituída por:

número total de ocorrências, províncias com o maior número de ocorrências e orientação geográfica de foco.

Tabela 6: Presença de "Pereira" na Galiza

	NR.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS	PROVÍNCIAS COM O MAIOR NR.º DE OCORRÊNCIAS	ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA DE FOCO
PEREIRA	24081	Pontevedra, Ourense, Lugo e A Coruña	Noroeste e Sudoeste
PEREIRAS	967	Pontevedra, Ourense e A Coruña	Sudoeste
PEREIRO	5313	A Coruña, Ourense, Lugo e Pontevedra	Noroeste
PEREIROS	12	Ourense	Sudeste

Fonte: Agrelo, A. I. B. & Fernández, X. S. (dir.). *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto de Lingua Galega.

As formas ortográficas presentes na tabela foram escolhidas pela sua grafia idêntica às formas de “Pereira” que aparecem na recolha da toponímia madeirense. As formas ortográficas mais populares, por ordem de número de ocorrências, acontecem da seguinte maneira: Pereira, Pereiro, Pereiras e Pereiros. É possível verificar que existe uma tendência de difusão territorial na direção oeste, principalmente para a vertente sul. Entretanto, além das quatro formas apresentadas na tabela, a base de dados indica a existência de outros topónimos possivelmente associados a “Pereira”: “Pereda”, “Perera” e “Pereyra”. No *Dicionário Espanhol-Português* da Porto Editora (2011), “pereda” traduz-se como “pereiral”. Porém, não existe “Perera” nem “Pereyra”. No mesmo dicionário, “perero” é o descascador de fruta (principalmente da pera). Pelo facto de terem uma ortografia semelhante, não é um exagero assumir que podem, todos eles, estar associados a “Pereira”, sendo “Pereyra” uma forma ortográfica diferente de escrever o mesmo apelido.

III. Outros nomes de árvores na toponímia e antroponímia madeirenses

3.1. Levantamento para a ilha da Madeira

O texto *A árvore na Toponímia da Região Autónoma da Madeira: contribuição para o estudo da toponímia da Região Autónoma da Madeira*, com a coordenação de Margarida Rodrigues Camacho, é uma coleção de topónimos de árvores ou associados a elas, no contexto geográfico da ilha da Madeira. O texto foi publicado em 1992, pelas entidades Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego; Secretaria Regional da Economia e Associação de Municípios da R.A.M.

Em relação à estrutura do texto, o mesmo é redigido em formato de lista. A listagem expõe uma coleção de topónimos de árvores, ou associados a árvores, no contexto geográfico da ilha da Madeira. Os topónimos que aparecem incluem nomes de árvores (ex.: “laranjeira”) ou nomes coletivos (ex.: “faial”). No que diz respeito às espécies de árvores tratadas na lista, também se incluem espécies que podem ser simultaneamente árvore ou arbusto e é de referir que os topónimos em questão estão organizados por ordem alfabética. Quanto à forma de apresentação dos topónimos, o texto segue a seguinte estrutura: nome comum da espécie, nome(s) científico(s), lista de localidades e um parágrafo com informações gerais sobre a espécie de árvores que diz respeito ao topónimo em análise. A lista de localidades faculta dois tipos de informação: o nome da localização e a localização geográfica em que o topónimo se encontra (concelho), por exemplo: “Travessa da Amoreira” – Funchal. O parágrafo que segue a lista apresenta uma série de informações gerais sobre a espécie à qual o topónimo se associa, sem um padrão fixo de aparição: descrição da espécie (altura, tipo de folha, e descrição do fruto se for uma árvore frutífera), clima de cultivo, origem e usos (ex.: para decoração, para a indústria madeireira, medicina popular ou consumo/alimentação).

Ainda acerca do texto, existem duas qualidades a destacar: a forma como está estruturado, em formato de lista, e o seu conteúdo, principalmente no que diz respeito à variedade de espécies de árvores. Quanto à estrutura, foi escolhido um formato que é fácil de ler e deve referir-se a linguagem acessível que permite que o texto possa ser lido por um público mais alargado. que não apenas o académico ou o estudioso da área. No que diz respeito ao conteúdo, apesar de não haver nenhuma consideração ou contribuição de

cariz avaliativo ou ideológico, considera-se que acontece um alargamento do conhecimento científico e, sobretudo, uma contribuição para o estudo da toponímia, uma vez que o texto reúne uma larga seleção de espécies de árvores e respetivos topónimos. Considera-se que, tendo em conta o ano da sua publicação, o texto foi um trabalho pioneiro na área, ainda mais considerando a lacuna que existe no estudo da toponímia madeirense, que era muito mais profunda há 30 anos, quando o texto foi publicado. Apesar de o texto reunir um grande número de topónimos, o mesmo não se pode dizer quanto à pesquisa das localidades geográficas com os topónimos em questão e o motivo para tal pode estar ligado à variedade de fontes utilizadas para a coleção das localidades geográficas.

O texto *A árvore na toponímia da Região Autónoma da Madeira: contribuição para o estudo da toponímia da Região Autónoma da Madeira* é a referência principal desta dissertação para a coleção de topónimos com nomes de árvores. Porém, várias alterações foram feitas em termos de conteúdo, que incluem: adição de novas espécies de árvores e eliminação de algumas, adição de mais localidades geográficas nos topónimos já existentes e inclusão de informação adicional acerca do topónimo em questão no parágrafo descritivo a que lhe diz respeito (ex.: distribuição toponímica, relação da presença toponímica com as condições climáticas de agricultura da espécie e tipologia de vocabulário). Em relação à lista de espécies, abaixo segue uma tabela na qual estão discriminadas as espécies que se mantiveram, as que foram adicionadas, e as que foram retiradas:

Tabela 7: Alterações na lista original (espécies)²

ESPÉCIES MANTIDAS	ESPÉCIES ADICIONADAS	ESPÉCIES ELIMINADAS DO TEXTO ORIGINAL
Álamo	Anoneira	Árvore
Ameixieira	Barbusano	Alfarrobeira
Amendoeira	Cerejeira	Camélia
Amoreira	Cidreira	Corticeira
Bananeira	Coqueiro	Courela
Carvalho	Damasqueiro	Mata
Castanheiro	Pessegueiro	Piornal
Cedro	Sabugueiro	Pomar

² As espécies faia, laranjeira e oliveira aparecem no texto original como faial, laranjal e olival. Porém, a grafia foi alterada para o nome singular (ex.: laranjal – laranjeira) da espécie a que se lhe associa, de maneira que fosse possível coletar uma maior variedade de topónimos. A espécie loureiro aparece no texto original como louros.

Dragoeiro		Raízes
Faia		
Figueira		
Ginjeira		
Jamboeiro		
Landeiro		
Laranjeira		
Limoeiro		
Loureiro		
Marmeleiros		
Murteira		
Nogueira		
Oliveira		
Palmeira		
Pinheiro		
Romeira		
Til		
Vinhático		
Zimbreiro		

Fontes: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Além das espécies de árvores adicionadas, foram incluídas localidades geográficas às espécies já existentes. Na tabela que se segue, apresenta-se uma correspondência entre o número de localidades geográficas assinaladas no texto de origem e aquelas coletadas na pesquisa complementar. Deve ser referido que, no texto original, estão incluídas algumas ocorrências toponímicas do Porto Santo e até da Deserta Grande. Porém, uma vez que o espaço geográfico de estudo desta dissertação limita-se à ilha da Madeira, esses toponímicos foram retirados da lista final, nas respetivas espécies: carvalho (1), castanheiro (1), loureiro (1), zimbreiro (2). Na numeração das ocorrências da noqueira, foi retirada uma ocorrência toponímica do texto original, por esta se referir a uma pessoa e não à árvore.

Tabela 8 Alterações na lista original (localidades)

ESPÉCIE	NÚMERO DE LOCALIDADES DE TEXTO ORIGINAL	NÚMERO DE LOCALIDADES ADICIONADAS ³
Álamo	3	3 (+0)
Ameixieira	1	3 (+2)
Amendoeira	1	2 (+1)

³ Corresponde à soma das localidades geográficas do texto original, mais as localidades assinaladas na pesquisa complementar. É importante referir que, enquanto a larga maioria das localidades geográficas do texto original aparecem na lista adaptada à dissertação, pode haver diferenças nos toponímicos, uma vez que o texto “A árvore na toponímia da Região Autónoma da Madeira: contribuição para o estudo da toponímia da Região Autónoma da Madeira” é apenas uma referência.

Amoreira	5	21 (+6)
Bananeira	1	1 (+0)
Carvalho	2	5 (+3)
Castanheiro	3	12 (+9)
Cedro	2	15 (+13)
Dragoeiro	1	4 (+13)
Faia	1	4 (+3)
Figueira	3	8 (+5)
Ginja	1	3 (+2)
Jamboeiro	1	1 (+0)
Landeiro	1	1 (+0)
Laranjeira	4	12 (+8)
Limoeiro	1	5 (+4)
Loureiro	6	9 (+3)
Marmeleiros	3	8 (+5)
Murteira	4	7 (+3)
Nogueira	1	6 (+5)
Oliveira	2	12 (+10)
Palmeira	5	10 (+5)
Pinheiro	5	26 (+11)
Romeira	3	3 (+0)
Til	3	3 (+0)
Vinhático	2	4 (+2)
Zimbreiro	3	6 (+3)

Fontes: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Como referido anteriormente, foram adicionadas novas informações sobre o topónimo em questão. Abaixo, segue-se uma transcrição de um parágrafo introdutório retirado do texto de origem, sobre o carvalho:

Árvore europeia muito espalhada em toda a ilha onde foi introduzida em 1803, pelo Conde Carvalhal. Produz boa madeira e os seus frutos empregam-se vantajosamente na alimentação do gado. Os rebentos e folhas novas do carvalho, convenientemente pisados, têm largo emprego na ilha no tratamento de panarícios. A bolota torrada e reduzida a pó, serve para a preparação duma bebida útil às pessoas a quem é vedado o uso do café – Camacho (coord.), 1992, p. 15.

De seguida, apresento o parágrafo descritivo incluído na dissertação:

O carvalho (*Quercus robur*) é uma árvore de grande porte (entre 20 e 40 metros) da família Fagaceae (Figueira, 1992 e Larousse, 1983). O Carvalho abunda em zonas de vales, e necessita de zonas com clima de tendência atlântica, com precipitação (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, s.d.). De um ponto de vista toponímico, a presença do carvalho na ilha é mais acentuada na vertente sul do território, com uma distribuição mais ou menos equilibrada entre a vertente sudeste, ainda que nas zonas mais altas (São Roque e Monte) e a parte sudoeste da ilha (Canhas e Ponta do Sol). O tipo de topónimo tratado é o das formas singular (carvalho) e coletiva (carvalhal).

O tipo de informação facultada no texto de referência e o presente nos parágrafos descritivos da dissertação é relativamente diferente. Por exemplo, no parágrafo do texto de referência sobre o carvalho aparecem as seguintes informações: origem da árvore, data de introdução em território madeirense e usos do seu produto. De maneira geral, estes são os géneros de informação que aparecem nos parágrafos daquele texto, sem ordem ou preferência (podem aparecer num parágrafo descritivo e não no outro): origem da árvore, introdução em território madeirense, popularidade ou localização geográfica do cultivo na Região Autónoma da Madeira, descrição das características físicas da espécie (altura, folha, flor ou fruto), usos dos recursos da árvore (consumo, medicina ou indústria transformativa). A estrutura do parágrafo descritivo da espécie de árvore presente na dissertação mantém-se para todas as espécies, e segue uma ordem determinada, a referir: nome comum e científico da espécie, zonas típicas de cultivo e/ou condições climáticas de cultivo, presença geográfica toponímica e referência ao tipo de topónimo tratado. Além destas informações padronizadas, pode aparecer outro tipo de informação como os usos dos recursos da árvore (novamente, para consumo alimentar, medicina ou indústria transformativa) e localização geográfica do cultivo da árvore.

Na formação dos topónimos, encontram-se inspirações de origem variada. A motivação para a escolha do topónimo pode, entre outras fontes, surgir em referência à natureza, neste caso, a árvore. A recolha que se segue consiste em outros topónimos com nomes de árvores além de “Pereira”. É importante assinalar que a interpretação dos dados será construída na ideia de que estes topónimos se inspiram na realidade local imediata, ou seja, que têm uma conexão direta com a paisagem na qual se inserem. Porém, há sempre a possibilidade de o topónimo não ter ligação alguma com o sítio que nomeia.

No que importa aos objetivos, a pesquisa é exploratória e pretende seguir duas metas principais: realçar a diversidade da natureza madeirense e qualificar a presença destes topónimos na ilha. Neste contexto, a primeira meta refere-se à observação da vegetação local a partir de um ponto de vista linguístico. A paisagem gera produto linguístico e esse vocabulário acaba por se infiltrar em vários campos do discurso, sendo um deles a toponímia. Uma vez que a toponímia é passível de ser inspirada na realidade, através dela podem deduzir-se conclusões sobre o ambiente que nomeia e, a partir daí, tecer observações sobre a convivência do indivíduo no ambiente. Neste caso, através da análise da presença toponímica com nomes de árvores, é possível produzir comentários em especial sobre a natureza local. A análise da presença dos topónimos refere-se à

análise da distribuição geográfica das espécies, assim como à sinalização dos tipos de maior presença na ilha.

Quanto ao procedimento da pesquisa, a metodologia é combinada. A primeira fase, a do levantamento, implica uma revisão bibliográfica. Inicialmente, a ideia era recolher as localidades a partir de mapas, tanto físicos como digitais, mas revelou-se difícil por duas questões: acessibilidade e qualidade da informação. No caso dos mapas físicos, os disponíveis careciam do nível de especificidade necessário à recolha e o mapa digital (neste caso, pensou-se no *Google Maps*), não é prático na medida em que, apesar de recolher na íntegra a informação geográfica local, o *layout* não é eficiente e a desordenação da informação pode conduzir a uma recolha significativamente demorada. Devido a estas questões, foi necessário reorganizar as fontes. Numa fase inicial, recorreu-se ao *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, da autoria do Padre Fernando Augusto da Silva. O objetivo do levantamento é construir uma paisagem toponímica o mais completa possível e, por essa razão, observou-se necessário procurar outras fontes que complementassem a obra. Determinou-se aproveitar as seguintes: o projeto *A árvore na toponímia da Região Autónoma da Madeira: contribuição para o estudo da toponímia da região autónoma da Madeira*, coordenada por Ana Isabel Canessa Figueira e a plataforma *online* Ruas de Portugal. O projeto coordenado por Ana Isabel Canessa Figueira serviu como base para a lista de topónimos de árvores presente nesta dissertação.

Em relação ao formato do levantamento, está organizado em forma de lista, por ordem alfabética e por espécie de árvore. No que toca ao conteúdo, além da lista de localizações, existe uma coluna dedicada às ocorrências antroponímicas dos topónimos homónimos. A presença antroponímica é verificada através de duas fontes bibliográficas locais: Lista Telefónica 2010-2011 e *Elucidário Madeirense* da autoria do Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses. No final da recolha toponímica aparece José Pedro Machado, igualmente para verificar a presença antroponímica destes topónimos, só que numa escala nacional (visto que o autor não escreve unicamente para a ilha da Madeira). É de notar que alguns topónimos têm um acrescento entre parênteses, a fim de distinguir topónimos com nomes iguais (ex.: Pico da Amendoeira (bairro); Pico da Amendoeira (elevação), ou topónimos cujo nome não corresponda ao tipo de localização (ex.: Jardim dos Dragoeiros, que não é um jardim propriamente dito, mas um caminho). Inicialmente, o levantamento não ia ser organizado por espécie de árvore, em vez disso por concelho, mas essa metodologia revelou-se inviável, por questões de organização e apresentação visual. A questão com a organização dos dados por concelho

implicaria repetição recorrente e, uma vez que se decidiu ilustrar os dados por meio de gráficos e tabelas, devido ao número de concelhos, corria o risco de causar ilegibilidade de informação. O formato de lista apresentado foi adaptado do texto *A árvore na toponímia da Região Autónoma da Madeira: contribuição para o estudo da toponímia da região autónoma da Madeira*, coordenada por Ana Isabel Canessa Figueira. O formato em lista foi escolhido por uma questão de facilitação da leitura. Cada entrada de espécie de árvore é acompanhada por um parágrafo com informações sobre a mesma, a mencionar: o nome comum e o nome científico, a(s) espécie(s) que se encontra na ilha da Madeira, os usos na medicina ou cozinha local, o clima no qual cresce e a distribuição geográfica toponímica. A razão pela qual se aborda o clima é a intenção de verificar se existe uma ligação entre a distribuição geográfica toponímica e a distribuição geográfica da árvore e se influencia a existência do topónimo em determinado lugar. Nas listas das localidades por espécie de árvore que se seguem, aparecem topónimos que são variações do nome da árvore. O tipo de vocabulário que é tratado nas listas de localidades inclui as formas: singular (ex.: cedro – cedro); plural (ex.: álamo – álamos); coletiva (ex.: murta – murteira); nome do fruto (marmeleiro – marmeleiro) e diminutivo (figueira – figueirinhas). No que diz respeito à distribuição geográfica toponímica, foram utilizados dois critérios para a divisão do território da ilha da Madeira: na horizontal, a linha de divisão é determinada pela linha da fronteira interior dos concelhos da vertente sul e, na vertical, a divisão é realizada segundo a arte vectorial retirada da plataforma Vecteezy. O método de divisão do território da ilha da Madeira surge em *À Propos de la Prosodie des Îles de l'Archipel de Madère: Résultats d'un Test*, da autoria de Helena Rebelo (2019).

Figura 4: Divisão territorial da ilha da Madeira



Fonte da metodologia: Rebelo, H. (2019). “À Propos de la Prosodie des Îles de l’Archipel de Madère: Résultats d’un Test”. In *Variations, Phraséologie et Ressources* (pp. 179-189). França: Université Paris Sorbonne.

Fonte da imagem: Autor Desconhecido. (2023). *Mapa do Arquipélago da Região Autónoma da Madeira em estilo vectorial*. Vecteezy. Consultado em março, 2023, em <https://www.citationmachine.net/bibliographies/ee22cd3d-a064-42e0-ae26-4a8b29e16b82>

- a) Norte – Porto Moniz, São Vicente, Santana, Machico;
- b) Sul – Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz;
- c) Noroeste – Porto Moniz, São Vicente;
- d) Nordeste – Santana, Machico;
- e) Sudoeste – Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava;
- f) Sudeste – Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz.

A diversidade da natureza da ilha da Madeira reflete-se de maneira igual na toponímia ligada à mesma. É possível afirmar que o costume de colocar nomes de árvores nos lugares é um hábito que se estende a todos os concelhos (o concelho do Funchal aparece numa posição de destaque, por este se constituir de um número maior de freguesias). Além destes, os nomes de árvores figuram-se numa tipologia variada

de infraestruturas que resultam tanto de intervenção humana (como ruas, becos, caminhos, estradas, túneis, bairros, veredas, entre outros) como de fenómenos naturais (como os picos). A maneira como a toponímia com nome de árvores aparece ligada a estas infraestruturas ou fenómenos orgânicos permite observar o progresso da urbanização da paisagem local, assumindo um confronto entre a presença humana e a natureza. A lista abaixo é uma proposta de levantamento dos topónimos com nomes de árvores na ilha da Madeira e os seus correspondentes antropónimos.

Álamo

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Quintal, 2022; Ruas de Portugal, 2022-2023; Rushforth, 1999; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Caminho dos Álamos – Santo António – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Beco dos Álamos – Santo António – Funchal	Sem referências cf. Silva & Menezes, 1998
Rua dos Álamos – São Pedro – Funchal	Sem referências

O álamo é uma árvore de grande dimensão da família Salicaceae (Figueira, 1992 e Larousse, 1983). Na Madeira, existem indícios da presença das espécies *Populus alba* (choupo-branco) e *Populus Nigra* (choupo-negro) (Quintal, 2022). Ao analisar a sua distribuição geográfica a partir de um ponto de vista da toponímia, a sua presença é mais notória na vertente sudeste da ilha. De uma maneira geral, o álamo é um tipo de árvore que se dá em climas com significativa humidade, em regiões com verões mais quentes ou com invernos suaves a frios (Rushforth, 1999), correspondendo ao tipo de clima da vertente sul. O tipo de topónimo tratado, “Álamos”, restringe-se à forma plural do nome próprio da árvore, não havendo nenhuma ocorrência no singular. Além disso, não surge isolado, mas combinado numa posição com caminho, beco e rua. Quanto à antroponímia, na lista telefónica de 2010-2011, não se regista nenhuma ocorrência do nome, assim como no *Elucidário Madeirense*.

Ameixieira

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Serrado das Ameixieiras – Santo António da Serra – Santa Cruz	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Serrado das Ameixieiras – Santo António da Serra – Machico	Sem referências Cf. Silva & Meneses, 1998
Vereda das Ameixieiras – Faial – Santana	Sem referências
Sítio da Ameixieira – Serra de Água – Ribeira Brava	

A ameixieira (*Prunus domestica*) é uma árvore de fruto da família Rosaceae (Figueira, 1992). A ameixieira é uma árvore que se dá em qualquer lugar, com exceção dos solos compactos ou muito húmidos (Larousse, 1983). No espaço insular, ela aparece com maior frequência no interior, em zonas mais frias. Na sua presença toponímica, a ameixieira aparece no nordeste (Santana), sudoeste (Ribeira Brava) e sudeste (Santa Cruz). As formas do topónimo identificadas são a do plural (ameixieiras) e a do singular (ameixieira), predominando a primeira. Quanto à composição, as ocorrências registadas surgem a determinar serra e vereda, sendo que a do singular aparece isolada. Não foram encontradas referências antroponímicas nas fontes consultadas.

Amendoeira

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A.; Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Pico da Amendoeira (bairro) – Ponta do Sol – Ponta do Sol	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Pico da Amendoeira (elevação) – Ponta do Sol – Ponta do Sol	Sem referências cf. Silva & Meneses, 1998
Pico da Amendoeira (local) – Ponta do Sol	Sem referências

A amendoeira (*Amygdalus communis*) é uma árvore de grande porte (pode atingir uma altitude de 10 metros) que, como a ameixieira, pertence à família *Rosaceae* (Figueira,

1992 e Larousse, 1983). Em concordância com o clima propício da amendoeira, quente e seco, há sinais da sua presença na vertente sudeste da ilha. A composição do espaço determinado por “Amendoeira” é bairro e elevação. O tipo de vocabulário da toponímia de amendoeira manifesta-se unicamente na forma singular do nome. Não foram encontradas referências antroponímicas em ambas as fontes consultadas.

Amoreira

(cf. Figueira, 1992; Franco, 2022; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Rua das Amoreiras – Santa Maria Maior – Funchal
 Travessa da Amoreira – Santa Maria Maior – Funchal
 Rua da Quinta das Amoreiras – Santa Maria Maior – Funchal
 Beco da Amoreira – São Martinho – Funchal
 Rua da Amoreira – São Martinho – Funchal
 Vereda da Amoreira – São Martinho – Funchal
 Sítio das Amoreiras – Camacha – Santa Cruz
 Rua das Amoreiras – Caniço – Santa Cruz
 Serralhal e Amoreiras – Caniço – Santa Cruz
 Caminho das Amoreiras – Arco de São Jorge – Santana
 Rua da Amoreira – Ponta Delgada – São Vicente
 Amoreiras – Arco da Calheta – Calheta
 Rua das Amoreiras – Arco da Calheta – Calheta
 Amoreira – Arco da Calheta – Calheta
 Travessa da Amoreira – Calheta – Calheta
 Vereda da Amoreira – Calheta – Calheta
 Amoreiras – Canhas – Ponta do Sol
 Lombo da Amoreira – Ponta do Sol – Ponta do Sol

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
 Sem referências
 Cf. Silva & Meneses, 1998
 Sem referências

Caminho das Furnas e Amoreira –
Campanário – Ribeira Brava
Túnel da Amoreira – Campanário
– Ribeira Brava
Viaduto da Amoreira – Campanário –
Ribeira Brava

A amoreira (*Morus*) é uma árvore de fruto de médio porte da família *Moraceae*. A Amoreira prefere um clima ameno, com mais horas de luz solar, requer solos drenados, mas também surge zonas de meia-sombra (Franco, 2022), em semelhança a esses padrões climáticos, a toponímia da amoreira tem a presença mais forte na vertente sul. Contrariamente a outras espécies que aparecem na lista, a toponímica de amoreira estende-se a uma área geográfica larga, e não se limita a um ponto isolado. A toponímia de amoreira aparece nas vertentes sudoeste (Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava) e sudeste (Funchal e Santa Cruz) e, além disso, ainda se assinalam algumas localidades na costa norte, nas vertentes noroeste (São Vicente) e nordeste (Santana). A toponímia de amoreira tem como ponto de foco a vertente sudeste. Na ilha da Madeira, a fruta da amoreira é usada essencialmente para consumo, como é o caso de doce e licor (Freitas & Mateus, 2013). Registam-se a forma singular (amoreira) e a forma plural (amoreiras), sendo a primeira a forma mais corrente. Nesta lista, “Amoreira” aparece isolada apenas três vezes. Os tipos de localidades assinaladas por “Amoreira” são variados: rua, travessa, beco, vereda, sítio, caminho, lombo, túnel e viaduto. Não foram encontradas referências antroponímicas.

Anoneira

(cf. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR, s.d.; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Rodrigues, 2019; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Antropónimos

Rua das Anoneiras – Arco da Calheta
– Calheta

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A anoneira é uma árvore de pequeno porte da família *Annonaceae*, e o género é a *Annona*. A anona, também conhecida como “Anona da Madeira”, pertence à espécie *Annona cherimola* Mill. A “Anona da Madeira” é uma espécie De Origem Protegida

(DOP). A anona é um fruto que surge em climas tropicais e subtropicais (Rodrigues, 2019). Apesar da sinalização toponímica direcionar a presença da árvore para a Calheta (vertente sudoeste da ilha), a produção da anona concentra-se nas vertentes sudeste e nordeste da ilha (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR, s.d.). Trata-se da forma plural do nome e neste ele aparece acompanhado, indicando apenas um tipo de localidade: rua. Não foram detetadas ocorrências antropónicas.

Bananeira

(cf. Empresa de Gestão do Sector da Banana – GESBA, 2018; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Beco das Bananeiras – Santa Maria
Maior – Funchal

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A bananeira é uma planta de folhas compridas (que atingem os 2 metros) e que pertence à família *Musaceae* (Larousse, 1983). No contexto agrícola insular, existem duas espécies de banana, a *Musa cavendishii*, ou bananeira anã, e a *Musa sapientum*, a banana de prata (Figueira, 1992). Na ilha da Madeira, a exploração da banana dá-se em maior escala na costa sul, mas ainda existem algumas explorações na vertente norte (Empresa de Gestão do Sector da Banana – GESBA, 2018). A bananeira, de maneira geral, é uma espécie que se dá em climas quentes devido aos seus frutos (Larousse, 1983). Na recolha toponímica encontrou-se apenas uma localização. Porém, contrariamente ao que se possa deduzir da (falta de) presença toponímica da bananeira, o cultivo em si é uma indústria de longa data na ilha e de grande popularidade. No caso, a toponímica da bananeira dá-se num caso isolado na vertente sudeste da ilha e o tipo de espaço que indica é beco. O tipo de topónimo tratado é a forma plural do nome e, neste caso, aparece acompanhado. Não foram assinaladas referências antropónicas.

Barbusano

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva (coord.), 2007; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Barbusano – Tabua – Ribeira Brava

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
Cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências.

O barbusano é uma árvore de grande porte da família *Lauraceae* e endémica à ilha da Madeira (assim como aos Açores e às ilhas Canárias). O barbusano da Madeira tem a denominação científica de *Apollonias barbujana*, género e espécie, respetivamente (Silva (coord.), 2007). A espécie em questão insere-se na vegetação típica da floresta laurissilva (floresta Laurissilva do Barbusano) e necessita de zonas com muita humidade. Em concordância com esta informação, a presença do barbusano é mais acentuada na costa norte da ilha, precisamente na Floresta Laurissilva. A avaliação toponímica revela um caso isolado na costa sudoeste da ilha. O tipo de topónimo tratado é a forma singular do nome e este aparece isolado, indicando um sítio da freguesia da Tabua. Não foram encontradas ocorrências antropónicas.

Carvalho

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, s.d.)

Topónimos

Beco do Carvalho – São Roque
– Funchal

Carvalho – Canhas – Ponta do Sol

Carvalho e Carreira – Canhas – Ponta do Sol

Carvalho – Ponta do Sol – Ponta do Sol

Cruz de Carvalho – São Pedro – Funchal

Sítio do Carvalho – São Roque do Faial

– Santana

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011

Com referências (ex.: Carvalho e Carvalho & Menezes)

Cf. Silva & Meneses, 1998

Com referências (Carvalho, Carvalho Esmeraldo e Carvalho)

O carvalho (*Quercus robur*) é uma árvore de grande porte (entre 20 e 40 metros) da família *Fagaceae* (Figueira, 1992 e Larousse, 1983). O Carvalho abunda em zonas de vales, e necessita de zonas com clima de tendência atlântica, com precipitação (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, s.d.). Na Madeira, a casca do carvalho é usada em chás para o tratamento de doenças do foro intestinal e febre (Freitas & Mateus, 2013). De um ponto de vista toponímico, a presença do carvalho na ilha é mais acentuada na vertente sul do território, com uma distribuição mais ou menos equilibrada entre a vertente sudeste, ainda que nas zonas mais altas (São Roque, Monte e São Pedro) e a parte sudoeste da ilha (Canhas e Ponta do Sol), com uma exceção a nordeste (Santana). As formas do topónimo tratado são as formas singular (carvalho) e coletiva (carvalhal). No caso deste topónimo, ele aparece a maioria das vezes acompanhado, assinalando dois tipos de espaços: beco e sítio povoado. Em relação às ocorrências antroponímicas, o “Carvalho” é detetado em ambas as fontes, tanto acompanhado como isolado, e aparece tanto na forma singular como na coletiva.

Castanheiro

(cf. Costa, 2020; Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Quintal, 2022; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Rua do Castanheiro – Sé – Funchal
 Travessa do Castanheiro – São Martinho – Funchal
 Beco do Castanheiro – São Martinho – Funchal
 Pico do Castanho – Caniçal – Machico
 Pico do Castanho – Machico – Machico
 Achada do Castanheiro – Boaventura – São Vicente
 Caminho dos Castanheiros – Ponta Delgada – São Vicente
 Caminho do Castanheiro – Porto Moniz – Porto Moniz
 Castanheiro – Seixal – Porto Moniz
 Lombo dos Castanheiros – Calheta – Calheta
 Chão dos Castanheiros – Fajã da Ovelha – Calheta

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
 Sem referências
 cf. Silva & Meneses, 1998
 Com referências (Castanheiro)

Caminho do Castanheiro – Ponta do Sol
– Ponta do Sol

O castanheiro é uma árvore de grande porte também da família *Fagaceae* (Figueira, 1992). Existem várias espécies de castanheiro na ilha da Madeira, a título de exemplo: *Aesculus hippocastanum*, *Aesculus x carnea*, *Calodendrum capense* e *Castanea sativa* Miller (Quintal, 2022). Na medicina tradicional madeirense, a flor do castanheiro é usada em chá para o tratamento da tensão alta (Freitas & Mateus, 2013). O Castanheiro desenvolve-se em climas temperados, de humidade média (Costa, 2020). No que diz respeito à distribuição toponímica, há sinais da sua presença um pouco por toda a ilha, a assinalar: sudeste (Sé e São Martinho), sudoeste (Ponta do Sol), noroeste (Porto Moniz, Ponta Delgada e Seixal), sudoeste (Calheta e Fajã da Ovelha) e sudeste (Caniçal e Machico). A característica que se destaca destas localidades é a sua larga maioria ser junto ou próximo do mar. O tipo de topónimo tratado é a forma singular (castanheiro) e plural (castanheiros), do nome que aparece na maioria das vezes acompanhado. O tipo de espaços que este indica são: rua, beco, achada, caminho, chão e lombo. Quanto às ocorrências toponímicas, ele aparece na forma singular e isolado. Segundo o Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses (1998), donde foi retirada a referência antroponímica, “João Castanheiro” teria sido um dos nomes anteriores da atual Rua do Castanheiro.

Cedro

(cf. Araújo, s.d; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Quintal, 2022; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Rua da Quinta dos Cedros – Santo António – Funchal
Travessa do Cedro – Caniço – Santa Cruz
Fajã do Cedro Gordo – Faial – Santana
Achada do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana
Pico do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana
Caminho do Pico do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
Cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

Estrada da Fajã do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana
Chão do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana
Fajã do Cedro Gordo – São Roque do Faial – Santana
Pico do Cedro – São Vicente – São Vicente
Levada dos Cedros – Ribeira da Janela – Porto Moniz
Lombada dos Cedros – Fajã da Ovelha – Calheta
Rotunda da Lombada dos Cedros – Fajã da Ovelha – Calheta
Pico do Cedro – Serra d’Água – Ribeira Brava
Pico do Cedro – Curral das Freiras – Câmara de Lobos

O cedro é uma árvore de grande porte da família *Pinaceae* (Figueiras, 1992). Existe uma multiplicidade de espécies de cedro na ilha da Madeira, a referir: *Cedrus atlantica* ‘*Glauca*’ (cedro-azul-do-atlas), *Cedrus deodara*, *Chamaecyparis lawsoniana* (cedro-de-oregão), *Chamaecyparis lawsoniana* ‘*Lane*’ (cedro-de-oregão-dourado) e *Cupressus lusitânica* (cedro-de-goá ou cedro-do-buçaco) (Quintal, 2022). Existem, contudo, duas espécies de cedro indígenas à ilha da Madeira: *Juniperus cedrus maderensis* (cedro-da-madeira) e *Juniperus cedrus maderensis fastigiata* (cedro-da-madeira). De uma maneira geral, o cedro ocorre na Floresta Laurissilva, com maior frequência nas zonas rochosas a 1400 metros de altitude (Araújo, s.d.). A toponímica da espécie em mãos tem particular incidência nas freguesias de São Roque do Faial e São Vicente. Existem instâncias onde se assinalam topónimos na vertente sul, como é o caso do Curral das Freiras, e Ribeira Brava. A forma do topónimo tratada é a forma singular (cedro) e a forma plural (cedros) e em todas as ocorrências assinaladas o nome aparece acompanhado. O tipo de espaço ao qual “Cedro” se associa é diverso: rua, travessa, fajã, achada, pico, caminho, estrada, chão e levada. Não foram detetadas referências antroponímicas.

Cerejeira

(cf. Aguiar, 2013; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — UTAD, s.d)

Topónimos

Rotunda das Cerejeiras – Jardim da Serra
– Câmara de Lobos

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A cerejeira é uma árvore da família *Rosaceae* e tem o nome científico de *Prunus Avium L.* Na Madeira, as espécies de cerejeira mais comuns são as “Regionais”, “Norberto”, “Van”, “Grada”, e “De Lisboa”. Esta árvore necessita de um clima húmido, tolera o frio invernal, mas não condições climáticas de sol excessivo (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, s.d). A cerejeira é um dos casos em que a distribuição geográfica toponímica condiz com a sua zona de cultivo, uma vez que a cultura da cerejeira na Madeira acontece em três pontos principais: Jardim da Serra, Serra de Água e Curral das Freiras (Aguiar, 2013). O tipo de topónimo tratado é a forma plural e este aparece acompanhado, sendo que o tipo que indica é uma rotunda. Em relação a referências antroponímicas, não foram detetadas.

Cidreira

(cf. Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave – ATAHCA, 2014; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Rampa do Cidrão – Santa Maria Maior
– Funchal
Rampa do Cidrão – Sé – Funchal
Túnel do Ribeiro do Cidrão – Curral das
Freiras – Câmara de Lobos
Vereda Pico Cidrão – Curral das Freiras
– Câmara de Lobos
Pico do Cidrão (elevação) – Curral das
Freiras – Câmara de Lobos
Monte Cidrão (elevação) – Curral das
Freiras – Câmara de Lobos

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
Cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A árvore do cidrão é uma árvore e arbusto da família *Rutaceae*, de nome científico *Citrus medica*. A nível de cultivo na ilha, a cidreira é muito cultivada no Curral das Freiras (Silva & Meneses, 1998). Na Madeira, a sua ocupação geográfica toponímica

foca-se na região sudoeste da ilha, com maior frequência nas zonas altas do Município de Câmara de Lobos (Curral das Freiras). A forma do topónimo identificada na recolha das localidades corresponde à forma singular e em todas as ocorrências o nome aparece acompanhado, associando-se a vários tipos de espaço: rampa, túnel, vereda, pico e monte. Não foram assinaladas ocorrências antroponímicas.

Coqueiro

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Oceanário de Lisboa, 2015; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Antropónimos

Sítio do Cabeço do Coqueiro – Ribeira da Janela – Porto Moniz

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
Cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O coqueiro (*Cocos nucifera*) é uma árvore da família *Arecaceae*, ou família das palmeiras. A distribuição do coqueiro é influenciada pelas propriedades do fruto que produz: o coco surge em solos arenosos e salinos, com grande exposição ao sol e chuva regular (Oceanário de Lisboa, 2015). As características de cultivo do coco fazem com que a árvore se prolifere mais rapidamente nas zonas costeiras. Devido à falta de exemplares desta espécie cá na ilha, não é possível saber se existe um ponto de foco de cultivo a nível geográfico, ou se a distribuição toponímica procede em concordância com as condições ambientais necessárias. No que toca à distribuição geográfica toponímica, o coqueiro aparece uma vez na costa norte da ilha. A forma do topónimo tratada é a forma singular do nome e este aparece associado a um sítio. Não foram detetadas formas antroponímicas.

Damasqueiro

(c.f. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica, 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Antropónimos

Rua do Damasqueiro – Estreito de Câmara de Lobos – Câmara de Lobos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências

cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O damasqueiro (*Prunus armeniaca*) é uma árvore da família *Rosaceae*. Tipicamente, os damasqueiros desenvolvem-se em climas subtropicais amenos, ou até mesmo frios. Pode identificar-se uma localização na vertente sul-centro da ilha cujo topónimo é baseado na árvore em questão. As principais variedades do damasqueiro cultivadas na Madeira são: “damascos legítimos, franceses, brancos, churros alperches, «pêches» e maracotões (Silva & Meneses, 1998, p. 342). O tipo de topónimo tratado é a forma singular do nome e este aparece acompanhado, indicando igualmente um tipo de espaço que é a rua. A nível de referências antroponímias, não se encontraram.

Dragoeiro

(cf. Figueira, 1992; Fundação Serralves, s.d; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Quintal, 2022; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Jardim dos Dragoeiros (caminho) – São Martinho – Funchal
Dragoal – Caniçal – Machico
Pico do Dragoal – Caniçal – Machico
Rua dos Dragoeiros – Ribeira Brava – Ribeira Brava

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
Cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O dragoeiro (*Dracaena draco* L.) é uma árvore da família *Asparagaceae* e é nativa da ilha da Madeira, como também dos Açores, Canárias e Cabo Verde (Quintal, 2022). O dragoeiro dá-se em zonas semiáridas, nomeadamente em encostas rochosas e ravinas (Fundação Serralves, s.d.). O seu cultivo é afetado negativamente por desastres naturais, ocupação de terrenos para exploração agrícola e aproveitamento da árvore para extrato de seiva. A distribuição toponímica foca-se na vertente sudeste da ilha, com exceção de duas localidades a sudeste, no Caniçal. A forma do topónimo tratada é a forma coletiva (dragoal) e forma no plural (dragoeiros), sendo que em apenas uma ocorrência é que o nome aparece isolado. Enquanto antropónimo, não foram detetadas referências nas fontes. As localidades associadas a “Dragoeiro” são jardim, pico e rua.

Faia

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Gulbenkian, s.d.; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1938)

Topónimos	Antropónimos
Caminho do Faial – Santa Maria Maior – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Quinta do Faial – Santa Maria Maior – Funchal	Sem referências cf. Silva & Meneses, 1998
Ihéu do Faial – Faial – Santana	Sem referências
Lombo das Faias – Santo António da Serra – Santa Cruz	

A faia (*Myrica faya Ait*) é uma árvore de grande porte (30 metros) da família das *Myricaceae* (Figueiras, 1992 e Larousse, 1983). A *Myrica faya*, também conhecida como faia-da-terra, faia-das-ilhas, ou samouco é originária da ilha da Madeira, Açores e Canárias. A faia é comum na ilha da Madeira e encontra-se principalmente nos matos de baixa altitude, em clima temperado, mas com disponibilidade de água (Gulbenkian, s.d.). A localização da árvore da faia na ilha da Madeira vai ao encontro do clima de proliferação da mesma, que é tipicamente temperado (Larousse, 1983). Não só na sua dimensão toponímica, como a nível de cultivo, a presença da Faia é mais significativa na costa norte da ilha, principalmente a nordeste. A forma do topónimo tratada é a forma coletiva (faial) e o plural do nome (faias). A única instância em que o nome aparece isolado é em referência à freguesia do Faial. O tipo de espaço que “Faia” nomeia é caminho, urbanização, ilhéus, freguesia e lombo. Quanto à sua forma antroponímica, não foram encontradas referências.

Figueira

(cf. Aguiar, 2013; Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Rua da Figueira Preta – Sé – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Rua das Figueirinhas – Caniço – Santa Cruz	Com referências (ex.: Figueira)
Rua do Figueiral – Caniço – Santa Cruz	Cf. Silva & Meneses, 1998
Travessa das Figueirinhas – Caniço	

– Santa Cruz
Rua do Figueiral – Porto Moniz – Porto Moniz
Sítio da Terra das Figueiras – Ribeira da Janela – Porto Moniz
Travessa da Figueira – Prazeres – Calheta
Tronco das Figueiras (bairro) – Ponta do Sol – Ponta do Sol

Com referências (ex.: Figueira, Figueiredo, Figueiredo de Lemos, Figueiroa e Figueiroa de Albuquerque)

A figueira (*Ficus carica L.*) é uma planta da família *Moraceae* (Larousse, 1983). A figueira tem uma larga variedade de espécies, mas na Madeira assinalam-se as variedades Pingo Mel, Bebera Branca, Bebera Preta e Cotios. O fruto da figueira é utilizado tanto no consumo (ex.: para a confeção de mel de figo) como para fins medicinais no tratamento da tosse, gripe, diabetes e reumatismo (Freitas & Mateus, 2013). Esta árvore tem facilidade em adaptar-se a vários tipos de clima, mas não pode ser sujeita a extremos, uma vez que danifica o fruto (Aguiar, 2013). Na recolha toponímica, entende-se que não existe um ponto de concentração e a sua presença espalha-se um pouco por todo o território, como sudoeste (Ponta do Sol), sudeste (Sé, Caniço e Calheta) e noroeste (Porto Moniz). A forma do topónimo tratada é a forma singular (figueira), diminutiva plural (figueirinhas) e coletiva (figueiral). Os espaços denominados por “Figueira” ou associados são rua, sítio, travessa e tronco. O topónimo aparece acompanhado da tipologia de lugar em todas as localidades assinaladas. No que diz respeito à forma antroponímica, foram encontradas ocorrências em ambas as fontes consultadas e as formas através das quais o apelido se apresenta são 3: “Figueira”, “Figueiroa” e “Figueiredo”, presumindo-se serem da mesma família de palavras. Em duas das referências antroponímicas, os nomes não assumem forma de apelido único (ex.: Figueiredo de Lemos e Figueiroa de Albuquerque).

Ginja

(cf. Centro de Química da Madeira – CQM, 2007; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Estrada das Ginjas – São Vicente – São Vicente
Caminho do Velho das Ginjas – São Vicente – São Vicente

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998

Levada das Ginjas – São Vicente – São Vicente Sem referências

A ginjeira (*Prunus cerasus L.*) é uma árvore da família *Rosaceae*, produtora do fruto da ginja (*Gr. Zizyphu*). A ginjeira existe em ampla distribuição na Madeira (Centro de Química da Madeira – CQM, 2007 e Figueiras, 1992). O cultivo da ginjeira é bastante popular e muito apreciado para a transformação do fruto em produtos consumíveis, como licores e compotas. A plantação destas árvores ocorre no inverno, mas dão-se em climas temperados. A recolha toponímica mostra que a presença da ginjeira se foca na costa norte da ilha, sem outras localidades passíveis de assinalar. O tipo de topónimo tratado é a forma plural do nome do fruto e que só aparece isolado uma vez, indicando espaços como estrada e caminho. A nível de ocorrências antropónicas, estas não foram detetadas nas fontes.

Jamboeiro/Jambeiro

(cf. Centro de Química da Madeira – CQM, 2007; Figueira, 1992; Government of Singapore Agency, 2021; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Antropónimos

Lombo do Jamboeiro – São Roque
– Funchal

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O jamboeiro (*Syzygium jambos L.*, ou *Eugenia jambos L.*) é uma árvore da família *Myrtaceae*, também popularmente conhecida como Jambeiro ou Jambo. A presença do jamboeiro na ilha da Madeira é diminuta, servindo quase unicamente para a decoração de algumas quintas e jardins (Centro de Química da Madeira – CQM, 2007). Enquanto árvore, o jamboeiro prefere climas subtropicais ou tropicais, com temperaturas quentes (Government of Singapore, 2021). No que toca à toponímia, assinalou-se um caso isolado nas zonas da costa sul da ilha. Devido à pouca presença da espécie em território local, não é possível desenhar uma relação entre a presença toponímica e a área de cultivo ou clima. O tipo de topónimo tratado é a forma singular do nome e este aparece acompanhado. No contexto das fontes utilizadas, localidades com “Jamboeiro” só aparece uma vez e é em referência ao lombo. Não se assinalou como antropónimo.

Laranjeira

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Larousse, 1983; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Laranjal – Santo António – Funchal
Caminho das Laranjeiras – Santo António – Funchal
Caminho do Laranjal – Santo António – Funchal
Caminho do Laranjal Pequeno – Santo António – Funchal
Estrada do Laranjal – Santo António – Funchal
Travessa do Laranjal – Santo António – Funchal
Laranjeira – Boaventura – São Vicente
Sítio das Laranjeiras – Boaventura – São Vicente
Laranjal – São Vicente – São Vicente
Chão das Laranjeiras – Ribeira da Janela – Porto Moniz
Caminho do Lombo das Laranjeiras – Calheta – Calheta
Lombo das Laranjeiras – Calheta – Calheta

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Com referências (ex.: Laranjeira, Laranja e Laranjeiras)
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A laranjeira (*Citrus*) é uma árvore da família *Rutaceae*. Na ilha da Madeira, existem duas subespécies identificadas, a *amara* e a *sinensis*, a laranjeira azeda, e a laranjeira doce, respetivamente (Figueiras, 1992). Na medicinal tradicional madeirense, a folha e a flor da laranjeira são consumidas em forma de chá (a primeira para o tratamento da tensão, sono, constipações e dores de cabeça e a segunda também para problemas de tensão) e a casca de laranja é para consumo comum (Freitas & Mateus, 2013). De uma maneira geral, a laranjeira é uma árvore que se dá em climas mais quentes (Larousse, 1983). No que respeita à toponímia, o local de maior concentração é a zona alta do concelho do Funchal, neste caso, Santo António. A anotar também a presença de topónimo para laranjeira no lado oeste da ilha, tanto a norte como a sul (São Vicente e Calheta). O tipo de topónimo tratado está na forma singular (laranjeira), plural (laranjeiras), e a forma coletiva (laranjal). O topónimo existe tanto isolado quanto acompanhado e está associado a localidades como sítio povoado, caminho, estrada,

travessa e lombo. Para os antropónimos, registaram-se referências numa das fontes e aparece de duas maneiras: plural (laranjeiras) e singular (laranjeira e laranja) e este antropónimo encontra-se na forma de apelido único/isolado.

Limoeiro

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 2013; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Limoeiro – Faial – Santana	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Limoeiro – São Vicente – São Vicente	Sem referências
Caminho do Limoeiro – São Vicente – São Vicente	cf. Silva & Meneses, 1998
Lombada dos Limoeiros – Fajã da Ovelha – Calheta	Sem referências
Estrada do Limoeiro – Câmara de Lobos – Câmara de Lobos	

O limoeiro (*Citrus limon*) é uma árvore da família *Rutaceae* e a subespécie presente na Madeira é a *Limonium risso*. A Direção Regional da Agricultura aponta outras variedades, a assinalar: Ponderosa, Vila Franca, Eureka, Lisboa, Lunário e Galego (Carvalho e Aguiar, 1997 *apud* Silva, 2013). Além de ter fins de consumo (ex.: sumo e aguardente), o limoeiro tem vários usos medicinais, frequentemente acompanhado de outras plantas, desde problemas de tensão, ao emagrecimento, constipação, problemas de pulmões e complicações na pele (Freitas & Mateus, 2013). O limoeiro dá-se melhor em regiões de clima mediterrânico, com temperaturas relativamente mais quentes, mas desde que os solos possuam alguma humidade. A nível de área de cultivo, na ilha da Madeira, o concelho de Santana é o que mais se destaca nessa área (Silva, 2013). A presença toponímica de limoeiro tem maior incidência na costa norte da ilha, em particular na freguesia de São Vicente e Faial o que, em parte, condiz com a área de cultivo do limoeiro na ilha da Madeira. Existem duas localidades na costa sul, a sudoeste (Câmara de Lobos e Calheta). O tipo de topónimo tratado está na forma singular (limoeiro) e plural (limoeiros) e aparece tanto isolado quanto acompanhado. Não existem referências antroponímicas nas fontes utilizadas.

Loureiro

(cf. ; Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998; Tiago, 2019;)

Topónimos

Rua dos Louros – Santa Maria Maior
– Funchal
Forte dos Louros – Santa Maria Maior
– Funchal
Louros – São Gonçalo – Funchal
Loural – Santa Cruz – Santa Cruz
Loural – São Jorge – Santana
Loural (povoação) – São Vicente
– São Vicente
Loural (local) – São Vicente – São
Vicente
Estrada do Loural – São Vicente
– São Vicente
Chão dos Louros – São Vicente
– São Vicente

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Com referências (ex.: Loureiro)

O loureiro (*Laurus novocanariensis*) é uma árvore da família *Lauraceae* e endémica à ilha da Madeira e às ilhas Canárias, sendo a mesma característica da floresta da Laurissilva, na costa norte da ilha da Madeira. À semelhança do limoeiro no seu uso medicinal também é frequentemente acompanhado por outras plantas ou ervas e atua no tratamento de gripe, dor de cabeça, digestão e tosse. A folha do louro é muito popular como erva aromática no tempero de carnes e peixes na cozinha portuguesa (Freitas & Mateus, 2013). O clima do loureiro é ameno, com solos húmidos e necessita de regas consistentes até mesmo no período do verão (Tiago, 2019). A presença toponímica ocorre tanto na costa norte como na costa sul da ilha, sem sobreposições. Na costa norte, a toponímia concentra-se essencialmente na freguesia de São Vicente, com uma localização em São Jorge. Na costa sul, isto acontece principalmente no centro, em Santa Maria Maior e São Gonçalo, à exceção da localização em Santa Cruz. A folha do louro é usada principalmente na cozinha, como tempero de carnes e peixes. O tipo de topónimo tratado surge de outro nome comum do loureiro, louro. As formas do topónimo identificadas correspondem à forma coletiva (loural) e plural (louros). De acordo com as fontes utilizadas, “Loureiro” aparece mais vezes isolado do que acompanhado pela tipologia de

lugar. O topónimo aponta para localidades como rua, forte, sítio, povoação, estrada e chão. Este topónimo aparece também como antropónimo numa das fontes bibliográficas e, no contexto desta, só aparece isolado, como antropónimo único.

Marmeleiros

(cf. Dias & Maciel, 2018; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Estrada dos Marmeleiros – Imaculado Coração de Maria – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Túnel dos Marmeleiros – Imaculado Coração de Maria – Funchal	Sem referências
Impasse da Estrada dos Marmeleiros – Monte – Funchal	cf. Silva & Meneses, 1998
Rua do Serrado dos Marmeleiros – Caniçal – Machico	Sem referências
Vereda dos Marmeleiros – Caniçal – Machico	
Travessa dos Marmeleiros – Caniçal – Machico	
Estrada dos Marmeleiros – Monte – Funchal	
Marmeleiros – Monte – Funchal	

O marmeleiro (*Cydonia oblonga*) é uma árvore de porte pequeno (entre 2 e 6 metros) e pertence à família *Rosaceae*. O marmeleiro é uma espécie de climas temperados, uma vez que é capaz de acompanhar tanto invernos longos como verões mais quentes (Dias & Maciel, 2018). No que diz respeito à presença toponímica do marmeleiro, ela concentra-se na zona sudeste da ilha da Madeira, em específico nas freguesias de Imaculado Coração de Maria e Monte. Adicionalmente a estas duas freguesias, existe ainda sinais da presença do marmeleiro na zona este da ilha, no Caniçal. Em Portugal, o fruto do marmeleiro, do mesmo nome, é essencialmente consumido cozido, na forma de marmelada. O tipo de topónimo tratado é a forma plural do nome próprio e no contexto das fontes utilizadas o topónimo só aparece isolado uma vez, em referência ao nome do sítio na freguesia do Monte. Os tipos de localidades tratadas em “Marmeleiro” são essencialmente espaços urbanizados: estrada, túnel, impasse, rua, vereda e sítio. Em ambas as fontes antroponímicas, não foram verificadas referências a “Marmeleiro”.

Murteira

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento – Grupo de Investigação Ecologia Aplicada e Conservação, 2014; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Beco das Murteiras – Santa Maria Maior – Funchal
Rua das Murteiras – Santa Maria Maior – Funchal
Travessa das Murteiras – Santa Maria Maior – Funchal
Caminho da Murteira – Ribeira Brava – Ribeira Brava
Murteira – Curral das Freiras – Câmara de Lobos
Murteiras – Ponta do Sol – Ponta do Sol
Beco das Murteiras – Ponta do Sol – Ponta do Sol

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

A murteira (*Myrtus communis*), também conhecida comumente como murta, pode ser um pequeno arbusto ou pequena árvore e produz fruto de baga. A murteira prefere solos frescos e com alguma humidade. Porém, também surge em matos e matagais secos, bosques ou povoamentos florestais abertos (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento – Grupo de Investigação Ecologia Aplicada e Conservação, 2014). A presença toponímica da murteira não tem um ponto de foco, já que as localidades se espalham um pouco pela vertente sul da ilha, assim sendo: sudoeste (Ponta do Sol, Ribeira Brava e Curral das Freiras) e sudeste (Santa Maria Maior). A árvore em questão tem dois nomes comuns: murta ou murteira, mas o vocábulo murteira também pode querer dizer o nome coletivo para um terreno de murtas. Não foi possível determinar se as localidades com “murteira” se referem ao nome comum da árvore ou à forma coletiva do mesmo. Neste caso, o vocábulo “murteira” aparece nas formas tanto do plural (murteiras) como do singular (murteira) e em referência a beco, rua, travessa, sítio, local e beco. Não foram encontradas referências antroponímicas para “Murteira”, nas fontes onde se procurou.

Nogueira

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento – Grupo de Investigação Ecologia Aplicada e Conservação, 2014; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, s.d.)

Topónimos

Nogueiras – Santo António – Funchal
Nogueira – Camacha – Santa Cruz
Rua da Nogueira – Camacha – Santa Cruz
Túnel da Nogueira – Camacha – Santa Cruz
Pico da Nogueira – São Roque do Faial – Santana
Nogueirinha – Fajã da Ovelha – Calheta

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Com referências (ex.: Nogueira)
Cf. Silva & Meneses, 1998
Com referências (ex.: Nogueira e Nogueiras)

A noqueira (*Juglans regia L.*), também conhecida como noqueira-comum, é uma árvore da família *Juglandaceae*. A noqueira tem utilidade medicinal, tanto quanto sumo como líquido de limpeza, nomeadamente para doenças da pele e com ela também se faz licor de noz (Freitas & Mateus, 2013). A noqueira é uma árvore de clima mais temperado, com preferência por climas oceânicos, em zonas com mais sombra, com solos profundos e húmidos e é bastante comum na Madeira (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento – Grupo de Investigação Ecologia Aplicada e Conservação, Universidade de Évora, 2014; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, s.d.; Figueiras, 1992). A presença toponímica de noqueira tem como ponto de foco a vertente sudeste da ilha. No que diz respeito ao valor utilitário da noz, na ilha da Madeira, a mesma é bastante utilizada na culinária, principalmente na doçaria (ex.: bolo de mel). O tipo de topónimo tratado é a forma singular (noqueira) e diminutiva plural (noqueirinhas). Aparece a nomear sítio, rua, túnel e pico. Em termos de ocorrências antropónicas, “Nogueira” surge em ambas as fontes como tal na forma singular e plural, mas como apelido único.

Oliveira

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza, IP-RAM, 2022; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Caminho do Olival – São Roque – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Vereda do Olival – São Roque – Funchal	Com referências (ex.: Olival e Oliveira)
Olival – São Roque – Funchal	Cf. Silva & Meneses, 1998
Caminho do Cais da Oliveira – Caniço – Santa Cruz	Com referências (ex.: Oliveira e Oliveira Paixão)
Caminho do Velho da Oliveira – Caniço – Santa Cruz	
Estrada Ponte Oliveira – Caniço – Santa Cruz	
Travessa Cais da Oliveira – Caniço – Santa Cruz	
Ponta da Oliveira (elevação) – Caniço – Santa Cruz	
Ladeira da Oliveira (passeio) – Ponta Delgada – São Vicente	
Rua da Oliveira – Ponta Delgada – São Vicente	
Rua Nova da Oliveira – Ponta Delgada – São Vicente	
Oliveira – Ponta Delgada – São Vicente	

A oliveira (*Olea europaea*) é uma árvore da família *Oleaceae*. É de referir que há que distinguir entre a *Olea europaea*, que é apenas uma das espécies de oliveira presentes na ilha da Madeira, e a espécie endémica à região, a olivera-brava (*Olea madeirensis*). A folha e o ramo da oliveira são usados em chá na medicina popular e o azeite (com terra seca) é colocado sobre as feridas para as tratar (Freitas & Mateus, 2013). Na ilha da Madeira, a oliveira-brava aparece nas zonas costeiras. Porém, a sua presença é altamente afetada pela intervenção humana (Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza, IP-RAM, 2022). A distribuição da toponímica acontece unicamente na costa norte da ilha, sobretudo nas freguesias do Caniço e Ponta Delgada, seguidas das zonas altas do concelho do Funchal, neste caso, São Roque. Observe-se que o Caniço e Ponta Delgada são freguesias que se encontram à beira-mar, ao contrário de São Roque, deixa dúvidas a razão da toponímia da oliveira aparecer numa área com um clima relativamente distinto à respetiva plantação. O tipo de topónimo tratado vem na forma singular (oliveira) e

coletiva (olival), aparecendo isolado apenas duas vezes. Os tipos de localidades nomeadas por “Oliveira” são caminho, vereda, estrada, travessa, ponta e ladeira. Em relação à presença antroponímica, “Oliveira” aparece em ambas as fontes, na sua forma singular (Oliveira) e coletiva (Olival). Este apelido aparece nas fontes tanto isolado como nome de família único quanto acompanhado de outros sobrenomes, apesar de o primeiro caso ser mais recorrente.

Palmeira

(c.f. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Ponte Quinta da Palmeira – Santa Luzia – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Túnel Quinta da Palmeira – Santa Luzia – Funchal	Com referências (ex.: Palmeira e Palmeiro)
Azinhaga da Palmeira (passeio) – São Martinho – Funchal	cf. Silva & Meneses, 1998
Travessa Palmeira de Baixo – São Martinho – Funchal	Sem referências
Palmeira – Caniçal – Machico	
Beco da Palmeira – Caniçal – Machico	
Caminho Quinta Palmeira – Machico – Machico	
Fajã da Palmeira – Porto da Cruz – Machico	
Palmeira – Campanário – Ribeira Brava	
Caminho Velho da Palmeira – Câmara de Lobos – Câmara de Lobos	

A palmeira é uma árvore da família *Arecaceae*. Existem várias espécies de palmeira na ilha da Madeira, mas as duas espécies mais comuns são a Tamareira-das-canárias (*Phoenix canariensis*) e a Tamareira (*Phoenix dactylifera*). A palmeira é usada para bñções, na sua forma entrançada (o palmito) ou então abrasado (Freitas & Mateus, 2013). A toponímica da Palmeira acontece na costa sul da ilha, com mais frequência na zona centro (Santa Luzia, São Martinho e Câmara de Lobos), a adicionar duas localidades, uma a norte (Porto da Cruz) e outra a nordeste (Caniçal). A forma do topónimo tratado é a forma singular e este aparece sempre acompanhado. Os espaços

apontados por “Palmeira” são: ponte, túnel, passeio, travessa, estrada, caminho e sítio. O nome “Palmeira” aparece como antropónimo numa das fontes e manifesta-se de duas formas: no feminino singular e no masculino singular.

Pessegueiro

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Caminho Cova do Pessegueiro – Porto Moniz – Porto Moniz	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Vereda do Pessegueiro – Porto Moniz – Porto Moniz	Com referências (ex.: Pêssego e Pessegueiro)
Caminho dos Pessegueiros – Seixal – Porto Moniz	cf. Silva & Meneses, 1998
Caminho dos Pessegueiros – Arco da Calheta – Calheta	Sem referências

Não é claro, até ao momento da escrita deste parágrafo, se os topónimos em questão tratam da árvore de fruto (*Prunus persica*) ou da planta aromática (*Aloysia citrodora*). Normalmente, o pessegueiro (árvore de fruto) requer temperaturas mais frias para o seu cultivo e a recolha toponímica realizada aponta para a maior concentração de “pessegueiro” na direção noroeste da ilha (Porto Moniz e Seixal), ou a sudoeste (Arco da Calheta), três localidades que obedecem às condições climáticas preferidas da árvore. É possível que o “Pessegueiro” aqui referido seja a árvore de fruto. Aparece sempre acompanhado da tipologia de lugar, indicando apenas dois tipos de localidade: caminho e vereda. A forma do nome tratado é a forma singular (pessegueiro) e também a do plural (pessegueiros). Em relação à sua forma antroponímica, foram detetadas duas ocorrências: “Pêssego” e “Pessegueiro”. Em ambas as ocasiões, o sobrenome em questão toma a forma de apelido único.

Pinheiro

(cf. Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998; Sousa, 2020)

Topónimos	Antropónimos
Beco do Pinheiro – Imaculado Coração de Maria – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011

Pinheiro – Monte – Funchal	Com referências (ex.: Pinho e Pinheiro)
Caminho do Pinheiro das Voltas – Santo António – Funchal	cf. Silva & Meneses, 1998
Pinheiro das Voltas – Santo António – Funchal	Com referências (ex.: Pinheiro)
Ponte Pinheiro Grande – São Gonçalo – Funchal	
Rua Pinheira – São Gonçalo – Funchal	
Sítio do Pinheiro – Camacha – Santa Cruz	
Sítio do Pinheirinho – Camacha – Santa Cruz	
Pinheiro – Faial – Santana	
Estrada do Pinheiro – Santana – Santana	
Impasse do Pinheiro – Santana – Santana	
Túnel do Pinheiro – Santana – Santana	
Caminho Beira dos Pinheiros – São Vicente – São Vicente	
Achada do Pinheiro – Achadas da Cruz – Porto Moniz	
Pinheiro – Achadas da Cruz – Porto Moniz	
Sítio do Pinheiro – Arco da Calheta – Calheta	
Rua Pinheiro – Arco da Calheta – Calheta	
Pinheiro – Arco da Calheta – Calheta	
Vereda do Pinheiro – Calheta – Calheta	
Sítio dos Pinheiros – Ponta do Sol – Ponta do Sol	
Pinheiro – Campanário – Ribeira Brava	
Fontanário do Pinheiro – Campanário – Ribeira Brava	
Miradouro do Pinheiro – Campanário – Ribeira Brava	
Fonte Pinheiros – Ribeira Brava – Ribeira Brava	
Caminho Fonte Pinheiro – Ribeira Brava – Ribeira Brava	
Pinheiro – Serra de Água – Ribeira Brava	

O pinheiro (*Pinus*) é uma árvore da família *Pinaceae*. A espécie de pinheiro mais comum em Portugal continental é o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster Aiton*) e também está presente na ilha da Madeira. Os rebentos do pinheiro são consumidos em chá para o tratamento de rins, constipação e tosse (Freitas & Mateus, 2013). O pinheiro é uma árvore com capacidade para se adaptar a vários climas, sendo resistente à seca, ao frio e às geadas (Sousa, 2020). A presença toponímica de “Pinheiro” alarga-se a toda a ilha. Porém, é

possível destacar três áreas nas quais tem maior peso: zonas altas ou periféricas do concelho do Funchal (Imaculado Coração de Maria, Monte, Santo António e São Gonçalo); vertente nordeste (Faial e Santana) e vertente sudeste (Arco da Calheta e Calheta). O pinheiro tem uma grande importância social e económica pelo aproveitamento da sua constituição, principalmente a seiva e a madeira. O tipo de topónimo tratado apresenta-se na forma singular (pinheiro), feminina (pinheira), diminutiva (pinheirinho) e plural (pinheiros). Os espaços nomeados por “Pinheiro” são: beco, sítio, caminho, ponte, rua, estrada, impasse, túnel, achada e vereda. Enquanto topónimo, este aparece acompanhado, na maioria das vezes, da tipologia de lugar. Em relação à presença antroponímica, há sinais de “Pinheiro” em ambas as fontes, aparecendo na forma masculina singular.

Romeira

(cf. Associação de Jovens Agricultores de Portugal, 2017; Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Caminho das Romeiras – Santo António – Funchal	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Pico das Romeiras – Santo António – Funchal	Com referências (ex.: Romeira) cf. Silva & Meneses, 1998
Romeiras – Estreito de Câmara de Lobos – Câmara de Lobos	Sem referências

A romeira (*Punica granatum*) é uma árvore de fruto da família *Lythraceae* (anteriormente denominada *Punicaceae*). No que diz respeito ao clima, a romeira requer climas tropicais, com verões quentes e secos, uma vez que é pouco exigente em água (Associação de Jovens Agricultores de Portugal, 2017). Em termos de toponímia a sua presença é relativamente diminuta, tendo assinalado apenas três localidades na vertente sul da ilha: duas nas zonas altas do Funchal (Santo António) e uma na zona alta de Câmara de Lobos (Estreito). A forma do topónimo tratado é a forma plural do nome e apenas numa situação é que este aparece sozinho. Aponta para localidades como caminho, pico e sítio. Nas fontes antroponímicas, o apelido só aparece numa delas, na sua forma feminina singular, “Romeira”, sem estar acompanhado de outros sobrenomes.

Sabugueiro

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Sabugueiras – Faial – Santana
Sabugueiros – Boaventura – São Vicente

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O sabugueiro (*Sambucus lanceolata*) é uma pequena árvore ou arbusto da família *Adoxaceae* e esta estirpe é endémica da Madeira (Freitas, 2022). O sabugueiro madeirense dá-se nas zonas altas e húmidas da ilha, ou junto às linhas de água e é característica da floresta Laurissilva (Autor desconhecido, 2023). A presença toponímica do “sabugueiro” não é muito comum, pelo que só foi possível assinalar duas localidades do mesmo nome, ambas na costa norte da ilha. O tipo de topónimo tratado é a forma plural feminina (sabugueiras) e plural masculino (sabugueiros) e em ambas as ocorrências o nome aparece isolado. Nas fontes escolhidas para a recolha antroponímica, não foram detetadas referências.

Til

(cf. Centro de Química da Madeira – CQM, 2007; Figueira, 1992; Freitas & Mateus, 2013; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos

Rua do Til – Imaculado Coração de
Maria – Funchal
Rua Nova Til – Imaculado Coração de
Maria – Funchal
Ponte Cova do Til – São Martinho
– Funchal

Antropónimos

cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista
Telefónica 2010-2011
Sem referências
cf. Silva & Meneses, 1998
Sem referências

O til (*Ocotea foetens (Aiton) Baill*) é uma árvore da família *Laureaceae* e é endémica da ilha da Madeira. Na ilha, é rara, mas pode encontrar-se a árvore nas regiões húmidas da Laurissilva (Centro de Química da Madeira – CQM, 2007). O til é usado na lavagem do corpo para comichão (Freitas & Mateus, 2013). A madeira do til é muito

utilizada na construção de móveis (Figueiras, 1992) e, na medicina tradicional madeirense, a infusão de chá com os seus frutos e/ou folhas é usado como tratamento para a hipertensão (Centro de Química da Madeira – CQM, 2007). No que diz respeito à distribuição toponímica, o topónimo “Til” está presente nas zonas altas do Funchal. A forma do topónimo tratada é a forma singular que aparece sempre acompanhado. Não houve referências antropónicas nas fontes consultadas.

Vinhático

(cf. Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Fajã dos Vinháticos – São Vicente – São Vicente	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011
Fajã dos Vinháticos – Serra d’Água – Ribeira Brava	Sem referências cf. Silva & Meneses, 1998
Estrada da Fajã dos Vinháticos – Serra d’Água – Ribeira Brava	Sem referências
Vereda da Fajã dos Vinháticos – Serra d’Água – Ribeira Brava	

O vinhático (*Persea indica*) é uma árvore da família *Lauraceae* e é endémica da região da Macaronésia, estando presente na Madeira, nas ilhas Canárias e nos Açores. O vinhático, popularmente conhecido como loureiro-real ou vinhático-das-ilhas, é característico, das zonas altas da ilha da Madeira, inserindo-se em zonas de clima mais húmido e relativamente frio. A toponímica de “vinhático” reúne quatro localidades: três na costa sul, nas zonas altas da freguesia da Ribeira Brava (Serra de Água) e uma a norte, na freguesia de São Vicente. A presença toponímica é rara e limita-se a regiões do interior da ilha. A forma do topónimo tratado é a forma plural do nome e em ambas as situações ele aparece isolado. Não se registaram referências antropónicas nas fontes consultadas.

Zimbreiro

(cf. Costa & Melo, 1999, Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva & Meneses, 1998)

Topónimos	Antropónimos
Vereda dos Zimbreiros – Paul do Mar – Calheta	cf. Páginas Amarelas, S.A. Lista Telefónica 2010-2011

Caminho dos Zimbreiros – Tabua – Ribeira Brava	Sem referências cf. Silva & Meneses, 1998
Vereda dos Zimbreiros – Tabua – Ribeira Brava	Sem referências
Zimbreiros – Tabua – Ribeira Brava	
Zimbreiros – Caniço – Santa Cruz	
Levada dos Zimbreiros – Caniço – Santa Cruz	

O zimbreiro, também conhecido como zimbro, que pode ser uma árvore ou arbusto, pertence à família Pinaceae. Na ilha da Madeira, já existiram sinais desta espécie em Santana e Porto da Cruz (Silva & Meneses, 1998). A nível de distribuição toponímica, o zimbreiro tem como foco geográfico a vertente sul. Na costa sul da ilha, este topónimo encontra-se a sudoeste (Calheta e Ribeira Brava) e a sudeste (Santa Cruz), inclusive foram detetadas mais ocorrências no sentido sudoeste da ilha. O tipo de topónimo tratado é a forma plural do nome próprio. Este só aparece uma vez isolado e não foram encontradas referências antroponímicas nas fontes consultadas.

A recolha toponímica é acompanhada por um levantamento antroponímico. Esse levantamento tem como fonte a lista telefónica *Páginas Amarelas* e a obra *Elucidário Madeirense* dos autores Padre Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Meneses. O objetivo com esta análise era verificar se os topónimos com nomes de árvores da lista pudessem ser também antroponímicos. Porém, é imperativo avisar que os resultados do levantamento aparecem em contexto das fontes utilizadas e não correspondem por completo à realidade. Apenas porque um topónimo não tem uma correspondência antroponímica nas fontes selecionadas não quer dizer que ele não exista como tal. A lista é composta por um total de 34 topónimos com nomes de árvores, mas só 10 deles é que têm correspondência antroponímica de acordo com as fontes utilizadas. No que diz respeito à disponibilidade de informação nas fontes empregadas, entre as tais 10 espécies de árvores, em 5 delas é possível encontrar ocorrências antroponímicas em ambas as fontes, ao passo que nas restantes só foi detetada a forma de apelido numa delas. Inclusive, ainda no contexto dos topónimos em que só se detetou correspondência antroponímica numa das fontes, o *Elucidário Madeirense* foi a obra que se destacou por não terem sido encontradas referências antroponímicas no seu texto. Os topónimos com nomes de árvores que também assumem forma de apelido são: carvalho, figueira, nogueira, palmeira, laranjeira, loureiro, oliveira, pessegueiro, pinheiro e romeira. Entre

eles, estes antropónimos podem aparecer tanto isolados quanto acompanhados, mas a primeira alternativa é mais comum. As espécies, cuja referência antroponímica aparece acompanhada, são três: “carvalho”, “figueira” e “oliveira”. No que concerne à ortografia, o número de espécies cujas ocorrências antroponímicas incluem versões ortográficas derivadas do nome da árvore aparecem com maior frequência (8), quando em comparação aos topónimos cuja referência antroponímica apresenta unicamente a ortografia igual ao nome da árvore (2)

Termina-se, aqui, a recolha e o cruzamento possível entre dados toponímicos e antroponímicos. A paisagem natural da ilha da Madeira é complexa e essa qualidade é igualmente refletida na toponímia. São dois os tipos de informação que são facultados, quando se analisa a toponímia com nomes de árvores: a pluralidade de espécies de árvores e a sua ocupação geográfica. No que diz respeito à segunda informação, há que considerar a relação da espécie de árvore representada no topónimo e o local que por ele é nomeado, uma vez que a decisão de atribuição de topónimos pode ter a ver com características do local, ou não. Segundo o que se pode observar pela lista elaborada, a toponímia com nomes de árvores na ilha da Madeira estende-se um pouco por toda a área geográfica da ilha, de norte a sul, em quase todas as freguesias. Dito isto, apesar de esta prática se estender à maioria das freguesias, em geral, a maior concentração de ocorrências toponímicas acontece na vertente sul da ilha. As ocorrências toponímicas incluídas na lista são apenas uma amostra da paisagem onomástica da ilha, pelo que não reflete a realidade na sua totalidade, mas não é incorreto assumir que esta prática toponímica de retirar inspiração de nomes geográficos seja uma prática comum. Em relação à diversidade de espécies, segundo a amostra, elas podem ser superficialmente divididas em 3 grupos, segundo os seus usos: frutíferas, madeireiras e decorativas.

Uma vez que o vocábulo “Pereira” é simultaneamente um topónimo e um antropónimo, como observado anteriormente, foi considerado que os outros nomes geográficos com nomes de árvores, nomeadamente os listados, também pudessem assumir os mesmos papéis. Pensou-se alargar a recolha de dados, embora sumária, numa fonte linguística nacional. A pesquisa que se segue é resultado da consulta do *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* da autoria de José Pedro Machado (1984). Inicialmente, estava planeado só recolher os apelidos com a grafia igual à da espécie de árvore (ex.: Laranjeira (toponímia) e Laranjeira (apelido). Porém, por se verificar que existe um número significativo de variações antroponímicas relacionadas com a árvore (ex.: Carvalho, Carvalhal, Carvalhedo), foi decidido incluir essas formas.

Existem, contudo, no contexto da recolha de José Pedro Machado (1984), 5 espécies da lista que não assumem presença (assinalados com X na tabela) antroponímica e aparecem, em vez disso, enquanto topónimos.

Tabela 9 Nomes de árvores que também podem ser antroponimos

VOL. I.	
Álamo	Álamo (p.70)
Ameixieira	Ameixa, Ameixeira, Ameixinha, Amêixoa (p.123)
Amendoeira	Amendoeira (p.124)
Amoreira	Amoreira (p.127)
Anoneira	X
Bananeira	Banana (p.211)
Barbusano	X
Carvalho	Carvalhal, Carvalhão, Carvalheda, Carvalhedo, Carvalheira, Carvalheiro (p.363) / Carvalhinho, Carvalho, Carvalhosa, Carvalhote (p.364)
Castanheiro	Castanha, Castanhas, Castanheira, Castanheiro, Castanheiros (p.369)
Cedro	X
Cerejeira	Cerejeira, Cerejeiro (p.392)
Cidreira	Cidra, Cidrão, Cidreira, Cidreiro (p.414)
Coqueiro	Coco (p.429), Coqueiro (p.447)
Damasqueiro	Damasco (p.488)
Dragoeiro	X
VOL. II	
Faia	Faia, Faial (p.615)
Figueira	Figo (p.640), Figueira, Figueiral, Figueiras, Figueiredo, Figueirinhas, Figueiroa, Figuerelo (p.641)
Ginjeira	Ginja, Ginjeira, Ginjinhas (p.717)
Jamboeiro/Jambeiro	Jambeiro (p.820)
Laranjeira	Laranja, Laranjeira, Laranjeiras, Laranjeiro, Laranjinha (p.856)
Limoeiro	Limoeiro (p.882)
Loureiro	Loura (p.896), Louraço, Lourador, Loural, Loureiro (p.897)
Marmeleiros	Marmelada, Marmelado, Marmeleiro (p.951)
Murteira	Murtas, Murteira (p.1035)
VOL. III	
Nogueira	Nogueira, Nogueirinha, Nogueiro (p.1076)
Oliveira	Oliveira (p.1092)
Palmeira	Palmeira (p.1122), Palmeirão, Palmeirinha (p.1123)
Pessegueiro	Pêssego, Pessegueiro (p.1168)

Pinheiro	Pinheira, Pinheiral, Pinheirinho, Pinheiro (p.1178)
Romeira	Romeira (p.1274), Romeirão, Romeiras (p.1275)
Sabugueiro	Sabugueiro (p.1290)
Til	X

Fonte: Machado, J. P. (1984). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (Vols. I, II e III). Lisboa: Editorial Confluência, D.L.

É importante referir que o *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de João Pedro Machado dirige-se à população portuguesa geral e não à ilha da Madeira em específico. Ainda que a obra permita verificar a existência de nomes que são simultaneamente topónimos e antropónimos, este levantamento antroponímico realizado não representa a onomástica madeirense. Dos 32 topónimos que constituem o levantamento, apenas 5 não assumem forma antroponímica. Neste levantamento, não convém assumir imediatamente que são mais populares os antropónimos com nomes de árvores que têm o maior número de referências antroponímicas, pois nem sempre é o caso. Um exemplo é “Oliveira” que, ainda que só tenha uma referência antroponímica, é um apelido bastante conhecido e utilizado. Do outro lado do espectro aparecem nomes (e seus derivados) como “Ameixieira”, “Cidreira” e “Ginjeira” que, apesar de terem um número de ocorrências superior a Oliveira, não são tão conhecidos a nível geral. O número de referências reflete principalmente as formas ortográficas em que estes aparecem e não tanto a popularidade do apelido em si. Os nomes que se pode dizer conseguem corresponder à sua popularidade pelo maior número de referências são “Carvalho”, “Castanheiro”, “Figueira” e “Pinheiro”.

3.2. Análise dos dados recolhidos

O produto linguístico gerado a partir do contacto com a realidade transforma-se. A toponímia permite que se teçam conclusões sobre a realidade onde esta se insere e, na recolha em mãos, é através dela que nos é permitido observar a paisagem natural da ilha. A toponímia surge de inspirações várias e a natureza pode ser uma delas. Pensa-se que ficou claro, pela introdução da secção anterior e por estas breves palavras, que a pesquisa assume que existe uma ligação entre esse a matéria agrícola e o seu produto toponímico. A pergunta à qual esta pesquisa procura responder é se o topónimo surge a partir da realidade local do cultivo das árvores ou se foi uma decisão realizada arbitrariamente.

Estabelecer uma relação é complicado, e grande parte deve-se à falta de (acesso a) informação. Dentro da pesquisa bibliográfica e académica, existe um número de recolhas sobre as árvores da Madeira, mas quando se fala em toponímia a situação já é diferente. As fontes para a investigação da historicidade da toponímia na ilha são um pouco limitadas. Existem, de facto, levantamentos sobre o processo de evolução da toponímia madeirense e respetivas inspirações, mas poucos que façam um levantamento mais exato sobre a origem dos nomes das localidades. A falta de acesso à informação obrigou a que se encontrassem novas formas de determinar a origem do nome das localidades.

Se se observar a diversidade natural da ilha da Madeira a partir de um ponto de vista da toponímia, é possível identificar uma grande diversidade de espécies. É importante mencionar que o critério de escolha para as espécies corresponde ao seu género: árvore, pequena-árvore, e ainda foram consideradas aquelas que podiam ser pequenas-árvores assim como arbustos, pelo facto de se propagarem como pequenas-árvores. Relativamente à maneira como se descreve a sua distribuição geográfica, procurou-se dividir a ilha em duas vertentes principais, a vertente norte e a vertente sul. A fim de oferecer uma noção mais exata da ocupação geográfica, utilizaram-se os pontos cardeais, por abrangerem uma área mais geral.

Apesar de a diversidade natural ser uma característica geral do território madeirense, existem diferenças na sua distribuição. Antes de falar em detalhe da ocupação de território, é necessário referir que a Floresta Laurissilva se localiza na vertente norte da ilha e a sua existência é um fator determinante, não só enquanto elemento de ocupação territorial, mas também enquanto elemento motivador de diversidade florestal, principalmente devido ao tipo de clima (mais húmido e fresco). De maneira geral, a ocupação florestal é mais densa nas zonas altas da ilha do que perto do mar e a sua presença é mais rasa, também por consequência da intervenção humana. Abaixo, segue a tabela da distribuição aproximada de espécies florestais, dividida pelas vertentes norte e sul. O critério de agrupamento baseia-se no número de localidades de uma espécie num dado sítio. A razão pela qual foi escolhido agrupar os tipos de árvores unicamente em vertente norte ou sul, e não manter outros pontos cardeais anteriormente referidos (ex.: este, oeste, sudeste, entre outros), deve-se à simplificação no tratamento dos dados da tabela. O agrupamento das espécies em dois pontos principais facilita a organização das mesmas.

Tabela 10: Distribuição das espécies de árvores por vertentes

NORTE	SUL
Cedro	Álamos
Pessegueiro	Ameixieira
Sabugueiro	Amendoeira
Vinhático	Amoreira
Zimbreiro	Anoneira
	Bananeira
	Barbusano
	Carvalho
	Castanheiro
	Cerejeira
	Cidreira
	Coqueiro
	Damasqueiro
	Dragoeiro
	Faia
	Figueira
	Ginjeira
	Jamboeiro
	Landeiro
	Laranjeira
	Limoeiro
	Loureiro
	Marmeleiro
	Murteira
	Nogueira
	Oliveira
	Palmeira
	Pinheiro
	Romeira
	Til

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Enquanto a costa norte detém a maior área de ocupação florestal, a vertente nortenha “perde” para a costa sul em termos de variedade de espécies. No decorrer da elaboração do quadro, reparou-se que, enquanto as espécies de árvores do Sul ainda podiam, ocasionalmente, propagar-se nalguns sítios no Norte, não se podia dizer o mesmo sobre as espécies de árvores dessa costa da ilha. Além das características da distribuição, também é possível identificar diferenças no tipo de árvores, que se dividem em dois grupos principais: árvores de fruto e árvore de flor/folha. No contexto da recolha toponímica com nomes de árvores, as árvores de fruto sobrepõem-se em número às árvores de outros tipos.

Tabela 11: Divisão de espécies de árvores por tipo

ÁRVORE DE FRUTO	OUTRAS (flor, folha, ...)
Pessegueiro	Álamo
Ameixieira	Barbusano
Amendoeira	Carvalho
Amoreira	Cedro
Anoneira	Dragoeiro
Bananeira	Faia
Castanheiro	Loureiro
Cerejeira	Murteira
Cidreira	Palmeira
Coqueiro	Pinheiro
Figueira	Sabugueiro
Ginjeira	Til
Jamboeiro	Vinhático
Laranjeira	Zimbreiro
Limoeiro	
Marmeleiro	
Nogueira	
Oliveira	
Romeira	

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

As duas tabelas anteriores refletem as considerações gerais sobre a toponímia com nome de árvores, não apenas de um ponto de vista mais alargado no que implica a distribuição por espécie, mas também às tendências do tipo de espécies de árvores que assinalam presença na ilha da Madeira. Após os comentários anteriores, observa-se a situação com mais detalhe. Quando se fala de toponímia, deve considerar-se o espaço dessa toponímia como divisível e, como tal, ter em conta os concelhos e as respetivas freguesias. Estes espaços divisíveis oferecem um olhar mais detalhado sobre a toponímia e, com a sua carga toponímica, ultrapassam a sua função de registo de património. O topónimo não é constituído apenas pelo nome das localidades, normalmente, vem acompanhado com: rua, vereda, caminho, ponte, etc. Estes vocábulos definem o espaço nos seus limites físicos. Através deles é possível, sobretudo, deduzir que tipo de infraestruturas é que esta toponímia representa e, além disso, ultrapassa a sua função toponímica para construir uma paisagem física. Quando há uma referência à paisagem, fala-se da constituição da paisagem construída pelo homem (ou pela falta de intervenção humana). É um padrão que se fará notar, uma vez que comece a descrever a toponímia via concelho: as freguesias junto ao mar sofreram de uma profunda intervenção humana e, por isso, são mais urbanizadas. Uma vez que se saia do centro, começa-se a ver uma

paisagem diferente, com outros elementos: elevação, ribeiro, vereda, levada, caminho. Estes vocábulos apresentam um contraste entre o urbano e o natural.

O ponto que se segue é a análise da distribuição geográfica da toponímia com nomes de árvores na ilha da Madeira. Num plano mais específico, os topónimos, como se pode observar pelo formato das tabelas, foram agrupados em freguesia, nome e tipo. Essas categorias correspondem, por ordem, ao nome da freguesia na qual o topónimo se encontra, ao nome da localidade (topónimo) e, finalmente, ao tipo de localidade. Num nível mais geral, as freguesias foram, no fim, agrupadas em concelhos para facilitar a organização dos dados e abreviar o discurso. Em termos da organização do texto elucidativo à distribuição geográfica de cada concelho, o mesmo inclui as seguintes informações: as freguesias que compõem o concelho em questão, número de ocorrências toponímicas detetadas nesse concelho, número de ocorrências por freguesia, identificação das espécies de árvores associadas aos topónimos e referência às espécies mais frequentes. Em termos da tipologia da localidade, esta é baseada nas classificações atribuídas pelas fontes utilizadas: plataforma *online* Ruas de Portugal, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira, A Árvore na Toponímia da Região Autónoma da Madeira* e Google Maps. É devido referir que existem freguesias que, no contexto das fontes utilizadas, não demonstram ter localidades cujos topónimos têm nomes de árvores. Nesse caso, no lugar correspondente ao “Nome” e “Tipo” aparece a descrição “Sem localidades”.

3.2.1. Funchal

O Funchal é composto pelas seguintes freguesias: Santa Luzia, Santa Maria Maior, Sé, Imaculado Coração de Maria, Monte, Santo António, São Gonçalo, São Martinho, São Roque e São Pedro. No que diz respeito à toponímia com nomes de árvores, foram identificadas um total de 63 localidades espalhadas por estas freguesias. As localidades acontecem da maneira como se segue: Santa Luzia (3), Santa Maria Maior (12), Sé (3), Imaculado Coração de Maria (5), Monte (4), Santo António (14), São Gonçalo (3), São Martinho (9), São Roque (5), São Pedro (2). No que diz respeito às espécies, no Município do Funchal como um todo, com base na recolha toponímica, foram identificadas 21 espécies de árvores, a referir: a nogueira, a palmeira, a amoreira, o cidrão, o castanheiro, a figueira, o pinheiro, o marmeleiro, a laranjeira, o carvalho, a

oliveira, o dragoeiro, o álamo, a bananeira, a faia, o jamboeiro, o louro, a murteira, a romeira e o til. Num nível geral, as espécies de maior frequência (= ou < 3), são, por ordem decrescente: o pinheiro, a laranjeira, o carvalho e a amoreira.

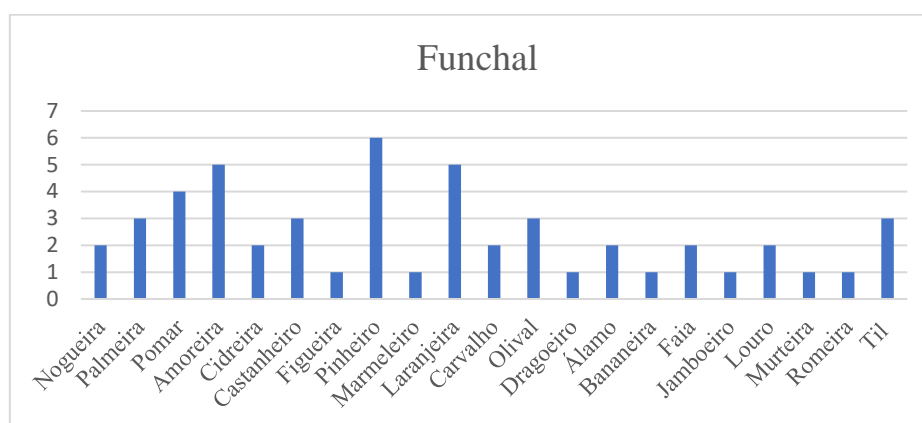
Tabela 12: Distribuição toponímica no Município do Funchal

FREGUESIA	NOME	TIPO
SANTA LUZIA	Quinta da Palmeira	Ponte
	Quinta da Palmeira	Túnel
SANTA MARIA MAIOR	Amoreiras	Rua
	Travessa da Amoreira	Passeio
	Quinta das Amoreiras	Rua
	Rampa do Cidrão	Rua
	Bananeiras	Beco
	Faial	Caminho
	Faial	Quinta
	Louros	Rua
	Louros	Forte
	Murteiras	Beco
SÉ	Murteiras	Rua
	Murteiras	Travessa
	Castanheiro	Rua
	Figueira Preta	Rua
	Rampa do Cidrão	Caminho Pedestre
IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	Beco do Pinheiro	Rua
	Til	Rua
	Nova Til	Rua
	Marmeleiros	Estrada
	Marmeleiros	Túnel
	Marmeleiros	Estrada
MONTE	Marmeleiros	Povoação
	Marmeleiros	Impasse
	Pinheiro	Povoação
	Laranjal	Povoação
SANTO ANTÓNIO	Caminho das Laranjeiras	Caminho
	Caminho do Laranjal	Rua
	Caminho do Laranjal Pequeno	Rua
	Caminho do Pinheiro das Voltas	Rua
	Laranjal	Estrada
	Quinta dos Cedros	Rua
	Travessa do Laranjal	Rua
	Nogueiras	Sítio
	Pinheiro das Voltas	Povoação

	Álamos	Caminho
	Álamos	Beco
	Romeiras	Caminho
	Pico das Romeiras	Povoação
SÃO GONÇALO	Pinheiro Grande	Ponte
	Pinheira	Rua
	Louros	Sítio
SÃO MARTINHO	Azinhaga da Palmeira	Passeio
	Beco da Amoreira	Rua
	Jardim dos Dragoeiros	Caminho Pedestre
	Amoreira	Rua
	Travessa Palmeira de Baixo	Rua
	Travessa do Castanheiro	Rua
	Vereda da Amoreira	Rua
	Castanheiro	Beco
	Cova do Til	Ponte
SÃO ROQUE	Beco do Carvalho	Rua
	Caminho do Olival	Rua
	Vereda do Olival	Rua
	Olival	Povoação
	Lombo do Jamboeiro	Povoação
SÃO PEDRO	Cruz de Carvalho	Povoação
	Álamos	Rua

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 4: Frequência de espécies no Município do Funchal



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal; s.d.; Silva, 1934.

A toponímia não delimita apenas as características complementares ao espaço que, neste caso, é a natureza, como também o pode dividir e classificar. Como referido anteriormente, a larga maioria dos topónimos faz-se acompanhar de um prenome, que vai servir como ferramenta qualificadora da área. No Município do Funchal, identificam-se

13 prenomes: rua, ponte, passeio, sítio, túnel, caminho pedestre, povoação, beco, travessa, quinta, forte, estrada e impasse.

3.2.2. Santa Cruz

No Concelho de Santa Cruz foram identificadas 24 localidades, com a seguinte distribuição por freguesia: Camacha (6), Caniço (13), Santo António da Serra (2) e Santa Cruz (2). No caso da freguesia de Gaula, a mesma fica de fora por não apresentar topónimos com nomes de árvores. As espécies identificadas no concelho são: noqueira, amoreira, pinheiro, oliveira, figueira, cedro, zimbreiro, ameixeira, louro, palmeira e faia. O topónimo de maior destaque é aquele em referência à oliveira, seguido, sem ordem de sobreposição, da noqueira e figueira. Quase todas as outras espécies, sem ser a amoreira e o pinheiro, manifestam-se apenas uma vez, ao passo que as espécies referidas acontecem duas vezes. A toponímia de Santa Cruz divide-se em 10 tipos de localidades: rua, túnel, sítio, caminho, estrada, travessa, saliência, levada e povoação.

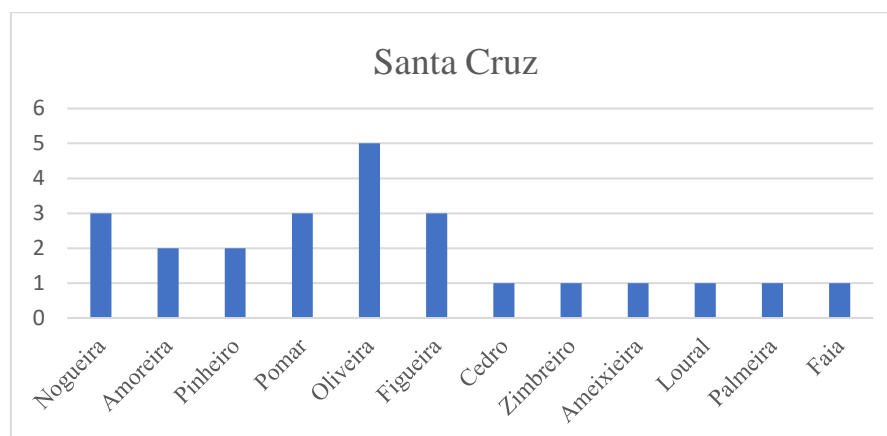
Tabela 13: Distribuição toponímica no Concelho de Santa Cruz

FREGUESIA	NOME	TIPO
CAMACHA	Nogueira	Povoação
	Nogueira	Rua
	Nogueira	Túnel
	Amoreiras	Sítio
	Pinheiro	Sítio
	Pinheirinho	Sítio
CANIÇO	Caminho Cais da Oliveira	Caminho
	Caminho Velho da Oliveira	Caminho
	Ponte Oliveira	Estrada
	Figueirinhas	Rua
	Figueiral	Rua
	Travessa Cais da Oliveira	Travessa
	Figueirinhas	Travessa
	Cedro	Travessa
	Rua das Amoreiras	Rua
	Ponta da Oliveira	Saliência orográfica
	Serralhal e Amoreiras	Povoação
	Zimbreiros	Povoação
	Levada dos Zimbreiros	Levada
SANTO ANTÓNIO DA SERRA	Serrado das Ameixieiras	Povoação
	Lombo das Faias	Povoação

SANTA CRUZ	Loural	Povoação
------------	--------	----------

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 5: Frequência de espécies no Concelho de Santa Cruz



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

3.2.3. Machico

Em Machico existem 17 localidades espalhadas pelas freguesias: Caniçal (8), Machico (3), Porto da Cruz (2) e Santo António da Serra (1). A Freguesia da Água de Pena fica de fora por, assim como Gaula, em Santa Cruz, não apresentar topónimos com nomes de árvores. As espécies a referir no Concelho de Machico são: dragoeiro, palmeira, marmeleiro, junqueira, pessegueiro, ameixieira e landeiro. Neste momento começa-se a notar uma tendência: enquanto no epicentro da costa sul, o Município do Funchal, demonstra uma grande variedade de topónimos, o número nos concelhos circundantes começa a diminuir e, por extensão, as espécies que constituem esses topónimos começam a alterar-se para outro tipo de árvores. Isto indica a alteração na cultura dos concelhos circundantes face ao epicentro da costa sul. Em Machico, não há um topónimo que tenha grande destaque, sem ser aqueles ligados à palmeira (com quatro ocorrências). A toponímia de Machico refere-se a espaços: beco, elevação orográfica, povoação, caminho, rua, travessa e vereda.

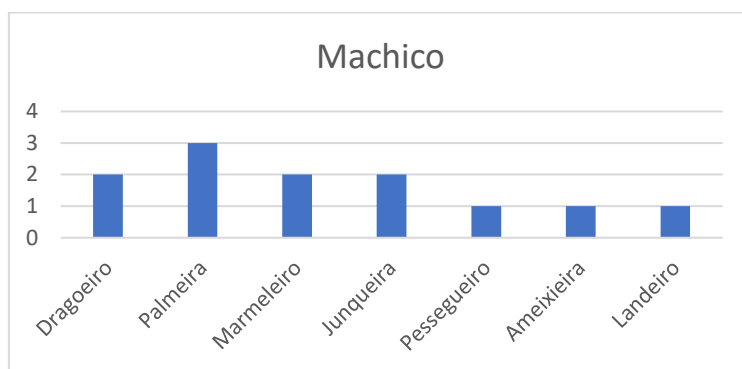
Tabela 14: Distribuição toponímica no Concelho de Machico

FREGUESIA	NOME	TIPO
CANIÇAL	Dragoal	Povoação
	Beco da Palmeira	Beco
	Pico do Castanho	Elevação orográfica

	Serrado dos Marmeleiros	Rua
	Pico do Dragoal	Elevação orográfica
	Palmeira	Povoação
	Marmeleiros	Vereda
	Travessa dos Marmeleiros	Travessa
MACHICO	Quinta Palmeira	Caminho
	Pico do Castanho	Elevação orográfica
	Landeiro	Povoação
PORTO DA CRUZ	Fajã da Palmeira	Povoação
	Lombo do Pessegueiro	Caminho
SANTO ANTÓNIO DA SERRA	Serrado das Ameixieiras	Povoação

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 6: Frequência de espécies no Concelho de Machico



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

3.2.4. Santana

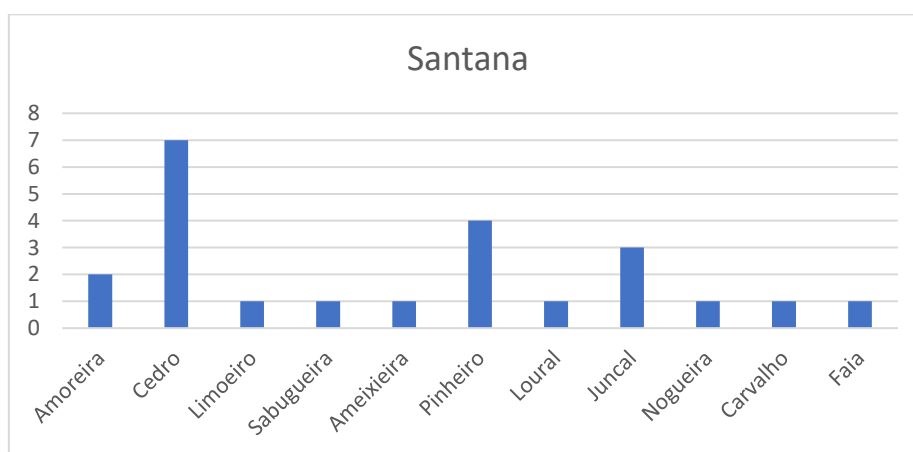
O Concelho de Santana é composto por 6 freguesias, sendo que apenas uma delas não tem topónimos com nome de árvore, a freguesia da Ilha. A distribuição das localidades toponímicas acontece da seguinte maneira: Arco de São Jorge (1), Faial (6), Santana (3), São Jorge (1) e São Roque do Faial (8). As espécies referidas na recolha toponímica são 11: amoreira, cedro, limoeiro, sabugueiro, ameixieira, pinheiro, lournal, noqueira, carvalho e faia. O cedro é o topónimo com maior presença e toda ela acontece na freguesia de São Roque do Faial. O pinheiro é mais comum na freguesia de Santana e ainda aparece uma vez na freguesia do Faial. A toponímia do concelho de Santana em referência a árvores divide-se em 8 grupos: caminho, vereda, povoação, estrada, impasse, túnel, ilhéu e sítio.

Tabela 15: Distribuição de espécies no Concelho de Santana

FREGUESIA	NOME	TIPO
ARCO DE SÃO JORGE	Amoreiras	Caminho
FAIAL	Fajã do Cedro Gordo	Povoação
	Limoeiro	Povoação
	Sabugueiras	Povoação
	Ameixieiras	Vereda
	Pinheiro	Povoação
	Ilhéu do Faial	Ilhéu
SANTANA	Pinheiro	Estrada
	Pinheiro	Impasse
	Pinheiro	Túnel
SÃO JORGE	Loural	Povoação
SÃO ROQUE DO FAIAL	Achada do Cedro Gordo	Povoação
	Pico da Nogueira	Povoação
	Pico do Cedro Gordo	Povoação
	Pico do Cedro Gordo	Caminho
	Fajã do Cedro Gordo	Estrada
	Carvalho	Sítio
	Chão do Cedro Gordo	Povoação
	Fajã do Cedro Gordo	Povoação

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 7: Frequência de espécies no Concelho de Santana



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

3.2.5. São Vicente

No Concelho de São Vicente são assinaladas 23 ocorrências toponímicas: Boaventura (4), Ponta Delgada (6) e São Vicente (13). No que diz respeito à toponímia, a recolha aponta para as seguintes espécies: castanheiro, laranjeira, sabugueiro, silveira, oliveira, amoreira, limoeiro, cedro, pinheiro, louro e ginja. A nível da distribuição, não há muito a destacar, uma vez que a recolha aponta para uma dispersão mais ou menos homogénea dos topónimos em questão, por todas as 3 freguesias do Concelho de São Vicente. O que pode ser referido é que a freguesia de São Vicente alberga o maior número de ocorrências toponímicas com nomes de árvores, sobrepondo-se às outras duas freguesias. A laranjeira e da oliveira, com três ocorrências cada, são os topónimos que se destacam do conjunto daqueles presentes em São Vicente. No contexto espacial do Concelho de São Vicente, a toponímia nomeia os seguintes tipos de localidades: sítio, povoação, caminho, passeio, rua, levada e estrada. No que toca a esta questão da paisagem arquitetónica, é neste momento, no Concelho de São Vicente, que começa a surgir outro tipo de vocabulário toponímico como, por exemplo, levada. Isto mostra que a toponímia se desloca para uma área relativamente menos urbanizada e mais incluída na natureza.

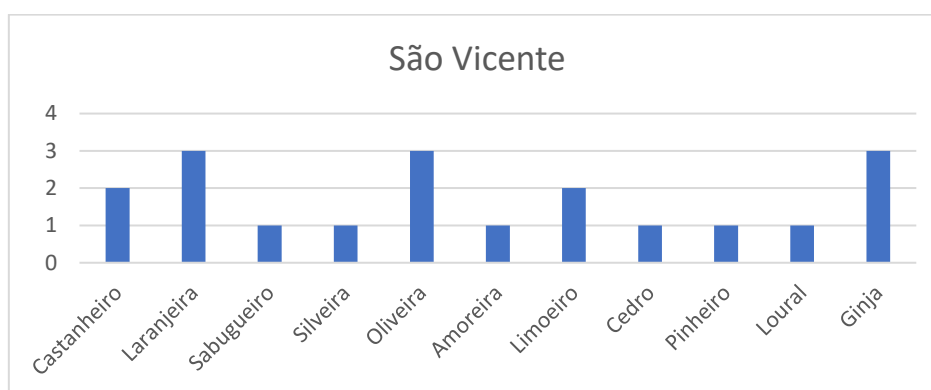
Tabela 16: Distribuição de espécies no Concelho de São Vicente

FREGUESIA	NOME	TIPO
BOAVENTURA	Achada do Castanheiro	Povoação
	Laranjeira	Povoação
	Laranjeiras	Sítio
	Sabugueiros	Povoação
PONTA DELGADA	Castanheiros	Caminho
	Ladeira da Oliveira	Passeio
	Rua da Oliveira	Rua
	Rua Nova da Oliveira	Rua
	Amoreira	Rua
	Oliveira	Povoação
SÃO VICENTE	Laranjal	Povoação
	Limoeiro	Povoação
	Pico do Cedro	Povoação
	Beira dos Pinheiros	Caminho
	Limoeiro	Caminho
	Loural	Povoação
	Ginjas	Estrada
Caminho Velho das Ginjas	Caminho	

	Ginjas	Levada
	Loural	Povoação
	Loural	Estrada
	Chão dos Louros	Povoação
	Fajã dos Vinháticos	Povoação

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 8: Frequência de espécies no Concelho de São Vicente



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

3.2.6. Porto Moniz

No Porto Moniz, são identificadas 13 localidades. O Concelho do Porto Moniz, assim como os concelhos da Ponta do Sol e de Câmara de Lobos, são as áreas que apresentam menor número de localidades toponímicas com nome de árvores. Neste caso, as localidades no concelho em questão dividem-se da seguinte maneira: Achadas da Cruz (2), Porto Moniz (5), Ribeira da Janela (4) e Seixal (2). A toponímia aponta para 8 espécies de árvores: pinheiro, pessegueiro, castanheiro, figueira, coqueiro, junqueiro, laranjeira e cedro. Novamente, não existe um topónimo em destaque. Os tipos de espaço que esta toponímia nomeia são: povoação, caminho, rua, vereda, sítio e levada.

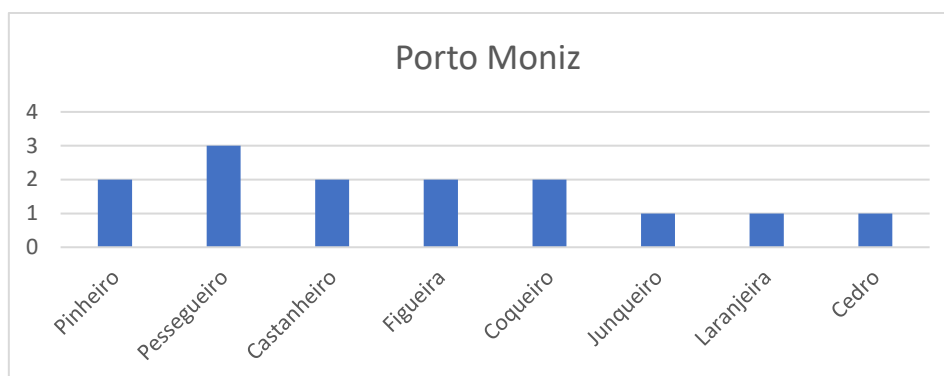
Tabela 17: Distribuição toponímica no concelho do Porto Moniz

FREGUESIA	NOME	TIPO
ACHADAS DA CRUZ	Achada do Pinheiro	Povoação
	Pinheiro	Povoação
PORTO MONIZ	Cova do Pessegueiro	Caminho
	Castanheiro	Caminho
	Figueiral	Rua
	Pessegueiro	Vereda
	Cabeço do Coqueiro	Sítio

RIBEIRA DA JANELA	Chão das Laranjeiras	Povoação
	Cedros	Levada
	Cabeço do Coqueiro	Sítio
	Terra das Figueiras	Sítio
SEIXAL	Castanheiro	Povoação
	Pessegueiros	Caminho

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 9: Frequência de espécies no concelho do Porto Moniz



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934

3.2.7. Calheta

As 28 localidades identificadas no Concelho da Calheta distribuem-se do seguinte modo: Arco da Calheta (8), Calheta (5), Estreito da Calheta (1), Fajã da Ovelha (5), Paul do Mar (1), Ponta do Pargo (0) e Prazeres (1). Nas 28 localidades toponímicas é possível identificar 13 espécies de árvores: amoreira, urze, pinheiro, pessegueiro, castanheiro, laranjeira, pereira, cedro, noqueira, limoeiro, zimbreiro, anoneira e figueira. Os topónimos mais frequentes no concelho da Calheta são aqueles relacionada à amoreira, ao pinheiro e à urze, com respetivamente seis, quatro e três localidades. O concelho da Calheta é aquele que demonstra ter mais variedade no que se refere ao espaço que o topónimo nomeia, uma vez que foram identificados 6 tipos de localizações: vereda, caminho, rua, povoação, travessa e rotunda.

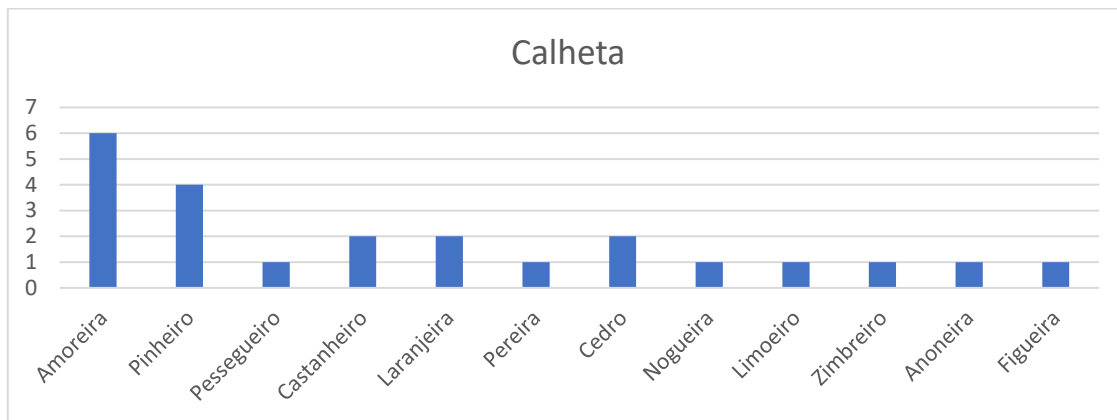
Tabela 18: Distribuição de espécies no concelho da Calheta

FREGUESIA	NOME	TIPO
ARCO DA CALHETA	Amoreiras	Povoação
	Sítio do Pinheiro	Povoação
	Pessegueiros	Caminho

	Amoreiras	Rua
	Pinheiro	Rua
	Anoneiras	Rua
	Pinheiro	Povoação
	Amoreira	Povoação
CALHETA	Lombo dos Castanheiros	Povoação
	Lombo das Laranjeiras	Caminho
	Amoreira	Travessa
	Amoreira	Vereda
	Pinheiro	Vereda
ESTREITO DA CALHETA	Lombo das Laranjeiras	Povoação
FAJÃ DA OVELHA	Chão dos Castanheiros	Povoação
	Lombada dos Cedros	Povoação
	Nogueirinha	Povoação
	Lombada dos Cedros	Rotunda
	Lombada dos Limoeiros	Povoação
PAUL DO MAR	Zimbreiros	Vereda
PONTA DO PARGO	Sem localidades	Sem localidades
PRAZERES	Figueira	Travessa

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 10: Frequência de espécies no concelho da Calheta



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

3.2.8. Ponta do Sol

O concelho da Ponta do Sol tem três freguesias, mas apenas duas dessas têm topónimos com nomes de árvore, os Canhas com 3 localidades e a Ponta do Sol com 9, sendo que a freguesia da Madalena do Mar fica de fora por não ter sido possível identificar sinais de topónimos com nome de árvore. A paisagem toponímica com nomes de árvores no concelho da Ponta do Sol constitui-se por um total de 14 localidades que, entre si, se

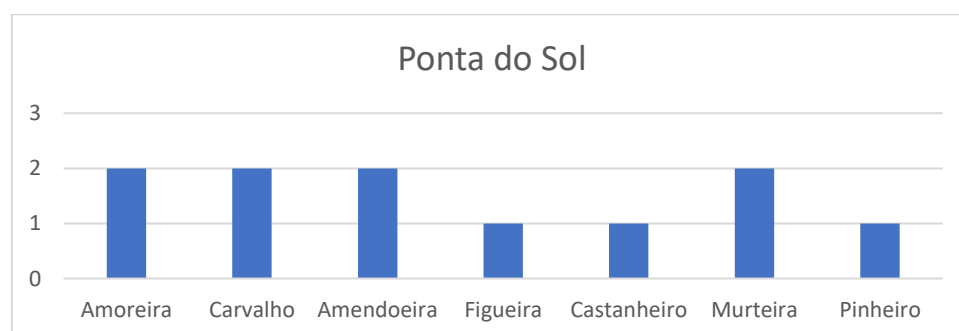
referem a 7 espécies de árvore, sem particular destaque para nenhuma delas: amoreira, carvalho, amendoeira, figueira, castanheiro, murteira e pinheiro. A Ponta do Sol é, no geral, dos concelhos que menos localidades tem com os topónimos em referência a árvores. O tipo de localidades dá-se em concordância com os restantes concelhos, a referir: povoação, elevação orográfica, caminho, sítio e beco.

Tabela 19: Distribuição de espécies no concelho da Ponta do Sol

FREGUESIA	NOME	TIPO
CANHAS	Amoreiras	Povoação
	Carvalho e Carreira	Povoação
	Carvalho	Povoação
PONTA DO SOL	Pico da Amendoeira	Povoação
	Pico da Amendoeira	Elevação orográfica
	Pico da Amendoeira	Povoação
	Tronco das Figueiras	Povoação
	Carvalho	Povoação
	Castanheiro	Caminho
	Pinheiros	Sítio
	Lombo da Amoreira	Povoação
	Murteiras	Povoação
Murteiras	Beco	
MADALENA DO MAR	Sem localidades	Sem localidades

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 11: Frequência de espécies no concelho da Ponta do Sol



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

4.2.9. Ribeira Brava

O concelho da Ribeira Brava assinala 22 localidades com uma distribuição mais ou menos equilibrada entre as 4 freguesias que o compõem: Campanário (7), Ribeira

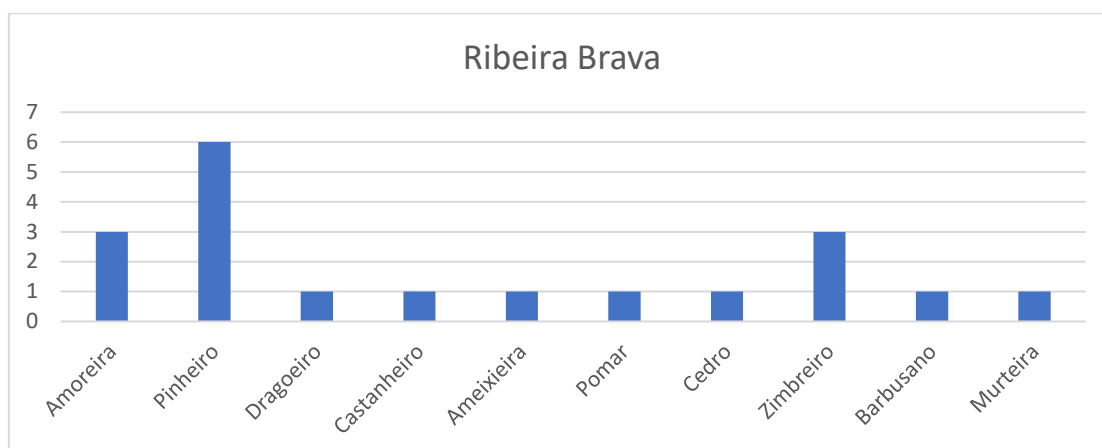
Brava (4), Serra de Água (6) e Tabua (4). De entre as 10 espécies que compõem a paisagem toponímica da Ribeira Brava, as que mais se destacam são o pinheiro, a amoreira e o zimbreiro e as restantes são: dragoeiro, castanheiro, ameixeira, cedro, barbusano e murteira. O concelho da Ribeira Brava é passível de ser o único em que existe um certo desequilíbrio a nível numérico na relação entre a quantidade de localidades assinaladas e a quantidade de espécies de árvores que constituem os topónimos da zona. Normalmente, os concelhos que têm um maior número de localidades, demonstram igualmente maior variedade no que diz respeito às espécies de árvores, mas não é o caso para o concelho da Ribeira Brava. O tipo de espaços nomeados pela toponímia é: túnel, viaduto, povoação, elevação orográfica, caminho, fontenário, miradouro, rua, trilho, estrada e vereda.

Tabela 20: Distribuição de espécies no concelho da Ribeira Brava

FREGUESIA	NOME	TIPO
CAMPANÁRIO	Caminho das Furnas e Amoreiras	Caminho
	Amoreira	Túnel
	Amoreira	Viaduto
	Palmeira	Povoação
	Pinheiro	Povoação
	Fontanário do Pinheiro	Fontenário
	Miradouro do Pinheiro	Miradouro
RIBEIRA BRAVA	Fonte Pinheiros	Povoação
	Caminho Fonte Pinheiro	Caminho
	Dragoeiros	Rua
	Caminho da Murteira	Caminho
SERRA DE ÁGUA	Ameixeira	Sítio
	Pico do Cedro	Elevação geográfica
	Fajã dos Vinháticos	Trilho
	Estrada da Fajã dos Vinháticos	Estrada
	Vereda da Fajã dos Vinháticos	Vereda
TABUA	Pinheiro	Povoação
	Zimbreiros	Caminho
	Zimbreiros	Vereda
	Zimbreiros	Povoação
	Barbusano	Povoação

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 12: Frequência de espécies no concelho da Ribeira Brava



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

4.2.10. Câmara de Lobos

De acordo com os dados recolhidos o Município de Câmara de Lobos é a zona na ilha da Madeira que apresenta a menor quantidade de topónimos com nomes de árvores, com apenas 12 localidades assinaladas. O município é composto por cinco freguesias e as localidades dividem-se da seguinte forma: Câmara de Lobos (3), Curral das Freiras (6), Estreito de Câmara de Lobos (2) e Jardim da Serra (1). Aparentemente, freguesia da Quinta Grande não tem topónimos com nomes de árvores. O município também é a zona que apresenta a menor variedade nas espécies de árvores, sendo que, em comparação com os outros concelhos, foram identificadas apenas 7 espécies a partir da toponímia: palmeira, limoeiro, pinheiro, cedro, cidrão, damasqueiro, cerejeira e romeira. O espaço ocupado por estes topónimos é identificado por: caminho, estrada, travessa, povoação, túnel, vereda, elevação orográfica, rua e rotunda.

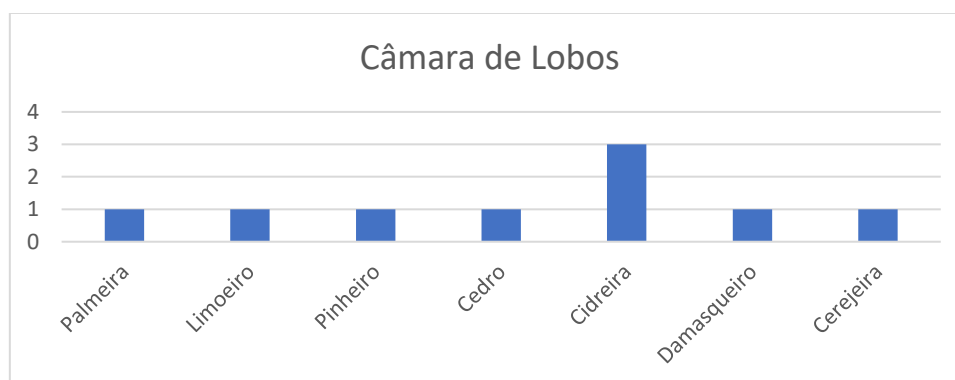
Tabela 21: Distribuição de espécies no Município de Câmara de Lobos

FREGUESIA	NOME	TIPO
CÂMARA DE LOBOS	Velho da Palmeira	Caminho
	Limoeiro	Estrada
	Pinheira	Travessa
CURRAL DAS FREIRAS	Pico do Cedro	Povoação
	Ribeiro do Cidrão	Túnel
	Pico Cidrão	Vereda
	Pico do Cidrão	Elevação orográfica

	Monte Cidrão	Elevação orográfica
	Murteira	Povoação
ESTREITO DE CAM. DE LOBOS	Damasqueiro	Rua
	Romeiras	Povoação
QUINTA GRANDE	Sem localidades	Sem localidades
JARDIM DA SERRA	Cerejeiras	Rotunda

Fonte: Figueira, 1992; Google Maps; 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

Gráfico 13 Frequência de espécies no concelho de Câmara de Lobos



Fonte: Figueira, 1992; Google Maps, 2023; Ruas de Portugal, 2022-2023; Silva, 1934.

No decorrer da pesquisa, verificou-se um padrão no que diz respeito ao tipo de localidades e esse padrão não está relacionado com as espécies de árvores, mas ao género do local que identificam. Foram assinalados vários tipos de localidades com nomes de árvores: caminho, estrada, travessa, túnel, ponte, impasse, bairro, vereda, local, rotunda, povoação, viaduto, lugar, beco, elevação geográfica, sítio, levada, passeio e ilhéu. Se se for a tratar concelho a concelho essa informação não revela nada, mas agrupando-os é possível apontar uma mudança de vocabulário quanto ao tipo de localidades. Nos concelhos mais urbanizados, o tipo mais comum de vocabulário é aquele associado a algo criado pela mão humana, como por exemplo a estrada, a ponte, a rotunda e o viaduto, enquanto nos concelhos com menor intervenção humana começam a surgir outros tipos de descrições, como elevação geográfica e levada. Consoante a distância dos centros urbanizados, a paisagem física vai-se alterando e, por fruto dessa transformação, o produto linguístico gerado diverge de espaço para espaço. Abaixo seguem dois exemplos de pontos geográficos distintos, onde se podem testemunhar diferenças entre a tipologia toponímica.

- a) Funchal — rua, ponte, túnel, passeio, beco, caminho, ponte, quinta, forte, estrada, povoação, travessa;
- b) Porto Moniz — bairro, povoação, caminho, rua, vereda, sítio, levada;

O Funchal é o concelho mais povoado da ilha, o centro da atividade económica, comercial e política e, como tal, é uma zona altamente urbanizada. Por consequência da necessidade da fixação de infraestruturas em centros urbanizados como o Funchal, o volume de intervenção humana será claramente maior nesta zona do que noutras. O Porto Moniz, apesar de ter sofrido alguma intervenção humana, principalmente no que toca à construção de habitações, ainda mantém grande parte da sua natureza. É, contudo, importante notar que o tecido geográfico de cada concelho é diferente e a sua complexidade, assim como as condições de acesso (até mesmo dentro do próprio concelho), determina a capacidade da intervenção humana.

Conclusão

O nome é o primeiro passo no processo da construção de identidade. Além de uma ferramenta identificadora do objeto ou da pessoa alvo, o nome assume-se como um instrumento de diferenciação num plano mais complexo. Ao mesmo tempo que o nome é uma peça-chave na construção de relações entre lugares, indivíduos e comunidades, é também o que distingue uns dos outros, reiterando aqui a ideia de que a identidade caminha nos dois sentidos.

As alterações nas práticas da onomástica portuguesa são o resultado de movimentos nos panoramas político, social e cultural. Pelo facto de refletir fenómenos decorridos da realidade circundante e também por ela mesma se assumir como parte de um sistema linguístico, a onomástica e áreas derivadas são consideradas património. O produto linguístico gerado a partir do contacto com a realidade assume-se como um arquivo tanto linguístico quanto histórico (político, social, cultural) que importa proteger e valorizar.

A ilha da Madeira é um exemplo no que toca à diversidade onomástica. Numa fase inicial os costumes onomásticos são essencialmente práticas características de Portugal Continental importadas pelos povoadores. A antroponímia e toponímia começam a ganhar identidade própria com o passar do tempo e com a inserção de novos “figurantes”. É o exemplo da toponímia primitiva madeirense, afeta principalmente à diversidade natural da ilha, costumes que perduram até aos dias de hoje. No caso da onomástica local, a globalização foi uma peça chave na adoção de novos costumes tanto antroponímicos quanto toponímicos. O potencial comercial da ilha, principalmente no que toca ao açúcar e ao vinho, atrai população de fora que, na altura da sua fixação, acaba por deixar rastros da sua presença refletidos na diversidade onomástica local.

No que diz respeito à vitalidade de topónimos com nomes de árvores, pode dizer-se que existe, de facto, uma grande diversidade. A maior concentração de espécies encontra-se na vertente sul da ilha (coincidentemente, a maioria destas são árvores de fruto). Na vertente norte, apesar de haver sinais deste tipo de topónimo, o número é consideravelmente menor (e o tipo de espécie de árvore mais comum são aquelas utilizadas para a produção de madeira). É importante notar que este volume de ocorrências toponímicas é influenciado pela estrutura da divisão administrativa – mais lugares, maior número de topónimos. Através da análise da toponímia regional é possível observar diferenças na constituição dos espaços aos quais os topónimos estão associados.

Nos concelhos mais urbanizados, a referência a infraestruturas resultantes de intervenção humana é maior, ao passo que nos outros o espaço mais depressa é dominado por lugares de origem natural.

É notória a evolução da onomástica, não só em termos de temáticas, mas até mesmo de costumes e legislação. A introdução de decretos sobre a regularização dos costumes antroponímicos e toponímicos veio colocar um ponto final na desestruturação característica da onomástica portuguesa. Durante séculos, as variações onomásticas aconteciam segundo a vontade popular, ausente de qualquer tipo de norma. Este tipo de regularização é importante na manutenção de um sistema padronizado e, para estudar a onomástica, é necessário começar por a contextualizar. Existem razões que conectam (ou não) o topónimo ao espaço no qual ele existe. Atualmente estes processos encontram-se concretizados pela intervenção de instituições e respetivos regulamentos.

A língua é reconhecida como património pela sua relação com a identidade dos países, regiões e localidades. A toponímia e a antroponímia fazem parte do vocabulário que constitui o sistema de comunicação que é a língua e os seus processos de evolução podem ocorrer tanto de maneira natural quanto não e são afetadas tanto por fatores internos quanto externos. Em relação à antroponímia, é reconhecido que não havia regulação uniforme e definitiva para os apelidos portugueses até à implementação do Código do Registo Civil e as orientações anteriores, ainda que limitadoras, eram vagas. No que diz respeito aos primeiros vestígios de uma organização antroponímica madeirense, eles aparecem com a importação de apelidos dos ocupadores vindos de Portugal Continental. Os seus nomes, que indicavam as suas origens geográficas, ligações patronímicas e as suas particularidades fisionómicas não só permitiram detetar a origem destes ocupantes quanto foram a fundação primitiva da antroponímia madeirense. Além deles, os estrangeiros e os escravos foram outros grandes incitadores da onomástica madeirense. A toponímia primitiva da ilha da Madeira é marcada pela temática da natureza. Nas transcrições dos relatos das viagens, são 6 os temas presentes: fauna, flora, fé, nomes de pessoas, acontecimentos e qualidades ou características. Além da natureza, a temática da religião é um dos temas que prevalece nesta fase inicial.

As origens do antropónimo “Pereira” estão associadas à toponímia. A primeira pessoa com este apelido é tida como D. Rui Gonçalves de Pereira. Esta figura adota o antropónimo de uma quinta que possuía em Esmeriz em Portugal Continental, a Quinta das Pereiras. O apelido surge, deste modo, numa classe social mais abastada. Porém, uma vez que os membros da família original começam a casar, o nome insere-se noutros

espaços sociais e geográficos. O antropónimo “Pereira” tem uma história centenária e já é reconhecido como tal desde o século IX. Em termos da presença de “Pereira” na ilha da Madeira, este nome está associado a famílias ilustres da ilha. Nas fontes bibliográficas, “Pereira” pode aparecer de três maneiras: geneologia, personalidades e/ou flora (árvore). Em relação às personalidades, dá-se destaque a D. Nuno Álvares Pereira, que se alega ter deixado numerosa descendência na ilha da Madeira. Tendo em conta as fontes sobre a origem de “Pereira” na ilha da Madeira, é possível considerá-lo um apelido antigo, cuja presença na ilha já é reconhecida desde o século XV/XVI. Em termos de estrutura do nome não é incomum “Pereira” aparecer acompanhado de outros apelidos. Famílias diferentes foram responsáveis pela divulgação de “Pereira” em pontos geográficos distintos da ilha. Sobre a análise da presença de “Pereira” de 1900-1910 e 2010-2011, esta é marcada pela disparidade entre géneros, uma vez que o número de homens com este nome é maior que o número de mulheres. De acordo com as recolhas antroponímicas, este apelido está presente por toda a ilha, mas os concelhos que mais se destacam em termos de números de ocorrências são aqueles que se encontram na vertente sul. Na vertente toponímica de “Pereira” na ilha da Madeira, o nome aparece igualmente num maior número de vezes na vertente sul da ilha.

O levantamento de topónimos com nomes de árvores na ilha da Madeira reflete uma diversidade natural complexa. Estas ocorrências toponímicas aparecem por toda a ilha, mas a sua maior concentração acontece na vertente sul e as espécies associadas aos topónimos podem ser agrupadas em três categorias: árvores frutíferas, madeireiras e decorativas. Da mesma maneira que “Pereira” é simultaneamente um topónimo e um antropónimo, assim pode acontecer com outros nomes de árvores e isso reflete-se na maioria das espécies de árvores apresentadas na lista. De acordo com a recolha toponímica, a vertente sul não só acolhe o maior número de ocorrências como a maior variedade de espécies de árvores (principalmente árvores decorativas e frutíferas). É importante notar que a distribuição da área florestal da ilha é influenciada não só pelo clima como pela intervenção humana e consequente urbanização. A paisagem vai-se alterando consoante a proximidade ou distância das zonas centrais.

O objetivo sumo da dissertação era tratar da presença de “Pereira” na ilha da Madeira e, enquanto se considera que o objetivo foi, em parte, cumprido, reconhece-se que ainda é um trabalho em progresso. No caso deste projeto em específico, a dificuldade em aceder a determinados recursos, tanto bibliográficos quanto de cariz numérico (ex.: registos de nascimentos), impediu que se pudesse tratar com maior precisão da presença

de “Pereira” na ilha. Olha-se para este projeto como um contributo para o estudo da onomástica madeirense que se espera possa ser acompanhado por novos estudos e um contínuo interesse no mapeamento do progresso da toponímia e da antroponímia locais. Espera-se que, no futuro, possam surgir ainda mais projetos dedicados ao tratamento de antropónimos/ topónimos.

Bibliografia

- Barbosa, A. de M. [et al.] (dir.). (1980). Pereira, Geneal. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. XIV, pp. 1727-1729). Lisboa: Editorial VERBO.
- Barros, J. de. (1785). Gramática. *Compilação de Várias Obras do Insigne Português João de Barros* (p. 86).
- Clode, Eng.º L. P. (1952). *Registo Genealógico de Famílias que Passaram à Madeira* (pp. 248-250). Funchal: Tipografia Comercial.
- Clode, L. P. (1952). *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*. Funchal: Tipografia Comercial.
- Correia, A. M. [et al.] (dir.). (s.d.). Pereira, Geneal. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. XXI, pp. 108-109). Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. e. (1999). Zimbreiro e Zimbro. *Dicionário da Língua Portuguesa* (8ª ed., p. 1728). Porto: Porto Editora.
- Cunha, A. G. da (1982). Pereira. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (2ª ed., p. 595). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Suplementos II e III e Vol. XXI). (1986). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vols. XIV e XVII). (1980). Lisboa: Editorial Verbo.
- Faria, A. M. (1951). O uso dos apelidos em Portugal. *Brotéria* (Vol. LII, Fasc. 2). Lisboa: Tipografia Porto Médico.
- Freitas, F. & Mateus, M. G. (2013). *Plantas e seus usos tradicionais* (1.ª Ed.) Funchal: Serviço do Parque Natural da Madeira.
- Frutuoso, G. (1998). *Saudades da Terra* (Nova ed., Livro II). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1.ª Actualização, Vols. I, IX e X). (1981-1987). Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia em Portugal. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Tomo III). Lisboa: Temas e Debates.
- Leite, J. D. (1947). *Descobrimento da ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Machado, J. P. (1977). Pereira. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (3ª ed., Vol. IV, pp. 340 e 342). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, J. P. (1984). Pereira. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (Vol. III, p. 1161). Lisboa: Editorial Confluência.
- Moreno, A. (1938). Pereira. *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa (Ortoépico, Ortográfico e Etimológico)*. (2ª ed., p. 978). Porto: Livraria Editora Educação Nacional.
- Nascentes, A. (1932). Pêra. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (ed. única, p.608). Rio de Janeiro.
- Noronha, H. H. de. (1948). *Nobiliário da ilha da Madeira*. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul.
- Nunes, N. N. (1997). Os prenomes dos escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV a XVII). In *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Vol. II, pp. 219–231). Braga–Guimarães: Associação Portuguesa de Linguística.
- Nunes, N. N. (1996). *Antroponímia Primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Nunes, N. N. (1997). Alguns aspectos da antroponímia primitiva da Madeira (sécs. XV e XVI): os nomes geográficos e a origem geográfica e dialectal do povoamento no arquipélago da Madeira. *Isleña*, (20) , pp. 93–102. Funchal: Direção Regional da Cultura – DRAC.+++
- Nunes, N. N. e Kremer, D. (1999). *Antroponímia primitiva da Madeira e repertório onomástico da Madeira (sécs. XV e XVI)* (Vol. 13, Ser. Patronymica Romanica). Tübingen: Max Niemeyer.
- Pereira, E. C. N. (1989 [1940]). *Ilhas de Zargo* (Vols. I e II). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Portugal Telecom. (2010). *Lista Telefónica 2010-2011*. Lisboa: Páginas Amarelas, S.A.
- Quintal, R. (2022). *Ilha da Madeira – 300 Árvores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições.
- Rebelo, H. (2019). À Propos de la Prosodie des Îles de l’Archipel de Madère: Résultats d’un Test. In *Variations, Phraséologie et Ressources* (pp. 179-189). França: Université Paris Sorbonne.

- Rebello, H. (2021). A Toponímia como Paisagem Linguística e Património Linguístico: Ruivós, no cruzamento de rotas para a Madeira?. *Sabucale*, (12), pp. 113 – 132. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.
- Rebello, H. (2022). Exemplos para a História da Ortografia no Funchal: Da Paisagem Linguística ao Património Linguístico com a Toponímia. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, (4), pp. 501-556. Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.
- Rushforth, K. (1999). *Trees of Britain and Europe*. Harper Collins.
- Sanromán, A. I. (coord.). (2011). *Dicionário de Espanhol-Português*. (2ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Santos, C. (2013). As Cidades Portuguesas Na Idade Moderna. População. In *I Congresso Histórico Internacional, As Cidades na História: População* (Vol. I, pp. 203–220). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Santos, T. P. dos. (2019). Notas sobre o léxico toponímico presente nos Anais do Município da Antiga Vila de Machico. *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*. Machico: Câmara Municipal de Machico.
- Silva, F. A. da. & Meneses, C. A. de. (1998 [1921]). *Elucidário Madeirense* (Vols. I, II e III). Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- Silva, J. S. (coord.). (2007). *Açores e Madeira: A floresta das ilhas* (Vol. 6, Ser. Árvores e florestas de Portugal). Lisboa: Público: Fundação Luso-Americana.
- Silva, Pe. F. A. da. (1934). *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*. Funchal: Edição do Autor.
- Sousa, A. M. de. (1955). Ruas do Funchal (Notas para o estudo da toponímia citadina). *Das Artes e da História da Madeira* (Vol. IV, n.º 19 e 20). Funchal: Sociedade de Concertos da Madeira.
- Sousa, M. de. (2001). *As Origens dos Apelidos das Famílias Portuguesas*. Mem-Martins: Sporpress.
- Vasconcelos, J. L. de. (1928). *Antroponímia Portuguesa: Tratado Comparativo da Origem, Significação, Classificação, e Vida do Conjunto dos Nomes Próprios, Sobrenomes, e Apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até Hoje* (1ª ed.). Lisboa: Arquimedes Livros, pp. 158 e 264.
- Vasconcelos, J. L. de. (2005). *Antroponímia Portuguesa: Tratado Comparativo da Origem, Significação, Classificação, e Vida do Conjunto dos Nomes Próprios,*

Sobrenomes, e Apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até Hoje (2ª ed. facsimilada). Lisboa: Arquimedes Livros, p. 11.

Vieira, A. (1990). Antroponímia madeirense: ontem e hoje. *Revista Diário*, pp. 7 – 9. Funchal: Diário de Notícias.

Walter, H. (1994). *A Aventura das Línguas do Ocidente*. Lisboa: Terramar.

Webgrafia

Agrelo, A. I. B. & Fernández, X. S. (dir.). (2023). *Cartografía dos apelidos de Galicia. Santiago de Compostela*. Instituto de Língua Galega. Consultado a 17 de março, 2023, em <http://ilg.usc.gal/cag/>

Aguiar, M. da G. C. de F. (2013). *A figueira*. DICAs – Informações da Agricultura e de Desenvolvimento Rural. Consultado a 23 de agosto, 2022, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/fruticultura/316-a-figueira>

Aguiar, M. da G. C. F. (2013). *A cultura da cereja na Madeira*. DICAs – Informações da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Consultado a 23 de agosto, 2022, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/fruticultura/210-a-cultura-da-cereja-na-madeira>

Araújo, J. (s.d.). *Juniperus cedrus maderensis*. Museu Virtual da Biodiversidade. Consultado a 29 novembro, 2022, em <https://www.museubiodiversidade.uevora.pt/elenco-de-especies/biodiversidade-actual/plantas/gimnospermicas/juniperus-cedrus/>

Arquivo Nacional Torre do Tombo. (2008). *Instituto Geográfico e Cadastral*. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Consultado a 17 janeiro, 2023, em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4205422>

Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave. (2014). *CIDRÃO. Na História, no Campo e na Mesa*. Consultado a 14 dezembro, 2022, em https://atahca.pt/ficheiros/CIDRAO_vers%C3%A3o2_14_12_19.pdf

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. (2017). *Manual Boas Práticas para Culturas Emergentes – A Cultura da Romã*. Lisboa. Consultado a 13 de setembro, 2022, em https://culturasemergentes.ajap.pt/wp-content/uploads/2019/01/Manual_Culturas_Emergentes_Roma_Digital-min.pdf

Autor desconhecido. (2018). *África pelas ruas e avenidas de Portugal*. Deutsche Welle. Consultado a 13 de março, 2023, em <https://www.dw.com/pt-002/%C3%A1frica-pelas-ruas-e-avenidas-de-portugal/a-43744416>

Autor desconhecido. (2023). *Sambucus lanceolata – Sabugueiro Madeirense*. Árvores e Arbustos de Portugal. Consultado a 26 de junho, 2023, em <https://www.arvoresearbustosdeportugal.com/portfolio-item/sabugueiro-madeirense-sambucus-lanceolata/>

Azevedo, M. L. S. M. de. (2015). *Moçarabismo e Toponímia em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Consultado a 20 de janeiro, 2023, em http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/1675604_azevedo,-maria-luisa-seabra-marques-de---mocarabismo-e-toponimia-em-portugal.pdf

Biblioteca Pública Regional da Madeira. (2008). *Ruas Antigas do Funchal*. Consultado a 15 fevereiro, 2022, em <https://web.archive.org/web/20151123174922/http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/PaineisSLG/ruasfunchal.pdf>

Caetano, C. F. (2015). A toponímia, património imaterial das comunidades urbanas e sua ideologização. In Fernandes, G. P. & Sequeira, H. (coord.). (2015). *Desafios e Constrangimentos do Estudo da Toponímia, Intervenções e Contributos* (pp. 7-53). Guarda: Instituto Politécnico da Guarda. Consultado a 15 de março, 2023, em <http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/2363/1/LIVRO%20TOPON%C3%8DMIA%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>

Câmara Municipal de Abrantes – Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. (2010). *Normas para a atribuição de toponímia e números de polícia*. Consultado a 19 janeiro, 2023, em <http://www.cm-abrantes.pt/images/documentos/ordenamento-do-territorio-urbanismo-e-regeneracao-urbana-do-centro-historico/informacao-geografica/toponimia/NormasparaatribuicaoodeToponimiaeNumerodePol%C3%ADcia.pdf>

Carta de Lei de 6 de maio de 1878 sobre o Código Administrativo. (1878). Consultado a 14 de fevereiro, 2023, em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7386.pdf>

Costa, R. L. (2020). *Castanheiro: uma cultura milenar e marcante nas regiões de montanha*. Florestas.pt. Consultado a 19 de agosto, 2022, em <https://florestas.pt/conhecer/castanheiro-uma-cultura-milenar-e-marcante-nas-regioes-de-montanha/>

D'Encarnação, J. (2008 [2007]). *Pela Toponímia até à História* [Sessão em conferência]. Actas das 1^{as} Jornadas de Toponímia do Sul. Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia, Albufeira. Consultado a 19 de janeiro, 2023, em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/26790/1/Pela%20Topon%C3%ADmia%20at%C3%A9%20%C3%A0%20Hist%C3%B3ria.pdf>

Decreto Regulamentar 19/89 do Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (1989). Diário da República: Série I, n.º166. Consultado a 17 janeiro, 2023, em <https://dre.tretas.org/dre/22548/decreto-regulamentar-19-89-de-21-de-julho>

Decreto-Lei n.º 30-A/2015 do Ministério da Justiça. (2015). Diário da República: Série I, 2º Suplemento, n.º 41. Consultado a 6 de março, 2023, em <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/30-a-2015-66619927>

Decreto-Lei n.º 131/95 do Ministério das Finanças e da Justiça. (1995). Diário da República: Série I-A, n.º 131. Consultado a 4 janeiro, 2023, em https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=682A0108&nid=682&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (s.d.). *Anona da Madeira DOP*. Produtos Tradicionais Portugueses. Consultado a 17 de agosto, 2022, em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/frutos-frescos/940-anona-da-madeira-dop>

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (s.d.). *Banana da Madeira*. Produtos Tradicionais Portugueses. Consultado a 17 de agosto, 2022, em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/frutos-frescos/390-banana-da-madeira>

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. (s.d.). *Sidra da Madeira IGP*. Produtos Tradicionais Portugueses. Consultado a 13 de abril, 2023, em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/bebidas-espirtuosas/outras-bebidas/1084-sidra-da-madeira-igp>

Empresa de Gestão do Sector da Banana. (2018). *A Banana da Madeira e as suas especificidades* (conclusão). DICAs – Informações da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Consultado a 17 de agosto, 2022, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/fruticultura/2539-a-banana-da-madeira-e-as-suas-especificidades-conclusao>

Faiguenboim, G., Valadares, P., Campagnano, A. R. (2003). *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes*. São Paulo: Fraiha. Consultado a 6 de março, 2023, em <https://archive.org/details/dictionary-of-sephardic-surnames/page/n5/mode/2up>

Fernandes, M. A., & Carneira, E. (2017). Notas sobre a toponímia portuguesa medieval. *Monografia - Revista Galega De Filoloxía*, (11), pp. 149–174. Universidade de Coruña. Consultado a 22 de janeiro, 2023, em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33236/1/ToponimiaSantiago_Fernandes_Carneira.pdf

Fernandes, M. J. (1996). *O Decreto* [Extrato de documentário]. Consultado a 6 de março, 2023, em <https://ensina.rtp.pt/artigo/expulsao-dos-judeus-de-portugal/>

Franco, J. (2022). *Fruteira do mês: Amora*. Revista Jardins. Consultado a 28 de novembro, 2022, de <https://revistajardins.pt/amoreira-arvore-ornamental-util/>

Freitas, F. (2021). *As plantas aromáticas da Madeira – loureiro*. DICAs – Informação sobre a Agricultura e Desenvolvimento Rural. Consultado a 2 de setembro, 2022, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/horticultura/3751-as-plantas-aromaticas-da-madeira-43>

Freitas, F. (2023). *As plantas aromáticas da Madeira – sabugueiro da Madeira*. DICAs – Informações da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Consultado a 26 de junho, 2023, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/horticultura/3900-as-plantas-aromaticas-da-madeira-63>

Fundação Calouste Gulbenkian. (2022). *Faia*. Jardim Gulbenkian. Consultado a 23 de agosto, 2022, <https://gulbenkian.pt/jardim/garden-flora/faia/>

Fundação Serralves e Viegas, S. (coord.). (s.d.). *Dracaena draco L.* SERRALVES. Consultado a 29 novembro, 2022, em <http://sig.serralves.pt/pt/flora/detalhe.php?id=1288>

Goia, A. da. (2011). *O período islâmico em Portugal e os seus vestígios na toponímia do país* [Tese de bacharelado, Universidade Masaryk]. Sem base de dados. Consultado a 22 de janeiro, 2023, em https://is.muni.cz/th/t1oh1/O_periodo_islamico_em_Portugal_e_o_seus_vestigios_na_toponimia_do_pais.pdf

Google Maps. (2023). Consultado entre maio e julho, 2023, em <https://maps.google.com>
Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza. (s.d.). *Flora Costeira*. IFCN – Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza. Consultado a 15 dezembro, 2022, em <https://ifcn.madeira.gov.pt/18-sem-categoria/151-flora-costeira.html>

Jorge, V. F. (2000). Património e Identidade Nacional. Revista *Engenharia Civil UM*, (9), pp.5 – 12. Braga: Universidade do Minho. Consultado a 28 de fevereiro, 2023, em https://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/num9/pag_5-12.pdf

Lei 13/85 da Assembleia da República. Diário da República: Série I, n.º153. Consultado a 28 de fevereiro, 2023, em <https://dre.tretas.org/dre/34833/lei-13-85-de-6-de-julho#text>

Lei n.º 107/2001 da Assembleia da República. Diário da República: Série I-A, n.º209. (2001). Consultado a 27 de fevereiro, 2023, em <https://files.dre.pt/1s/2001/09/209a00/58085829.pdf>

Lema, P. M. (2018). Ad populandum: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval. *Revista de Filologia Románica*, (35), pp.141–165. Madrid: Ediciones Complutense. Consultado a 13 de março, 2023, em <https://pdfs.semanticscholar.org/d890/b5493547e33f6ceaeab36be7abe43c1c7e3.pdf>

Lusa. (2009). *Salazar “sobrevive” na toponímia nacional em 20 localidades portuguesas*. PÚBLICO. Consultado a 2 de março, 2023, em <https://www.publico.pt/2009/04/24/sociedade/noticia/salazar-sobrevive-na-toponimia-nacional-em-20-localidades-portuguesas-1376410>

Mantas, V. G. (s.d). As cidades romanas de Portugal: problemática histórica e arqueológica. In C. Soares, J. L. Brandão & P. C. Carvalho (Coord.), *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Paisagens Urbanas, Rurais e Sociais* (pp.23–51). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Consultado a 13 de março, 2023, em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/44752/1/As_cidades_romanas_de_Portugal.pdf?ln=pt-pt

Martins, G. d’O. (2011). *Portugal: memória, património e cidadania*. Porto: CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Consultado a 1 de março, 2023, em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/identidade-nacional-entre-o-discurso-e-a-pratica/portugal-memoria-patrimonio-e-cidadania>

Ministério das Relações Exteriores (Trad.). (2006). *Convenção Para A Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003). Brasília. Consultado a 1 de março, 2023, em file:///C:/Users/liset/Downloads/1_UNESCO_132540POR_convencao_2003.pdf

Mitra-Nature: Biodiversidade da Herdade da Mitra. (2014). Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento – Grupo de Investigação Ecologia Aplicada e Conservação, Universidade de Évora. Consultado a 15 dezembro, 2022, em www.mitra-nature.uevora.pt

Monteiro, N. G. (2008). Os nomes de família em Portugal: perspectiva histórica. *Etnográfica*, 12(1), pp. 45–58. Consultado a 4 janeiro, 2023, em <https://journals.openedition.org/etnografica/1599?lang=fr#ftn3>

Oceanário de Lisboa. (2015). *Coqueiro*. Oceanário de Lisboa. Consultado a 29 novembro, 2022, em <https://www.oceanario.pt/exposicoes/aquario/plantas-e-algas/coqueiro>

Paiva, C. F. D. P. P. (2016). *O Lugar do Património Linguístico no Património Cultural Imaterial Português, Um levantamento regional através do ciberespaço* [Tese de mestrado, Universidade da Madeira]. DigitUMA – Repositório Científico Digital da Universidade da Madeira. Funchal. Consultado a 27 de fevereiro, 2023, em <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1785/1/MestradoCarlosPaiva.pdf>

Pinto, P. F. (2013). Purificação onomástica e mudança social em Portugal. In *Seminário/Webinário Política de Língua, Planeamento Linguístico e Mudança Social*,

homenagem Robert L. Cooper (14 p.). Lisboa: [s.n]. Consultado a 22 de maio, 2023, em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2814?locale=en>

Proposta 162/CM/2014 da Câmara Municipal de Lisboa. (2014). Consultado a 18 janeiro, 2023, em <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1403110120E0eJR4tm5He62SL7.pdf>

Rato, M. M. (2022). *Toponímia. Democratizar os nomes das ruas ou 'apagar' a História?* SOL. Consultado a 2 de março, 2023, em <https://sol.sapo.pt/artigo/774895/toponimia-democratizar-os-nomes-das-ruas-ou-apagar-a-historia->

Rebelo, H. (2022). Exemplos para a história da ortografia no Funchal: da paisagem linguística ao património linguístico com a toponímia. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, (4), pp. 501 – 556. Consultado a 14 fevereiro, 2023, em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/88/70>

Rocha, R. P. (2018). *De Cunhal a Salazar. Há ideologia nos nomes das ruas de Portugal (e muito mais)*. Observador. Consultado a 2 de março, 2023, em <https://observador.pt/especiais/de-cunhal-a-salazar-ha-ideologia-nos-nomes-das-ruas-de-portugal-e-muito-mais/>

Rodrigues, D. (2012). Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Ubimuseum*, (1), pp.45–52. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Consultado a 1 de março, 2023, em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>

Rodrigues, J. P. P. S. B. (2019). *Estudo da Aplicação na Área da Saúde da Anonna Cherimola Mill, Sua Caracterização Química* [Tese de mestrado, Instituto Universitário Egas Moniz]. Repositório Comum. Almada. Consultado a 28 de novembro, 2022, em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28300/1/Rodrigues_Jos%c3%a9_Pedro_Patr%c3%adicio_Sena_Belo.pdf

RTP. (1986). *A Antroponímia dos Nomes* [Programa televisivo]. Consultado a 5 de junho, 2023, em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-antroponimia-dos-nomes/>

Ruas de Portugal. (2022-2023). Consultado entre julho de 2022 e abril de 2023, em <https://ruas.openalfa.pt/>

Santos, R. M. dos. (coord.). (s.d.). *Prunus avium L.* Jardim Botânico UTAD. Consultado a 29 de novembro, 2022, em https://jb.utad.pt/especie/Prunus_avium

Santos, R. M. dos. (coord.). (s.d.). *Pyrus communis*. Jardim Botânico UTAD. Consultado a 13 de abril, 2023, em https://jb.utad.pt/especie/Pyrus_communis

- Santos, R. M. dos. (coord.). (s.d.). *Quercus robur*. Jardim Botânico UTAD. Consultado a 28 de novembro, 2022, em https://jb.utad.pt/especie/Quercus_robur
- Silva, A. (2013). *O Limoeiro Citrus limon (L.) Burm na Região Autónoma da Madeira*. DICAs – Informação sobre a Agricultura e Desenvolvimento Rural. Consultado a 2 de setembro, 2022, em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/producao-vegetal/fruticultura/162-o-limoeiro-citrus-limon-1-burm-na-regiao-autonoma-da-madeira>
- Silva, J. P. da. (2019). Os Sobrenomes na Antroponímia e na Genealogia. *Revista Philologus*, (75). Consultado a 30 dezembro, 2022, em <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/75supl/181.pdf>
- Singapore Government Agency. (2021). *Syzygium jambos*. National Parks: Flora, Fauna & Web. Consultado a 15 dezembro, 2022, em <https://www.nparks.gov.sg/florafaunaweb/flora/3/1/3161>
- Sousa, E. M. R. de (2020). *Pinheiro-bravo: a conífera mais abundante em Portugal*. Florestas.pt. Consultado a 6 de setembro, 2022 em <https://florestas.pt/quem-somos/>
- Tiago, P. (2019). *Loureiro*. Brigada da Floresta. Consultado a 2 de setembro, 2022, em <https://brigadadafloresta.abae.pt/loureiro/>
- Veríssimo, N. (2013). Toponímia do Funchal. Blogue *Passos da Calçada*. Consultado a 14 fevereiro, 2022, em <https://passosnacalcada.wordpress.com/toponimia-funchalense/>